



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MARIÂNGELA RIBEIRO DOS SANTOS

**ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NACIONAL:
LEGADOS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL**

BRASÍLIA, DF

2023

MARIÂNGELA RIBEIRO DOS SANTOS

**ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NACIONAL:
LEGADOS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL**

Tese apresentada à Faculdade de Educação Física da
Universidade de Brasília (FEF-UnB) para obtenção do
título de Doutora em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas

BRASÍLIA, DF

2023

Página reservada à ficha catalográfica.

MARIÂNGELA RIBEIRO DOS SANTOS

**ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NACIONAL:
LEGADOS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF-UnB) para obtenção do título de Doutora em Educação Física.

Área de concentração: Estudos socioculturais, políticos, pedagógicos e psicológicos da educação física.

Linha de pesquisa: Aspectos políticos, pedagógicos e psicológicos do esporte.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Mascarenhas (presidente)
Universidade de Brasília (UnB)

Dr. Lino Castellani Filho (membro externo ao programa)
Universidade Federal de Goiás (Unicamp)

Dr. Roberto Lião Júnior (membro externo ao programa)
Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF)

Dr. Pedro Fernando Avalone de Athayde (titular ao programa)
Universidade de Brasília (UnB)

Dr. Edson Marcelo Húngaro (titular ao programa - Suplente)
Universidade de Brasília (UnB)

DEDICATÓRIA

À memória dos meus pais: João Batista dos Santos (seu Didi), meu pai, um torcedor fanático do Vasco da Gama, como eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre a ideia da sua filha se interessar sobre a temática do futebol e suas nuances e a minha mãe que trazia o esperançar no nome, Esperança Ribeiro de Souza Santos.

AGRADECIMENTOS

Prestar os agradecimentos é sempre uma tarefa inglória, pois todas as menções necessárias não caberiam aqui e o processo de seleção nem sempre é justo, porém, é necessário. Para isso, tomo de empréstimo as palavras do poeta Gonzaguinha.

“E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de tantas outras pessoas.
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente, onde quer que a gente vá.
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar”.

Agradeço às energias do universo que me conduziram até aqui.

Ao meu orientador, Fernando Mascarenhas, pela sensibilidade, tolerância, paciência, dedicação, atenção, confiança e compreensão ao longo desses sete anos de convivência. Qualquer adjetivo utilizado aqui não é o suficiente para externar a minha gratidão. Obrigada! Obrigada! Obrigada!

A minha gratidão aos orientadores, aos Fernandos que atravessaram a minha vida acadêmica, ao Professor Fernando Chagas (BC) *in memoriam*, (UCSal), meu orientador durante a graduação, o Professor Fernando Reis do Espírito Santo (UFBA), meu orientador na especialização, e o Professor Fernando Mascarenhas (UnB), orientador do mestrado e agora fechando o ciclo no doutorado. Nada é por acaso. Meu muito obrigada a vocês Fernandos.

Aos colegas do grupo “Orientandos do Masca”. Vocês foram fundamentais nesse processo, além de parceiros preciosos. Quero nas pessoas de Eliane, Fernando Henrique e Vitor Húngaro, agradecer a todos.

Em nome de Pedro Athayde, Marcelo Húngaro e Lino Castellani, agradeço ao Grupo AVANTE – Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – UnB, pelos conhecimentos, aprendizados, experiências e bons momentos de lazer compartilhados.

À Universidade de Brasília (UnB) que, através de seu corpo docente e técnico, me acolheu tão bem.

Ao colega Nadson Santana Reis, um agradecimento especial, por não ter soltado a minha mão em nenhum momento nesse percurso, pelo encorajamento, pelas cobranças, pela partilha e pela preciosa presença. Gratidão!

Ao colega Wagner Barbosa Matias (*in memoriam*), a sua presença em parte desse trajeto foi muito importante.

Aos meus Colegas do Colegiado do Curso de Educação Física da UNEB-*Campus XII/Guanambi* – Ba. Nas pessoas de Glaurea e Fausta, agradeço a todos/as pelos incentivos e cooperação.

Ao Colegiado do Curso de Educação Física da UNEB - *Campus XII*, e aos coordenadores que estiveram à frente do Curso nesse período e, ainda, à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, por ter auxiliado no custeio do curso por meio da bolsa PAC.

Ao meu terapeuta Arthur Prado Netto, sem a sua ajuda o percurso teria sido muito mais árduo.

Aos meus amigos pessoais que aguardam ansiosamente o fechamento desse ciclo em minha vida.

À todas as pessoas que cruzaram o meu caminho nesse período e deixaram as suas marcas.

E para finalizar, o meu muito obrigada a minha numerosa família, a minha base, o meu sustentáculo, meu amor maior e incondicional.

*A história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever.
Ao mesmo tempo em que o esporte se tornou indústria,
foi desterrando a beleza que nasce da alegria
de jogar só pelo prazer de jogar.
Neste mundo do fim de século,
o futebol profissional condena o que é inútil,
e é inútil o que não é rentável.
Ninguém ganha nada com essa loucura
que faz com que o homem seja menino por um momento,
jogando como o menino que brinca com o balão de gás
e como o gato brinca com o novelo de lã:
bailarino que dança com uma bola leve
como o balão que sobe ao ar
e o novelo que roda, jogando sem saber que joga,
sem motivo, sem relógio e sem juiz.
O jogo se transformou em espetáculo,
com poucos protagonistas
e muitos espectadores, futebol para olhar,
e o espetáculo se transformou
num dos negócios mais lucrativos do mundo,
que não é organizado para ser jogado,
mas para impedir que se jogue.
A tecnocracia do esporte profissional foi impondo
um futebol de pura velocidade e muita força,
que renuncia à alegria, atrofia a fantasia e proíbe a ousadia.
Por sorte ainda aparece nos campos,
embora muito de vez em quando,*

*algum atrevido que sai do roteiro
e comete o disparate de driblar o time adversário inteirinho,
além do juiz e do público das arquibancadas,
pelo puro prazer do corpo que se lança
na proibida aventurada liberdade.*

(O Futebol, Eduardo Galeano, 2004).

RESUMO

SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. **Estado, políticas públicas e desenvolvimento nacional: legados da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil.** 2023. 160 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

A presente tese toma como objeto de investigação a Copa do Mundo FIFA 2014 e a produção de conhecimento sobre seus legados, articulando, com isso, o debate sobre o papel do Estado, das políticas públicas e do desenvolvimento nacional. Tão logo, sua questão de pesquisa está formulada nos seguintes termos: Como a produção de conhecimento brasileira articula e/ou mobiliza a discussão sobre os legados da Copa do Mundo FIFA 2014, o papel contemporâneo do Estado brasileiro no capitalismo periférico e sua correspondente política e ambição neodesenvolvimentista? Assim, o objetivo geral é construir uma discussão sócio-histórica sobre o ciclo de realização dos megaeventos esportivos no Brasil (2007-2016), com destaque para a Copa do Mundo FIFA 2014, cotejando-a com a produção científica sobre os legados e o papel do Estado brasileiro no recente ensaio neodesenvolvimentista. Na direção apontada, como objetivos específicos, buscou-se discutir o papel do Estado na garantia das condições de produção (capitalista) dos megaeventos no Brasil; refletir sobre as ações do Governo Federal e das políticas públicas implementadas no ciclo de realização dos megaeventos esportivos no país (Jogos Pan-Americanos de 2007; Jogos Mundiais Militares de 2011; Copa da Confederações de 2013; Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016); apresentar como a organização da Copa FIFA de 2014 se insere no debate sociológico sobre o desenvolvimento nacional (desenvolvimentismo; neodesenvolvimentismo; nacional-desenvolvimentismo; desenvolvimentismo social); e, por fim, analisar e avaliar a produção científica sobre esse megaevento, os legados tangíveis e intangíveis. Nesses termos, o desenvolvimento da pesquisa requereu revisão de literatura (narrativa, sistemática e integrativa), pesquisa documental e análise/discussão teórica. Os resultados apontam, inicialmente, o fato de o campeonato mundial ter mobilizado um conjunto de forças distintas, que requereu uma coalizão política que só é compreensível a partir da análise das alianças de classes. Nessa coalizão, o papel do Estado brasileiro foi, ao longo da preparação do mundial, reformulado e, por isso, coube ao Estado-nacional a função de criar as condições gerais para a produção do evento em análise e, ademais, assegurar a legitimidade para sua realização. Num segundo momento, sustenta os megaeventos e, particularmente, a Copa do Mundo FIFA de 2014, como emuladores do desenvolvimento socioeconômico. Por isso, destaca sua sintonia com uma ideia de evento esportivo que se projeta como catalisador de obras e investimentos públicos e privados, o que é emblemático do projeto neodesenvolvimentista em curso na ocasião. Em um terceiro instante, defende que a herança da Copa preserva forte viés ideológico; ademais, assegura que a produção científica avaliada possui, majoritariamente, viés legitimador, apresentando-se descontextualizada social e economicamente. Por fim, assinala uma agenda de pesquisa aberta, defende o esporte e o futebol como direitos que, no Brasil, demandam políticas públicas comprometidas com sua democratização.

Palavras-chave: Copa do Mundo FIFA. Legados. Desenvolvimento nacional. Produção de conhecimento.

ABSTRACT

SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. **State, public policies and national development: legacies of the 2014 FIFA World Cup in Brazil.** 2023. 160 f. Thesis (Doctorate in Physical Education) – Faculty of Physical Education, University of Brasília, Brasília, 2022.

This thesis takes the 2014 FIFA World Cup and the production of knowledge about its legacies as an object of investigation, thus articulating the debate about the role of the State, public policies and national development. Therefore, its research question is formulated in the following terms: How does Brazilian knowledge production articulate and/or mobilize the discussion on the legacies of the 2014 FIFA World Cup, the contemporary role of the Brazilian State in peripheral capitalism and its corresponding neodevelopmentalist policy and ambition? Thus, the general objective is to build a socio-historical discussion about the cycle of mega sporting events in Brazil (2007-2016), especially the 2014 FIFA World Cup, comparing it with the scientific production on the legacies and the role of the Brazilian State in the recent neo-developmental essay. In this direction, as specific objectives, we sought to discuss the role of the State in ensuring the conditions of production (capitalist) of mega events in Brazil; to reflect on the actions of the Federal Government and public policies implemented in the cycle of mega sporting events in the country (Pan American Games 2007; Military World Games 2011; 2013 Confederations Cup; 2016 Olympic and Paralympic Games); present how the organization of the 2014 FIFA World Cup is inserted into the sociological debate on national development (developmentalism; neo-developmentalism; national-developmentalism; social developmentism); and, finally, analyze and evaluate the scientific production on this mega event, the tangible and intangible legacies. In these terms, the development of the research required a literature review (narrative, systematic, and integrative), documentary research, and theoretical analysis/discussion. The results initially point to the fact that the world championship mobilized a set of distinct forces, which required a political coalition that is only understandable from the analysis of class alliances. In this coalition, the role of the Brazilian State was, throughout the preparation of the World Cup, reformulated and, therefore, it fell to the national State to create the general conditions for the production of the event under analysis and, moreover, to ensure the legitimacy for its realization. In a second moment, it sustains mega-events, and particularly the 2014 FIFA World Cup, as emulators of socioeconomic development. Therefore, it highlights its harmony with an idea of a sporting event that is projected as a catalyst for public and private works and investments, which is emblematic of the neodevelopmentalist project underway at the time. Third, it argues that the World Cup legacy preserves a strong ideological bias; moreover, it ensures that the evaluated scientific production has mostly a legitimizing bias, presenting itself as socially and economically decontextualized. Finally, it points out an open research

agenda, defends sports and soccer as rights that, in Brazil, demand public policies committed to their democratization.

Keywords: FIFA World Cup. Legacies. National development. Knowledge production.

RESUMEN

Esta tesis toma como objeto de investigación la Copa Mundial de la FIFA 2014 y la producción de conocimiento sobre sus legados, articulando así el debate sobre el papel del Estado, las políticas públicas y el desarrollo nacional. Así pues, la pregunta de investigación se formula en los siguientes términos: ¿Cómo articula y/o moviliza la producción brasileña de conocimiento el debate sobre los legados de la Copa Mundial de la FIFA 2014, el papel contemporáneo del Estado brasileño en el capitalismo periférico y su correspondiente política y ambición neodesarrollista? Así, el objetivo general es construir una discusión socio-histórica sobre el ciclo de megaeventos deportivos en Brasil (2007-2016), especialmente la Copa Mundial de la FIFA 2014, comparándola con la producción científica sobre los legados y el papel del Estado brasileño en el reciente ensayo neodesarrollista. Los objetivos específicos fueron discutir el papel del Estado en el aseguramiento de las condiciones de producción (capitalistas) de megaeventos en Brasil; reflexionar sobre las acciones del Gobierno Federal y las políticas públicas implementadas durante el ciclo de megaeventos deportivos en el país (Juegos Panamericanos de 2007; Juegos Mundiales Militares de 2011; Copa Confederaciones 2013; Juegos Olímpicos y Paralímpicos 2016); presentar cómo la organización de la Copa Mundial de la FIFA 2014 se inserta en el debate sociológico sobre el desarrollo nacional (desarrollismo; neodesarrollismo; nacional-desarrollismo; desarrollismo social); y, por último, analizar y evaluar la producción científica sobre este megaevento, los legados tangibles e intangibles. En estos términos, el desarrollo de la investigación requirió revisión bibliográfica (narrativa, sistemática e integradora), investigación documental y análisis/discusión teórica. Los resultados apuntan inicialmente al hecho de que la Copa del Mundo movilizó un conjunto de fuerzas distintas que requirieron una coalición política que sólo puede entenderse mediante el análisis de las alianzas de clase. En esta coalición, el papel del Estado brasileño fue, a lo largo de los preparativos de la Copa del Mundo, reformulado y, por lo tanto, el Estado nacional fue responsable de crear las condiciones generales para la producción del evento analizado y, además, de garantizar la legitimidad de su realización. En un segundo momento, sostiene que los megaeventos, y en particular la Copa Mundial de la FIFA 2014, son emuladores del desarrollo socioeconómico. Destaca, por tanto, su alineación con una idea de acontecimiento deportivo que se proyecta como catalizador de obras e inversiones públicas y privadas, emblemática del proyecto neodesarrollista en marcha en la época. En tercer lugar, argumenta que el legado de la Copa del Mundo conserva un fuerte sesgo ideológico; además, asegura que la producción científica evaluada tiene sobre todo un sesgo legitimador, presentándose como social y económicamente descontextualizada. Por último, señala una agenda de investigación abierta, defiende el deporte y el fútbol como derechos que, en Brasil, exigen políticas públicas comprometidas con su democratización.

Palabras clave: Copa Mundial de la FIFA. Legados. Desarrollo nacional. Producción de conocimientos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Distribuição dos estádios de futebol da Copa FIFA 2014 no Brasil.	27
Figura 2- Estádio Governador Magalhães Pinto, Mineirão, Belo Horizonte-MG.	28
Figura 3- Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha, Brasília-DF.....	29
Figura 4- Arena Pantanal, Cuiabá - MT.	29
Figura 5- Arena da Baixada, Curitiba-PR.	30
Figura 6- Arena Castelão, Fortaleza-CE.	30
Figura 7- Arena Amazônia, Manaus-AM.....	31
Figura 8- Estádio das Dunas, Natal-RN.	31
Figura 9- Estádio Beira-Rio, Porto Alegre - RS.....	32
Figura 10- Arena Pernambuco, Recife-PE.	32
Figura 11- Maracanã, Rio de Janeiro - RJ.....	33
Figura 12- Arena Fonte Nova, Salvador - BA.....	33
Figura 13- Arena São Paulo/Neo Química Arena, São Paulo - SP.	34
Figura 14- Cartaz com protesto contra a Copa – manifestações de junho de 2013.....	37
Figura 15- Cartaz com protesto contra a Copa do Mundo FIFA 2014 – manifestações de junho de 2013.	38
Figura 16- Cartaz questiona os gastos com estádios – manifestações de junho de 2013.....	38
Figura 18- Investimentos para a Copa do Mundo em 2014.	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Distribuição geográfica da Copa do Mundo de Futebol no mundo (2002-2026)....	25
Tabela 2- Principais diferenças entre o Novo-desenvolvimentismo e o Social-desenvolvimentismo.	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Nacional-desenvolvimentismo: características gerais/centrais.....	91
Quadro 2- Artigos que discutem/tratam os legados da Copa do Mundo 2014 no Brasil.....	115

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Abimaq	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Abit	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
Abrinq	Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
AM	Amazonas
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APO	Autoridade Pública Olímpica
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBC	Comitê Brasileiro de Clubes
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CE	Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGCOPA	Comitê Gestor da Copa
CGOLIMPÍADAS	Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos
CND	Conselho Nacional de Desporto
CNE	Conferências Nacionais de Esporte
CNJ	Confederação Nacional da Indústria
COI	Comitê Olímpico Internacional
COJO	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos
Copom	Comitê de Política Monetária
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DF	Distrito Federal

DNA	Ácido Desoxirribonucleico
EDT	Estatuto de Defesa do Torcedor
Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
EUA	Estados Unidos da América
Fenabreve	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA	Federation International Football Associations
FMI	Fundo Monetário Internacional
GECOPA	Grupo Executivo da Copa
GEOLIMPÍADAS	Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos
IE	Instituto de Economia
LIE	Lei de Incentivo ao Esporte
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MG	Minas Gerais
MLP	Modelo Liberal-Periférico
MSI	Modelo de Substituição de Importações
MT	Mato Grosso
ND	Nacional-desenvolvimentismo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organizações das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDEL	Plano Decenal de Esporte e Lazer
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PIB	Produto Interno Bruto
PNE	Política Nacional do Esporte

PPP	Parcerias Público-Privadas
PR	Paraná
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PST	Programa Segundo Tempo
PT	Partido dos Trabalhadores
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SEE	Secretaria Especial de Esporte
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEE	Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNEELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
SNFDDT	Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor
SP	São Paulo
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UPPs	Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ESPORTE, ESTADO E SOCIEDADE	46
2.1	ESTADO E SOCIEDADE: CONCEPÇÕES E COMPREENSÕES	46
2.2	ESTADO E ESPORTE: PASSES E IMPASSES	51
2.3	ESPORTE E ESTADO NO BRASIL: DA INTERVENÇÃO DISCIPLINAR À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA	55
2.4	A POLÍTICA DE ESPORTE NOS GOVERNOS LULA: DA QUESTÃO SOCIAL À FUNÇÃO ECONÔMICA	62
2.5	A POLÍTICA DE ESPORTE NO GOVERNO DILMA: CUMPRINDO TABELA	72
2.6	GOVERNOS TEMER E BOLSONARO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O OCASO DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA	76
2.7	AO MODO DE UMA (BREVE) SÍNTESE.....	78
3	O ENSAIO NEODESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO.....	79
3.1	A AGENDA NEOLIBERAL: OS ANTECEDENTES DO ENSAIO NEODESENVOLVIMENTISTA	79
3.2	O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO: AINDA SOBRE ANTECEDENTES (E, FUNDAMENTALMENTE, REFERÊNCIAS).....	86
3.3	A CONSTITUIÇÃO DE UMA FRENTE POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA A PARTIR DA ELEIÇÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM 2002	93
3.4	AS DIFERENTES CORRENTES DE PENSAMENTO EM TORNO DO NEODESENVOLVIMENTISMO: O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E O SOCIAL- DESENVOLVIMENTISMO	97
3.5	O NEODESENVOLVIMENTISMO LULO-PETISTA: DESENVOLVIMENTISMO ÀS AVESSAS E REFORMISMO FRACO	103
3.6	COMO UMA (BREVE) SÍNTESE	112

4	PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE OS LEGADOS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL: REVISÃO (SISTEMÁTICA) DA LITERATURA ESPECIALIZADA NO ASSUNTO	113
4.1	LEGADOS TANGÍVEIS	117
4.1.1	Turismo na copa	117
4.1.2	Infraestrutura	121
4.1.3	Legados Institucionais	121
4.2	LEGADOS INTANGÍVEIS	125
4.2.1	Legados Sociais	125
4.2.2	Marca/Imagem do País	127
4.2.3	Desenvolvimento Sustentável	128
4.2.4	Mobilização Política	130
5	AO MODO DE UMA SÍNTESE	131
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS – À GUIA DE UMA SÍNTESE	134
	REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

*Foi-se a Copa? Não faz mal.
Adeus chutes e sistemas.
A gente pode, afinal,
cuidar de nossos problemas.*

*Faltou inflação de pontos?
Perdura a inflação de fato.
Deixaremos de ser tontos
se chutarmos no alvo exato.*

*O povo, noutra torneio,
havendo tenacidade,
ganhará, rijo, e de cheio,
A Copa da Liberdade.*

(Carlos Drummond de Andrade, 24 de junho de 1978).

Carlos Drummond de Andrade, um grande poeta brasileiro, ao escrever sobre a Copa do Mundo de futebol, em 1978, conforme excerto que principia esta introdução, sugere, dentre outras coisas, uma relativa desconexão entre o aludido evento – naquele contexto – e o conjunto dos problemas socioeconômicos que afligiam, atormentavam e atarantavam grande parte da população brasileira. Suas anotações remetem para uma manifestação cultural e esportiva que, tendo relevância e lastro sociais, estava praticamente desligada das questões socioeconômicas que marcavam o Brasil daquela quadra histórica.

Assim, sua função social parecia restrita – segundo sugere nosso poeta – à incorporação ideológica das camadas populares, o que ocorria pelos processos de escamoteamento, ocultamento e até abrandamento das contradições sociais em debate. Dessa forma, seu desenvolvimento se processava distante da necessária problematização e correspondente desvelamento dessas mesmas contradições. Com isso, seu encerramento, nos termos do escritor, “*não fazia mal*” aos/às brasileiros/as, que, de modo consequente, poderiam voltar-se para os problemas reais “obliterados”.

Contemporaneamente¹, inscrito na lógica da acumulação do capital (PRONI, 2014; REIS, 2022), o futebol – que ganhou a dimensão de um objeto sociocultural cosmopolita – e o

¹ Contexto de capitalismo tardio que é marcado, dentre outras coisas, pela superprodução de bens, obsolescência programada e alta descartabilidade. (MANDEL, 1982). É também um contexto marcado, dentre outras coisas, por mudanças tecnológicas, automação, busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, bem como fusões e medidas para acelerar o tempo do giro do capital. Ademais, tal momento assinala uma rápida penetração capitalista em diversos setores da produção cultural que, por sua vez, acelera a

evento em análise – que adquiriu a envergadura de um megaevento esportivo transfronteiriço – representam elementos conectados, enredados e delineados numa trama social, política, cultural e econômica altamente imbricada, que, em função disso, reclama investigação abrangente e, de igual modo, atividade científica bastante complexa e desafiadora. Exatamente por isso são pertinentes as anotações de Reis (2022) quando considera que o próprio futebol contemporâneo – modalidade esportiva mobilizada no campeonato mundial em questão – não é o mesmo de outrora. Talhado no âmbito de processos avançados de industrialização, suas dimensões comunitária, associativa, amadora, tradicional, recreativa e popular cedem lugar, conforme assegura o pesquisador, a um conjunto de determinações socioeconômicas, políticas e culturais que são tributárias do “[...] *ascenso da imagem* e de sua correspondente espetacularidade e monetização, que rendem *efeitos de desmaterialização* e cuja centralidade derivam, especialmente, *texturas imagéticas e audiovisuais emolduradas por ecrãs*” (REIS, 2022, p. 21, grifos do autor).

Tal delineamento, ainda na análise de Reis (2022), é resultante dos aludidos “*processos de industrialização*” que reconfiguraram a modalidade a partir da “[...] emergência de condições sócio-históricas e políticas deflagradas a partir dos dois últimos decênios do século XX” (REIS, 2022, p. 253). Assim, sua compreensão implica considerar, necessariamente:

[...] um movimento complexo e abrangente que envolve, dentre outras coisas, a transformação (ou pelo menos a readequação) do futebol segundo a lógica da mercadoria e do capital, isto é, um processo que ocorre mediante a ascensão do empresariamento; da espetacularização; da mundialização dos mercados; da concentração e centralização de recursos e capitais; da desterritorialização de sua força de trabalho; do estabelecimento de um complexo socioeconômico (mundial) de caráter desigual e combinado; e, também, de uma relação (orgânica) com setores produtivos e improdutivos que o coloca como plataforma de comunicação; bem como, a incorporação da ciência e tecnologia em sua cadeia produtiva; e a implementação de dinâmicas expropriatórias com vistas à exasperação da propalada industrialização. (REIS, 2022, p. 9).

Em função disso, este texto, que não negligencia as determinações de contexto, labora com uma concepção de futebol que o toma como uma:

corrida pela mobilização da moda em mercados de massa, impactando o consumo de bens e serviços, assim como os estilos de vida e a adesão às atividades de recreação (HARVEY, 1993)” (REIS, 2022, p. 291).

“[...] instância densamente comercializada/mercantilizada e, portanto, industrializada. Uma manifestação cultural que segue rompendo seus laços e vinculações socioculturais e, assim mesmo, avança (a passos largos) em direção à formatação de uma indústria cultural (de entretenimento) inscrita no seio da economia capitalista tardia. Para tanto, não surpreendentemente, trabalha para capitalizar toda a sua produção e racionalizar (profissionalizar) todos os seus processos”. (REIS, 2022, p. 31).

Assim, conforme alerta Proni (2014), seu escrutínio implica o desvelamento de uma propaganda articulada em torno de grandes interesses socioeconômicos e políticos para persuadir a opinião pública de que seu desenvolvimento – que supõe, inclusive, a realização de megaeventos periodicamente – pode ser uma opção eficaz para catalisar o progresso econômico de certas regiões e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população residente. Nos termos apresentados, é fundamental retomar, especialmente no escopo deste trabalho, a ideia de megaevento.

Para Castellani Filho (2014), os megaeventos esportivos são artífices de uma lógica de desenvolvimento urbano a qual subordina a política esportiva, submetendo-a aos interesses e imperativos de setores conservadores (e hegemônicos) da sociedade capitalista tardia, particularmente do campo esportivo. Ademais, seu entendimento, segundo argumenta Proni (2014), implica a observância a – pelo menos – três traços característicos fundamentais, vejamos:

- a) O primeiro elemento a se considerar é o tamanho. Isso implica tomar como critério de análise o número e a diversidade de atletas ou equipes participantes, bem como a extensão e a composição do público (em especial, telespectadores) que assiste/acompanha a cobertura (midiática) desses eventos. Em geral, segundo o pesquisador, são competições mundiais que ocorrem em um curto período de duração, muito embora exija longa e demorada preparação. Pelo seu tamanho, tais eventos monopolizam a atenção da mídia internacional, sendo transmitidos, ao vivo, para os países dos cinco continentes.
- b) O segundo critério a ser observado diz respeito à complexidade de seu planejamento e de sua organização, incluindo aí os mecanismos de financiamento (público e privado). De tal modo, para o seu desenvolvimento há a necessidade de construção de toda uma infraestrutura (específica) para as competições e, também, hospedagem de atletas, treinadores e visitantes (turistas). Tal complexidade,

segundo Proni (2014), se manifesta, também, na gestão empresarial das federações esportivas e na criação de comitês organizadores específicos.

- c) Por fim, o terceiro critério a se considerar é a existência de um legado potencial – tangível e/ou intangível. O autor em destaque argumenta que a ideia em voga ganhou força ao longo do tempo, de modo que, contemporaneamente, é impensável falar em megaeventos sem associá-lo a um conjunto de legados desejados e/ou prometidos. Fato que ocorre porque os elevados investimentos destinados a estes eventos carecem de legitimidade e justificativa socioeconômicas, requerendo, pois, a necessidade de uma herança importante de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental.

Ainda sobre a ideia de megaeventos, que exige atenção nesta introdução, Costa e Miragaya (2008), convergindo em alguns elementos com Proni (2014), argumentam que um megaevento pode ser definido pelo número de participantes ou, ainda, pelo seu processamento, que supõe “[...] curta duração, porém de preparação longa e por vezes intermitente, sempre operando em escala de milhões de participantes” (COSTA; MIRAGAYA, 2008, p. 36). Para Roche (2000) (apud HORNE; MANZENREITER, 2006, p. 2), os megaeventos são melhores “[...] compreendidos como eventos culturais (inclusive comerciais e esportivos) de larga escala, os quais têm um caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional”. Além disso, nas palavras de Schimmel (2006), os eventos em análise podem ser considerados marcos da modernidade, que conta com a longa tradição de integrar interesses diversos – industriais e corporativos com outros de governos em relação ao desenvolvimento urbano e, também, à imagem e à propaganda nacionais.

Hall (2006) nos ensina que perspectivar os megaeventos supõe atenção à sua “[...] grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã” (HALL, 2006, p. 59). Na avaliação de Horne e Manzenreiter (2006), três razões convergem para a materialização/desenvolvimento de um megaevento esportivo na contemporaneidade, a saber:

- a) O avanço das tecnologias de comunicação, que tornou possível o surgimento do fenômeno da audiência em escala planetária, o que ampliou as possibilidades de impacto e exploração dos megaeventos esportivos além de quaisquer outros.

- b) A transmissão internacional, que estimulou a construção de uma articulação entre direitos exclusivos de transmissão, direitos de patrocínio e possibilidades amplas de *marketing* e *merchandising*. Tal aspecto permitiu estabelecer uma espécie de aliança entre entidades de administração (a exemplo da *Federation International Football Associations* – FIFA), setores de comunicação e diferentes atores do mundo dos negócios na exploração das possibilidades comerciais da vasta audiência global que a Copa do Mundo, por exemplo, oferece.
- c) A condição dos megaeventos esportivos como oportunidades de promoção para cidades e países, bem como a possibilidade de legados econômicos, urbanísticos, sociais, culturais, ambientais e esportivos, dentre outros. Traços que explicam, pelo menos em parte, o envolvimento de governos nas candidaturas e na organização destes megaeventos.

O conjunto dos aspectos em destaque faz com que a Copa do Mundo de Futebol e demais eventos correlatos “[...] engendrem inversões financeiras, interesses públicos e privados, impactos sociais e audiência global não alcançáveis por nenhum outro evento conhecido” (TAVARES, 2011, p. 18). Desse modo, parece-nos coerente a caracterização desenvolvida por Horne e Manzenreiter (2006) segundo a qual, tal como o desporto competitivo contemporâneo, os eventos desportivos de grande escala foram desenvolvidos de acordo com a lógica da modernidade capitalista tardia. Por isso, seu delineamento, assim como a cultura desportiva global, são centrais para as sociedades tardo-burguesas. Como eventos mediáticos, tais competições fornecem recursos culturais para refletir sobre a identidade e a agência da representação/encenação neste contexto particular da história.

Ademais, é importante ter claro que o esporte contemporâneo e seus eventos de larga escala são elementos importantes na orientação das nações para a comunidade internacional/sociedade global, exercendo, pois, um papel fundamental na transformação do ambiente urbano, já que funcionam como agentes de transformação e indução de certo *design* arquitetônico. Por isso, o esporte, na sua forma espetacularizada, corresponde a um elemento cada vez mais central, em vez de periférico, na modernidade urbana da dita sociedade capitalista tardia (HORNE; MANZENREITER, 2006).

Apesar disso, Damo (2012) argumenta que a Copa do Mundo de futebol, em certa medida, preserva características desde os anos 1930, quando sua criação ocorreu. É, desde então, segundo informa, uma competição entre equipes de futebol que representam Estados-nações e mobiliza nacionalismos arraigados, disputada pela primeira vez no Uruguai. Nesses

termos, “[...] o envolvimento de representações nacionalistas é o que faz da Copa um forte componente político, mais relacionados ao afeto do que à diplomacia convencional” (BARANDÃO, 2014, p. 65).

Como uma competição esportiva, o campeonato mundial em causa mobiliza atletas que, em nome da espetacularização extremada de suas vidas, são submetidos a situações ultrajantes de “[...] insalubridade humana ao experimentarem-se em comparações máximas obrigatórias de performances superlativas em relação a outros seres humanos, produzindo o que, na literatura crítica da Educação Física brasileira, denominamos de dimensões inumanas das práticas esportivo-corporais” (CAPELA; TAVARES, 2014, p. 10). A respeito disso, acrescenta os autores em destaque, as performances atingidas² pelos atletas na Copa do Mundo de futebol “[...] só são obtidas por meio de sofisticada tecnologia esportiva antívida” (p. 10). Dentre essas tecnologias, enumeram: suplementos alimentares e variados equipamentos de controle e monitoramento das funções vitais durante as intensas seções de treinamento desportivo. Contudo, conforme Barandão (2014), há algum tempo a Copa passou a ser bem mais do que apenas uma competição esportiva. Com a ingerência de uma lógica liberal, o campeonato mundial passou a se configurar como:

[...] um negócio lucrativo para a FIFA e seus parceiros comerciais. A Copa é projetada para render dividendos para alguns grupos à custa para os Estados-nações, e nisso consiste os aspectos polêmicos e constantemente questionados, seja nos países sedes ou no contexto internacional. (BARANDÃO, 2014, p. 65).

Por isso, caracterizando a Copa FIFA de 2014 no Brasil, Damo (2012) sustenta que ela precisa ser perspectivada como uma mercadoria. Reis (2022), a esse propósito, fala em evento cultural em vias de industrialização (mercantilização e mercadorização³). E isso não apenas porque a FIFA a registrou como um elemento de sua propriedade privada, mas também por ser uma modalidade de bem simbólico apreciado – comprado e vendido – em escala mundial.

² O alto desempenho dos atletas “[...] resulta da conjugação dos recentes saberes das ciências do esporte, especialmente da fisiologia e da biomecânica; assim como do desenvolvimento da biotecnologia e da neurociência; além, é claro, do avanço das áreas ligadas especificamente à reabilitação e à prevenção de lesões. Dessa forma, a preparação desportiva deixou de ser apenas uma ‘questão prática’ para se tornar uma atividade meticulosamente analisada, planejada e avaliada. Por isso, sua efetivação está condicionada a treinamentos baseados em práticas científicas comprovadas, para as quais o desenvolvimento e a aquisição de aparelhagem de alta tecnologia são cruciais” (REIS, 2022, p. 90).

³ A mercadorização é a transformação de qualquer objeto – físico ou imaterial – em mercadoria. A mercantilização, por outro lado, tem a ver com a disposição de uma mercadoria na esfera da circulação do capital, no mercado. Assim, refere-se à comercialização *a posteriori* da mercadoria previamente produzida (AGUIAR, 2010).

Neste mesmo sentido, Reis (2022) sugere que o evento em tela entrelaça, contemporaneamente, “[...] interesses da indústria, da publicidade, da mídia e do futebol para [...] prosperar (economicamente) juntos” (REIS, 2022, p. 66). Ainda para o autor, desde pelo menos 1990, a proporção percentual dos direitos de transmissão no conjunto das receitas da FIFA com a Copa, que é emblemática, ratifica sua condição de mercadoria de alto valor agregado. Fato que tem ocorrência marcada por novas circunstâncias econômicas, tecnológicas e culturais, que, por sua vez, alteraram as relações da mídia com o futebol (BORGES, 2018).

Outro elemento a considerar nessa discussão é o fato de a FIFA, por meio da Copa do mundo, promover a mundialização do futebol como cultura esportiva. Imbuído nisso, alerta Capela e Tavares (2014), estão modelos de corpos e de cultura de movimento que inspiram de forma irresponsável as práticas de lazer das populações, especialmente crianças e jovens que, ilusoriamente, desejam os postos de sucessos alcançados por falsos ídolos esportivos produzidos pela e para a máquina industrial do esporte contemporâneo. O conjunto dos processos em questão se desenrola de modo conveniente aos interesses mercantis da federação internacional da modalidade (REIS, 2022). Neste movimento, merece destaque e atenção o fato de que:

[...] o desenvolvimento dessa manifestação, balizado por um certo “padrão de qualidade FIFA”, estar preocupado prioritariamente em acomodar, com segurança e conforto, um novo agente social, que se apresenta como torcedor-turista-consumidor oriundo de todos os cantos da terra; bem como atender, de modo especial, os telespectadores mundiais que demandam a produção de imagens cada vez mais espetaculares. (REIS, 2022, p. 99).

Os elementos em tela reclamam da entidade de administração do mundial (FIFA) e, especialmente, das nações anfitriãs, a edificação de infraestruturas (modernas e singulares) e, ainda, marcos regulatórios e/ou jurídicos que facilitem a materialização do consumo de um “novo-futebol”, o que ocorre independente de contrariar e/ou colidir com tradições arraigadas, políticas implementadas e mesmo normatizações em vigor (ROCCO JUNIOR; MAZZEI; OLIVEIRA, 2015; SILVA, 2018; REIS, 2022).

Por isso, a entidade em causa, em parceria com seus patrocinadores e parceiros, trabalha para que a Copa do Mundo – seu maior produto – cumpra, além de outras atribuições, “[...] a função política de carrear novos mercados consumidores em espaços geográficos inexplorados e(ou) não totalmente aproveitados” (REIS, 2022, p. 99). Para tanto, prioriza, desde 2002, uma nova geografia que inclui países em desenvolvimento

(OURIQUES, 2014; REIS, 2022). A Tabela 01 a seguir é, nessa direção, emblemática/ilustrativa:

Tabela 1- Distribuição geográfica da Copa do Mundo de Futebol no mundo (2002-2026).

Edição	Sede (s)/Anfitrião (ões)	Região (Continente)
Copa do Mundo de Futebol – 2002	Coreia do Sul/Japão	Ásia
Copa do Mundo de Futebol – 2006	Alemanha	Europa
Copa do Mundo de Futebol – 2010	África do Sul	África
Copa do Mundo de Futebol – 2014	Brasil	América do Sul
Copa do Mundo de Futebol – 2018	Rússia	Eurásia
Copa do Mundo de Futebol – 2022	Qatar	Ásia
Copa do Mundo de Futebol – 2026	EUA/Canadá/México	América do Norte/Central

Fonte: (REIS, 2022, p. 99).

Reis (2022), analisando os dados acima, assegura que deles é possível depreender um emergente “[...] circuito internacional da Copa do Mundo de Futebol, ou seja, um ‘novo’ movimento que coloca, pela primeira vez na história, países sem tradição ou mesmo afinidade com a modalidade – a exemplo do Catar, da Coreia do Sul e do Japão – como anfitriões do mundial” (REIS, 2022, p. 99). As razões para tanto derivam de interesses expansionistas da FIFA, ambições globais de seus parceiros comerciais e da necessidade de promoção internacional das nações que sediam o campeonato, assim como das empresas – globais – envolvidas com o megaevento, que, num cenário de economia globalizada (em crise), disputam e competem pela atração e interesse de um capital flexível e desnacionalizado.

Nesse cenário, a conquista do Brasil para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014, em 2007, foi apresentada e comemorada pelo governo brasileiro e setores privados como uma grande oportunidade para enfrentar problemas na área de transporte aéreo e mobilidade urbana, bem como para induzir novos empreendimentos, gerar novos empregos e alavancar o turismo internacional. Importante apontar que, na ocasião, “[...] o Brasil estava vivendo uma era dourada em crescimento econômico e visibilidade internacional. O produto interno bruto (PIB) brasileiro mais que triplicou entre 2003 e 2010, terminando aquela década como a 7ª maior economia mundial” (ALMEIDA, 2016, p. 73).

Além disso, politicamente, acrescenta Almeida (2016), o país buscava utilizar essa condição para estabelecer e firmar parcerias com outras nações menos desenvolvidas e, de modo consequente, ser o representante destas nações em instituições internacionais, como é o

caso das Organizações das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como se posicionar como um líder regional importante e influente na América do Sul. Aspectos coerentes com a observação de Ouriques (2016, p. 20) segundo a qual a Copa “[...] transformou-se em instrumento político [...]” importante.

Nesse bojo, acrescenta Ouriques (2016), a Copa colocou obrigações⁴ ao Estado brasileiro sem as quais as forças do Estado não seriam mobilizadas com tamanha agilidade, presteza e unidade. Cabe assinalar que, no âmbito do projeto do mundial no Brasil, a pretensão inicial era de que a iniciativa privada custeasse a maior parte dos investimentos, o que descaracterizava, ao menos em partes, a candidatura do país como um projeto nacional, bastante diferente do que ocorreu com o Rio de Janeiro na preparação das Olimpíadas de 2016. Contudo, a preparação mudou significativamente quando recursos públicos de esferas locais e nacionais precisaram ser mobilizados/empenhados para a construção dos estádios e de toda a logística necessária (ALMEIDA et al., 2013).

Com isso, é crível rememorar que a Copa FIFA 2014 foi realizada em 12 (doze) cidades-sedes, a saber: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Tal distribuição espacial é, conforme Ouriques (2016), fruto de uma delicada estratégia para contemplar as regiões mais produtivas do país e, também, seus espaços sociais mais populosos e mais bem povoados. A Copa seguiu, dessa forma, o “[...] o roteiro da construção dos grandes clubes nacionais do início do século” (OURIQUES, 2016, p. 37). Assim, pode-se dizer que “[...] é uma copa do litoral e das capitais [...]” (OURIQUES, 2016, p. 37), com exceção das cidades de Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá e Manaus. A Figura 1, na sequência, é ilustrativo dessa questão.

⁴ “As obrigações colocadas ao Estado Nacional contemplam as expectativas de desenvolvimento econômico de muitas regiões e cidades com problemas urbanos e, nessa medida, contemplam também as expectativas de negócios de burguesia local e mesmo internacional na realização de negócios imediatos e futuros” (OURIQUES, 2016, p. 37).

Figura 1- Distribuição dos estádios de futebol da Copa FIFA 2014 no Brasil.



Fonte: Maps Brazil (s/d)⁵.

Conforme apresentado, a realização do campeonato mundial – priorizando a costa brasileira – requereu a construção e/ou reformas profundas de estádios, como tem se tornado praxe. Este processo está conectado com a nova economia política do futebol (REIS, 2022), que, de modo consequente, destrava a falência e demolição do “grande estádio popular”. (MASCARENHAS, 2013). Para tanto, os antigos estádios precisaram passar por processos de higienização, elitização e aperfeiçoamentos segundo projetos arquitetonicamente planejados, cujo mote circunscreveu a necessidade de viabilizar a produção (segura e eficiente) de verdadeiros *shows* (REIS, 2022).

Fato que ocorreu porque a FIFA impôs, ainda conforme Mascarenhas (2013), um modelo de estádio (e de espaço esportivo) pautado nos paradigmas de conforto, segurança, previsibilidade, controle e, sobretudo – embora veladamente – rentabilidade e elitização. Dessa forma, as novas arenas multiusos, nos moldes de *shopping centers*, promoveram uma

⁵ Disponível em: <[O brasil estádio mapa - Mapa do Brasil estádio \(América do Sul - Américas\) \(maps-brazil.com\)](http://maps-brazil.com)>. Acesso em: 20 nov. 2022.

mudança radical na experiência futebolística, implicando relações instrumentais e superficiais voltadas – eminentemente – à apreciação e consumo fluido e passivo (REIS, 2022).

É, pois, exatamente por isso que, ante um portfólio cada vez mais variado de atividades e serviços, o campeonato mundial de seleções demandou – e segue demandando – uma infraestrutura grandiosa e complexa. Nesse quesito, os estádios, como arenas multiuso de altíssimo custo de manutenção (SANTOS; HELAL, 2016), foram, no contexto do mundial de 2014, o ponto nevrálgico de investimentos, já que sua monumentalidade, alusiva à grandiosidade da marca das cidades-sedes, deveria traduzir – com nitidez – o poderio, a potência e a força do Brasil enquanto país proeminente no cenário regional/global. As imagens desses estádios, inscritos nos contextos das cidades-sedes, dispostas a seguir, são metafóricas dos processos em destaque.

Figura 2- Estádio Governador Magalhães Pinto, Mineirão, Belo Horizonte-MG.



Fonte: Revista Hotéis (2014)⁶.

⁶ Disponível em: <[Estádio Mineirão alcança nível máximo em certificação sustentável — Revista Hotéis % \(revistahoteis.com.br\)](https://revistahoteis.com.br)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Figura 3- Estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha, Brasília-DF.



Fonte: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (2022)⁷.

Figura 4- Arena Pantanal, Cuiabá - MT.



Fonte: O Documento (2022)⁸.

⁷ Disponível em: <[Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha – Secretaria de Estado de Esporte e Lazer](#)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

⁸ Disponível em: <[Cuiabá enfrenta o Flamengo na Arena Pantanal com casa cheia \(odocumento.com.br\)](#)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Figura 5- Arena da Baixada, Curitiba-PR.



Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba (2017)⁹.

Figura 6- Arena Castelão, Fortaleza-CE.



Fonte: Grupo Transitar & Associados (2022)¹⁰.

⁹ Disponível em: <[Aproveite Curitiba no feriado prolongado com sol ou chuva - Prefeitura de Curitiba](#)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

¹⁰ Disponível em: <[ARENA CASTELÃO – FORTALEZA, CEARÁ - Grupo Transitar](#)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Figura 7- Arena Amazônia, Manaus-AM.



Fonte: G1 – Portal de Notícias (2022)¹¹.

Figura 8- Estádio das Dunas, Natal-RN.



Fonte: Portal Itambé (2014)¹².

¹¹ Disponível em: <[Em Manaus, estádio da Copa do Mundo de 2014 recebe mais shows que jogos de futebol | Amazonas | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/ma/ma-15/noticia/2014/06/23/em-manaus-estadio-da-copa-do-mundo-de-2014-recebe-mais-shows-que-jogos-de-futebol-amazonas-g1-globo.com)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

¹² Disponível em: <[Arena das Dunas é o 7º estádio pronto para a Copa | Cimento Itambé \(cimentoitambe.com.br\)](http://cimentoitambe.com.br/estadio-das-dunas)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Figura 9- Estádio Beira-Rio, Porto Alegre - RS.



Fonte: Estádios.net (2022)¹³.

Figura 10- Arena Pernambuco, Recife-PE.



Fonte: Jovem Pan – Portal de notícias (2016)¹⁴.

¹³ Disponível em: <[Estádio Beira-Rio - Estádio José Pinheiro Borba | ESTADIOS.NET](#)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Figura 11- Maracanã, Rio de Janeiro - RJ.



Fonte: Portal Itambé (2022)¹⁵.

Figura 12- Arena Fonte Nova, Salvador - BA.



Fonte: G1 – Portal de Notícias (2022)¹⁶.

¹⁴ Disponível em: <[Governo estadual rompe contrato com a Odebrecht e assume a Arena Pernambuco | Jovem Pan](#)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

¹⁵ Disponível em: <[Do Maracanã aos estádios de 2020 | Cimento Itambé \(cimentoitambe.com.br\)](#)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

¹⁶ Disponível em: <[Região da Arena Fonte Nova, em Salvador, mantém movimento intenso 4 anos após a Copa | Bahia | G1 \(globo.com\)](#)>. Acesso em 11 nov. 2022.

Figura 13- Arena São Paulo/Neo Química Arena, São Paulo - SP.



Fonte: Estádios.net (2022)¹⁷.

A monumentalidade dos estádios, flagrante no conjunto das imagens acima, não é aspecto ingênuo, desprezioso e/ou acidental. Tão logo, sua ocorrência precisa ser examinada à luz da ambição de projeção de uma imagem de prosperidade e saltos de inovação em produtos, serviços, estilos de vida e formas culturais e institucionais (MASCARENHAS, 2012; REIS, 2022). Sua edificação nas grandes cidades brasileiras precisou cumprir a tarefa de alçar essas mesmas cidades ao mundo como um espaço-lugar-ambiente global, isto é, “[...] um território cosmopolita, avançado e desenvolvido, além de seguro para morar, visitar, divertir, consumir e, principalmente, investir” (REIS, 2022, p. 85-86).

Em função dessas considerações, Reis (2022), analisando a nova economia política do futebol, sugere que os estádios, ou melhor, as novas arenas multiuso são componentes de uma nova organização socioeconômica da modalidade. Para o autor, estes ambientes, funcionando como *shopping centers*, clubes recreativos e *resorts*, operam como “espaços insulares” e, para tanto, as tarifas financeiras elevadas para o acesso evitam os indesejados segmentos já excluídos. Com essa nova formatação, avaliam Mascarenhas (2013) e Reis (2022), agentes populares e serviços informais que antes integravam a experiência coletiva em vias de monetização são banidos sem políticas e perspectivas de reintegração. Assim, importa acrescentar:

¹⁷ Disponível em: <[Arena Corinthians - Itaquerão | ESTADIOS.NET](https://www.estadios.net)>. Acesso em: 11 nov. 2022.

[...] a formatação da propalada mercadoria exigiu não apenas uma nova infraestrutura, mas também um aparato normativo que, tendencialmente, elimina e(ou) subjuga práticas e usos populares. Em lugar disso, promovem comportamentos mecânicos e dirigidos ao consumo, para os quais o aparelho policial é convocado e uma estrutura de vigilância e controle é montada/acionada (REIS, 2022, p. 216).

E, pautando em Mascarenhas (2013), acrescenta nosso pesquisador:

A nova arquitetura dos estádios, então, ao reorganizar a fruição da experiência cultural em discussão, apoia-se no controle dos torcedores; no condicionamento de sua circulação; e na redução de seu comportamento à passividade, distanciando-os, portanto, do tradicional protagonismo de outrora. É neste cenário que lojas e restaurantes são erguidos; grandes eventos, promovidos; normas e regras, elaboradas. Tão logo, a moderna arena (multiuso) multiplica a capacidade comercial da atividade esportiva no estádio, mas, também, flexibiliza as funções do equipamento e torna a vivência cultural futebolística um objeto inscrito no circuito da mercadoria. (REIS, 2022, p. 217).

Em vista disso, uma pergunta se faz absolutamente pertinente: que concepção(ões) de cidade é(são) ratificada(s) por tais projetos?

Vainer (2011), mirando os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, oferece-nos pistas interessantes ao problema em tela. Para o cientista, enfrentar tal questão implica reconhecer a implementação de um planejamento urbano competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado e orientado pelo e para o mercado. Processo que se desenrola em lugar de um planejamento moderno, compreensivo, “[...] marcado por uma ação diretiva do Estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores [...]” (VAINER, 2011, p. 3).

Com isso, alega Vainer (2009), submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade requerida nestes projetos precisa funcionar com verdadeira empresa e, como tal, por sua lógica conduzida. Assim, há, na avaliação do pesquisador, um processo de afirmação da cidade-empresa, que nega o espaço urbano enquanto ambiente da política e se funda num “*estado de emergência permanente*” que, por sua vez, reclama medidas excepcionais. Em função disso, a ideia de cidade contida, propagada e propagandeada por tais eventos e suas logísticas é de um tipo bastante específica, qual seja: a cidade de exceção.

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas

atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político” (VAINER, 2013, p. 10).

Os megaeventos abusaram deste modelo de desenvolvimento urbano, cujos estádios são apenas uma das suas inúmeras facetas. São cidades de decisões *ad hoc*, de isenções incomuns, de autorizações extraordinárias e, também, de autoridades especiais (VAINER, 2013). Por isso, a cidade em debate acaba por colonizar o poder do Estado em função de interesses privatistas e privatizantes de diferentes grupos e instituições. Assim, problematizar a Copa FIFA 2014 no Brasil implica, necessariamente, reconhecer sua associação com processos de produção e readequação do solo urbano, o que supôs a edificação de projetos que ampliaram e radicalizaram o sentido da cidade-mercadoria, tão importante à especulação imobiliária, mas não somente a ela.

É, pois, neste enquadramento que o campeonato mundial, como um catalizador e uma locomotiva de desenvolvimento, avalizou “[...] remoções de comunidades inteiras; construções de novos aeroportos; aberturas de novas linhas de transporte público; e, inclusive, a requisição de bens imóveis de reconhecida utilidade pública para o benefício dos projetos dos mundiais” (REIS, 2022, p. 171). Além disso, é oportuno nessa discussão considerar que tais elementos dialogaram, conforme Mascarenhas (2013), com emergentes estratégias de gestão, valorização e projeção competitiva da imagem global das cidades – *citymarketing*; e, ademais, com a política dos Estados-nacionais pautada num modelo de desenvolvimento socioeconômico que favorece os grandes grupos empresariais (MASCARENHAS, 2012).

Os processos em causa, entretanto, não se delinearão sem resistências e constrangimentos. Nessa direção, é interessante notar, como fez Almeida (2016), que os investimentos públicos na construção dos estádios, sobretudo, geraram grandes contestações, sendo alvos de protestos (polifônicos, é bem verdade) espalhados por todo país em junho e julho de 2013¹⁸, durante a Copa das Confederações. Na avaliação de Damo (2012), os contestadores correspondiam a:

¹⁸ “Em junho e julho de 2013, nos dias que antecederam a realização da Copa das Confederações e, principalmente ao longo da mesma, o Brasil se viu tomado por levantes populares que, com questionamentos das mais diversas naturezas, num conjunto de manifestações denominado por alguns de “jornadas de junho”, reivindicavam que suas insatisfações fossem ouvidas” (ANJOS; DANTAS; SANTANA, 2013, p. 16). Ainda conforme os autores, os cartazes expostos nas passeatas, diretamente, pouco ou nada se relacionavam com a Copa do Mundo, mas mostravam um descontentamento frente aos altos gastos públicos empenhados na realização dos mesmos, especialmente a construção das arenas, em detrimento de investimentos em outros setores considerados prioritários, fundamentalmente educação e saúde.

[...] um grupo menos visível e mais fluído, [...] e se concentra[ram] na voz de alguns intelectuais, com espaço na mídia, e de movimentos sociais que tenta[ra]m, às duras penas, articular grupos vulneráveis, que est[avam] sofrendo com diferentes modalidades de inconvenientes gerados pelos preparativos em curso. (DAMO, 2012, p. 45).

Romão (2013), na mesma direção, denuncia que a “[...] crítica ao gasto generalizado de dinheiro público na reforma dos antigos estádios [e na edificação de] novas arenas, às remoções de grupos vulneráveis pelas remodelações urbanísticas, à própria FIFA [...]” (p. 161) foi se tornando, dia após dia, a “base material” dos protestos em discussão. Em questão estava, portanto, o espetáculo futebolístico patrocinado pelo dinheiro público. Os cartazes nas Figuras 14, 15 e 16 abaixo são, na direção assinalada, emblemáticos de como a Copa FIFA 2014 foi pautada/questionada nas aludidas manifestações:

Figura 14- Cartaz com protesto contra a Copa – manifestações de junho de 2013.



Fonte: Publica – Agência de Jornalismo Investigativo (2013)¹⁹.

¹⁹ Disponível em: <[Por que protestam contra a Copa - Agência Pública \(apublica.org\)](http://apublica.org)>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Figura 15- Cartaz com protesto contra a Copa do Mundo FIFA 2014 – manifestações de junho de 2013.



Fonte: Portal UOL (2013)²⁰.

Figura 16- Cartaz questiona os gastos com estádios – manifestações de junho de 2013.



Fonte: G1 – Portal de Notícias (2013)²¹.

²⁰ Disponível em: <[Fotos: Manifestantes escorregam no português em cartazes de protesto pelo Brasil - 02/07/2013 - UOL Educação](#)>. Acesso em: 12 nov. 2022.

²¹ Disponível em: <[G1 – Cartazes das manifestações \(globo.com\)](#)>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Antes e depois dessas manifestações, grupos afetados, particularmente os mais vulneráveis, observa Barandão (2014), sem condições de reivindicar legalmente por seus direitos, organizaram-se, por exemplo, em comitês populares. Nesses espaços, a resistência à Copa cresceu e buscou impedir a violação de direitos humanos ou, ao menos, minimizar os efeitos negativos nas comunidades diretamente atingidas, garantindo, com isso, o direito à cidade e à moradia.

No âmbito das contestações, questionamentos e tensões propalados, é fulcral observar que o consenso (inatingível) e a legitimidade necessários à realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil implicaram investimentos importantes de diversos agentes e segmentos (MASCARENHAS et al., 2012). Assim, à mídia, às organizações desportivas, ao governo brasileiro e aos diversos setores do mercado, de modo coordenado, coube a apresentação, propagação e especulação em torno de uma herança, benefício e/ou legado – tangível e intangível – de cunho cultural, esportivo, econômico, político, ambiental e social, que, por sua vez, foram alardeados como imprescindíveis ao desenvolvimento e à projeção internacional do país. Por isso, é fundamental retomar, nesta introdução, ainda que brevemente, a discussão sobre os legados do megaevento em causa.

Inicialmente, contudo, cabe apontar que a palavra “legado” produz a impressão de que algo positivo será deixado para a população. Com isso, tal expressão sugere uma espécie de presente que será transformado em propriedade dos cidadãos locais, que poderão tomá-lo para si, incorporá-lo ao cotidiano e, assim mesmo, dele usufruir. Na maioria das vezes, a menção ao legado – cotidiana e corriqueiramente – remete à ideia do tangível, do material, do concreto, pois ele se encontra estreitamente relacionado às instalações esportivas, parques, praças, estádios, melhoria do transporte urbano e outros serviços que o Estado promete aprimorar e oferecer em virtude do megaevento (ROMERA, 2014).

De outra parte, Preuss (2007) acrescenta que há estruturas intangíveis. Essas são compostas pelo conhecimento, pelas redes e pelos bens culturais. São aspectos mais difíceis de serem mensurados e identificados, conforme apontam Kaplanidou e Karadakis (2010). Como exemplos de legados intangíveis, os autores citam a regeneração urbana, o aumento da reputação internacional, a produção de valores culturais, as experiências emocionais e o aumento do conhecimento.

Assim mesmo, observa Tavares (2011), as afirmações de legados e mesmos de impactos²² – por seu traço ideológico – tendem a obscurecer as evidências da literatura crítica de que há a superestimação dos impactos/legados positivos e a subestimação dos impactos/legados negativos. Logo, não é possível tratar os megaeventos sem considerar e avaliar seus legados, mesmo porque, face aos seus altos custos – diretos e indiretos – e do seu potencial impacto, qualquer que seja ele, a ideia de legados/benefícios gerados ocupa lugar central na discussão/legitimação dos megaeventos nos países-sedes.

Todavia, nem sempre foi assim. Segundo Preuss (2006), apenas a partir da preocupação do Comitê Olímpico Internacional (COI) em contrabalancear a dimensão comercial dos Jogos Olímpicos com uma noção de valores e responsabilidades que a questão se tornou crucial no ambiente esportivo e social. A despeito disso, comparativamente, a mesma questão possui bem menos importância no âmbito da FIFA. A relativa despreocupação da entidade dirigente do futebol mundial com um discurso de responsabilidade social está, provavelmente, relacionada ao fato de que, ao contrário do COI, a FIFA se constitui relativamente distante da preocupação e da missão de promover os “nobres valores do esporte” pelo mundo (ALMEIDA, 2015). Ademais, tal fato pode ser explicado a partir da relação e imbricação entre futebol e esfera dos negócios, o que o coloca como “[...] uma mercadoria que possui relevância especial na construção da identidade nacional assim como nas relações mercantis” (OURIQUES, 2014, p. 13).

Apesar disso, a ideia de legados circula e, nos termos de Preuss (2007), precisa ser compreendida como todas as estruturas, planejadas e não planejadas, positivas e negativas, tangíveis e intangíveis, criadas por e para um determinado evento esportivo que permanecem além da duração do evento em si. Tavares (2011), corroborando com tal compreensão, reconhece que a realização da Copa do Mundo de futebol de 2014 foi anunciada – pelos governos Federal, estadual e municipal – como portadora de legados importantíssimos ao país (SILVA, 2008; FILGUEIRA, 2008), os quais afetariam, sobremaneira, a indústria da comunicação, de um modo geral (GURGEL, 2009; TAVARES, 2009) e os dirigentes esportivos, em particular.

²² A alocação de recursos públicos e privados para viabilizar um megaevento produz impactos e legados. Por isso, de acordo com Preuss (2008), convém estabelecer uma diferença básica entre um e outro. Tão logo, segundo assegura, os primeiros não possuem necessariamente longa duração e podem ocorrer ainda na preparação do megaevento ou mesmo durante a sua realização. Quanto aos resultados, os impactos podem apresentar “ganhadores” e “perdedores”. Já os últimos, conforme Proni (2014), precisam ser compreendidos como heranças de duração maior, sendo algo que permanecerá após a realização do megaevento esportivo, podendo ser considerados como positivos, negativos, tangíveis e intangíveis.

Romera (2014), ainda sobre a questão em análise, alerta que os legados dos megaeventos ultrapassam os limites do tangível, do material representado pelas construções esportivas. Por isso, exige um olhar mais atento aos aspectos intangíveis, cujas consequências interferem diretamente sobre as políticas de saúde pública, de prevenção ao uso de drogas e esforços para a diminuição da violência nos estádios. Consequentemente, os legados respondem por um fenômeno multidimensional que desempenha um papel importante em todas as fases relacionadas à gestão dos megaeventos: licitação, preparação, encenação e planejamento para a fase pós-evento (HILLER, 2006). Nesses termos, afeta a cidade hospedeira em diversos aspectos (PREUSS, 2007).

Além disso, convém observar que as estruturas tangíveis são aspectos que podem ser mensurados mais facilmente e estão divididos em primárias, secundárias e terciárias. As estruturas primárias estão relacionadas às infraestruturas esportivas para o evento, incluindo os locais de treinamento. As secundárias estão relacionadas à infraestrutura de apoio, como vila de atletas, árbitros e técnicos. E as estruturas terciárias são as que estão relacionadas ao entorno do evento como atrações culturais, segurança, transporte público, entre outros (KAPLANIDOU; KARADAKIS, 2010).

Além das questões apresentadas, é importante apontar – por fim – que os estudos sobre legados de megaeventos esportivos, na literatura internacional, são bastante consolidados. No Brasil, entretanto, o debate é recente, sendo impulsionado pelo ingresso do país no grupo das nações contempladas com o “direito” de sediar eventos esportivos de grande magnitude. Segundo informa Proni (2014), as pesquisas nesse campo acadêmico possuem, geralmente, uma abordagem *a posteriori*, uma vez que estão centradas na investigação de legados tangíveis, a exemplo da infraestrutura a ser disponibilizada para a população após o encerramento de um dado megaevento.

Com base nas discussões desenvolvidas até aqui – que, por sua vez, têm a pretensão de caracterizar o problema de investigação e, ao mesmo tempo, contextualizá-lo – esta pesquisa busca responder, como questão de pesquisa, a seguinte indagação: Como a produção de conhecimento brasileira articula e/ou mobiliza a discussão sobre os legados da Copa do Mundo FIFA 2014, o papel contemporâneo do Estado brasileiro no capitalismo periférico e sua correspondente política e ambição neodesenvolvimentista? Por isso, seu objetivo geral implica construir uma discussão sócio-histórica sobre o ciclo de realização dos megaeventos

esportivos no Brasil (2007-2016), com destaque para a Copa do Mundo FIFA 2014, cotejando-a com a produção científica sobre a questão dos legados e o papel do Estado brasileiro no recente ensaio neodesenvolvimentista.

Tão logo, os objetivos específicos contemplam as necessidade de, primeiro, discutir o papel do Estado na garantia das condições de produção (capitalista) dos megaeventos no Brasil; segundo, refletir sobre as ações do Governo Federal e das políticas públicas implementadas no ciclo de realização dos megaeventos esportivos no país (Jogos Pan-Americanos de 2007; Jogos Mundiais Militares de 2011; Copa das Confederações de 2013; Jogos Olímpicos de 2016); terceiro, apresentar como a organização da Copa FIFA de 2014 se insere no debate sociológico sobre o desenvolvimento nacional (desenvolvimentismo; neodesenvolvimentismo; nacional-desenvolvimentismo; desenvolvimentismo social); e, por fim, analisar e avaliar a produção científica sobre os legados da Copa FIFA 2014, os legados tangíveis e intangíveis.

No que toca esse último objetivo, partimos do suposto de que a produção científica sobre legados possui viés legitimador dos megaeventos esportivos, em geral, e da Copa do Mundo FIFA 2014, em particular, alinhada aos temas tangíveis de infraestrutura – Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Copa – e intangíveis de legado social e imagem e propaganda do país. Aspectos que, supostamente, estariam articulados com as ambições do recente ensaio neodesenvolvimentista nacional.

Assim, a justificativa para a atividade de pesquisa em tela reside, primeiro, no envolvimento profissional-pessoal que caracteriza a relação da pesquisadora que escreve este texto com o objeto em análise²³; segundo, pela pertinência da avaliação da produção científica²⁴ elaborada “no calor da hora”, que, inclusive, já foi defendida por Demo (1995), Bracht (2007), Sampaio e Mancini (2007), Bracht et al. (2011; 2012) e Wiggers et al. (2015); e, além disso, da relevância de se enfrentar, teórica, crítica e cientificamente, a superestimação de legados positivos e a correspondente subestimação de heranças negativas,

²³ A condição de professora licenciada em Educação Física e, sobretudo, de docente do Departamento de Educação/Campus XII da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) colocou o esporte, de modo geral, e o futebol, de maneira específica, como tema/questão de intervenção profissional-pedagógica no âmbito da atividade profissional desenvolvida por esta professora-pesquisadora que vos escreve. Ademais, a sua atividade de pesquisa, empreendida desde o mestrado, cujo tema também foi Copa do Mundo de futebol – O futebol na agenda do Governo Lula: um salto de modernização conservadora rumo a Copa do Mundo FIFA 2014 (SANTOS, 2011) –, motivou a escolha.

²⁴ Estudar essa produção, no escopo deste trabalho, supõe, conforme Wiggers et al. (2015), compreender que, no Brasil, a produção do conhecimento está majoritariamente vinculada aos programas de pós-graduação, sendo, portanto, resultantes de processos abrangentes que marcam o fazer científico, bem como de movimentos mais específicos que afetam as diferentes áreas, especialmente suas formas de conhecer.

bem como de localizar lacunas que devem ser atacadas “[...] pela ampliação e a qualificação da produção do conhecimento sobre megaeventos esportivos no país, seja para refinar o potencial crítico da reflexão intelectual, seja para potencializar a contribuição acadêmica para gestão dos megaeventos em suas diversas dimensões” (TAVARES, 2011, p. 15).

Quanto à sua natureza metodológica, a presente investigação é uma pesquisa social. Isso quer dizer que, como assinala Minayo (1998) e Demo (2008), é um estudo cuja adjetivação – “social” – aponta para a pretensão de guinar o esforço de pesquisa para a realidade social, ressaltando, nela, suas facetas qualitativas. Aqui, entretanto, cabe uma nota, que o próprio Demo (2004) cuida de assinalar: não há, com isso, que negar as faces quantitativas, mas o foco está nas qualidades. Dessa forma, é pertinente assegurar que esse tipo de pesquisa faz uso de técnicas qualitativas de investigação e adota perspectivas analíticas próprias das ciências sociais e humanas. Eis aí o motivo de ser, também, uma pesquisa social de abordagem qualitativa e viés explicativo, isto porque – segundo esta última característica – está preocupada com o levantamento dos elementos e fatores que determinam/atravessam a ocorrência dos fenômenos em avaliação e análise.

Do ponto de vista técnico e operacional, o estudo contempla procedimentos de cunho teórico e documental²⁵, combinando diferentes tipos de revisão bibliográfica. Assim, para os dois primeiros objetivos específicos – já anunciados –, optou-se pela revisão narrativa. As revisões narrativas são, nas palavras de Rother (2007), apropriadas para discutir e analisar determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. Estas revisões não utilizam critérios explícitos e sistemáticos na busca da literatura, já que não tem a pretensão de esgotar as fontes de informações. Assim, a seleção e a interpretação dependem dos interesses dos/as autores/as. Seu uso é recomendado para a fundamentação teórica de trabalhos acadêmico-científicos.

Para o terceiro objetivo, trabalhou-se com a revisão integrativa. Método que supõe a combinação de diferentes tipos de revisão. Assim, optou-se por uma busca sistemática de trabalhos e estudos – no caso específico, artigos científicos sobre o ensaio neodesenvolvimentista brasileiro, publicados entre 2002 e 2020, e disponíveis no Google Acadêmico – e, também, revisão narrativa, cuja finalidade supôs atender a necessidade de sintetizar resultados obtidos em pesquisas, de maneira sistemática, ordenada e abrangente sobre o tema em relevo (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Assim, usando como fonte

²⁵ A pesquisa documental, combinada com outros procedimentos, buscou, de modo exploratório e não sistemático, um *corpus* de análise constituído por informações e notícias jornalísticas publicadas em portais eletrônicos de notícias, especializados ou não, cuja circulação abrangem e extrapolam espaços nacionais.

de dados a literatura sobre o ensaio neodesenvolvimentista brasileiro, a atividade de investigação implicou em reunir conhecimentos, (re)construir redes de pensamento e conceitos.

Já para o quarto e último objetivo, priorizou-se a revisão sistemática, que é um tipo de pesquisa teórica planejada para responder uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos (ROTHER, 2007; SAMPAIO; MANCINI, 2007). Para tanto, focou-se na literatura sobre os legados da Copa FIFA 2014, publicados em periódicos nacionais e internacionais, entre os anos de 2010 e 2018, em português e disponíveis no Portal de Periódicos da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Por fim, na tentativa de empreender uma análise mais abrangente e preocupada em articular e mobilizar as discussões desenvolvidas em cada capítulo – que incidem sobre questões relacionadas ao Estado, às políticas públicas, ao desenvolvimento nacional e aos legados – produziu-se, no último capítulo (Considerações finais – à guisa de uma síntese), uma meta-análise qualitativa. Trata-se, portanto, de um esforço de mobilizar as revisões desenvolvidas para responder, provisoriamente, a questão que mobiliza este estudo.

Em vista das questões apresentadas até aqui e buscando construir uma estrutura coerente, articulada e capaz de atender às motivações já aludidas, optou-se por uma lógica de exposição que coloca seus três principais capítulos a serviço do problema de investigação e, conseqüentemente, dos objetivos apresentados. Assim mesmo, seu primeiro capítulo (**Estado, esporte e sociedade**) busca dar vazão aos dois primeiros objetivos (específicos). Para tanto, inicia problematizando as concepções e compreensões de Estado e de sociedade, apontando, pois, as imbricações entre estes dois. Na sequência, dialoga, num exercício de recuperação histórica, sobre o esporte no âmbito das políticas do Estado brasileiro, o que se faz desde a intervenção disciplinar até os processos de modernização conservadora. Além disso, desenvolve considerações sobre a política esportiva dos Governos Lula e Dilma; e, por fim, tece breves considerações sobre o que se caracterizou como o ocaso da política esportiva nos Governos Temer e Bolsonaro, que é seguida por uma breve síntese final.

O segundo capítulo (**O ensaio neodesenvolvimentista brasileiro**), que responde ao terceiro objetivo específico procurou abordar a agenda neoliberal como um antecedente histórico importante à implementação da política neodesenvolvimentista. Não suficiente, o texto aborda a experiência nacional-desenvolvimentista como fundamento e referência. Ademais, discute a constituição de uma frente política desenvolvimentista a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República, em 2002. Na sequência,

apresenta as diferentes correntes de pensamento em torno do neodesenvolvimentismo brasileiro e, por fim, analisa o que se chamou de desenvolvimentismo lulo-petista, como matriz de desenvolvimento marcada por reformismo fraco e desenvolvimento às avessas. Este quadro é seguido de uma breve síntese final.

O terceiro e último capítulo (**Produção acadêmico-científica sobre os legados da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil: revisão (sistemática) da literatura especializada no assunto**) discorre sobre os legados tangíveis e intangíveis sumariados na produção de conhecimento em investigação. Por isso, seu desenvolvimento implicou atenção a temas como: turismo na copa; infraestrutura e legados institucionais; legados sociais; marca/imagem do país; desenvolvimento sustentável e mobilização política. Este tópico é, também, seguido por uma breve síntese final, que, por sua vez, antecede as considerações finais.

No conjunto, esta tese, que julga ser fundamental discutir a repercussão social e científica da atividade epistemológica, defende que a produção científica sobre o tema dos legados da Copa do Mundo FIFA 2014 possui, majoritariamente, viés legitimador do megaevento em causa, destacando aspectos tangíveis da infraestrutura, especialmente, e intangíveis, relacionados aos legados sociais e à imagem e propaganda do país. Essa produção, a despeito de raras exceções, está desarticulada do debate das ambições neodesenvolvimentistas que motivaram e embalaram a candidatura do país à sede do propalado mundial.

2 ESPORTE, ESTADO E SOCIEDADE

Este capítulo tem o objetivo de discutir o papel do Estado na garantia das condições da produção (capitalista) do esporte e de seus megaeventos, que, não obstante, corresponde à expressão mais desenvolvida e complexa do esporte como mercadoria (MATIAS, 2018). Para isso, problematizaremos algumas questões-chave nesse processo, tais como: Quais as relações entre o Estado, a sociedade e o esporte? Qual o papel do Estado e de suas políticas ante o processo de produção capitalista do Esporte? Qual o significado dos megaeventos esportivos no contexto de mercantilização do esporte? Como tais relações repercutem na particularidade brasileira? Com isso, analisaremos e compreenderemos o que justifica e, também, o que legitima a participação/atuação dos Estados nacionais na organização dos megaeventos esportivos.

2.1 ESTADO E SOCIEDADE: CONCEPÇÕES E COMPREENSÕES

A compreensão da atuação e do envolvimento do Estado capitalista no setor esportivo implica identificar e problematizar o conjunto das transformações sociais, culturais, econômicas e políticas que o atravessou nos últimos anos e que, não por acaso, é resultado das lutas de classes e de suas implicações no desenvolvimento social e humano. Assim, analisar o Estado requer atenção à Sociedade Civil. Nessa direção, a partir do pensamento marxista, não se pode negligenciar o fato de que ambos correspondem a produções humanas, logo, questões históricas e sociais, assinaladas por contradições e antagonismos de classe, que atravessam o capitalismo como modo de produção e organização da vida humana.

Por isso, é possível afirmar que o entrelaçado conceitual e os embates que circunscrevem as diferentes concepções e compreensões de Estado e Sociedade Civil são desenhados por atores que se localizam, principalmente, em dois polos, cujas perspectivas são antagônicas: os progressistas e os conservadores. Tal fato é resultado da disputa de projetos políticos distintos, que concorrem para dar a direção ao pensamento político contemporâneo.

Neste texto, que está afinado como o pensamento progressista, o Estado e a Sociedade Civil – como parte da realidade – são resultantes de múltiplas determinações e, igualmente, de processos/movimentos contraditórios e dinâmicos, cuja implicação mútua é elemento incontornável. Logo, o Estado, numa inspiração gramsciana, é um produto da sociedade civil e, desse modo, expressa suas contradições.

Nos termos supracitados, que decorrem da aproximação ao pensamento de Marx, podemos dizer que não é o Estado que põe determinações na sociedade, mas o contrário: é a sociedade que coloca determinações no Estado. Aqui, a atenção é para não se tomar a sociedade abstratamente, já que ela se organiza a partir do modo de produção e reprodução da vida humana. Nessa direção, o Estado representa os interesses das classes inerentes ao modo social de produção. Por isso, a sua natureza é – incorrigivelmente – classista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). O Estado, portanto, é produto, consequência e construção de uma dada sociedade que se organiza em classe e que, nos termos de Marx (2017), tem o Estado, o regime político, como elemento subordinado, e nas relações econômicas, o elemento dominante.

Ainda nesta perspectiva, segundo Gramsci (2000, p. 331), o “[...] Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue manter o consenso ativo dos governados”. Assim sendo, a esfera da sociedade civil é a arena das mediações do exercício da dominação de classe pelo exercício do convencimento. Por isso, Montaño e Duriguetto (2011) alertam para o conjunto das mediações que conformam e atravessam o domínio e o consentimento, já que a capacidade de dirigir e organizar os sujeitos é elemento fundamental para o fortalecimento da dominação de classes.

O Estado para Marx e Engels, então, emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerentes às relações capitalistas. Assim, a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção, constitui a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que expressa os seus interesses em normas e leis (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011). Nesta mesma perspectiva, Paulo Netto (1990, p. 59) argumenta que são “[...] as relações de produção de uma sociedade, os interesses de classes daí oriundos, sua correlação de forças, que determinam o Estado (suas normas, leis, autoridades, instituições), e não o contrário”.

Neste contexto, o Estado é a instância que busca se legitimar na representação do interesse universal do conjunto da sociedade, mas, em verdade, representa (defende/advoga) o interesse de uma determinada classe. Ele cumpre, portanto, a universalidade e reproduz o interesse da classe dominante. Assim mesmo, projeta a aparência da universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que garante a organização das condições gerais de um sistema social, no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante (MARX, 2001).

Para Montaño e Duriguetto (2011), Gramsci, com a identificação dos processos de socialização da política, amplia o entendimento de Estado em Marx²⁶, isso porque anota sobre a incorporação de novas funções, e, especialmente, sua inclusão nas lutas de classes. Com isso, Gramsci, na avaliação dos autores, ao lidar com o Estado de seu tempo e contexto, observa a função de coerção (sociedade política), tal como descoberta por Marx e Engels, mas, também, incorpora a esfera da sociedade civil, cuja função é o consenso. O Estado “integral” ou “ampliado”, neste entendimento, se forma na dinâmica entre a sociedade política (Estado *stricto sensu* ou Estado-coerção) e a sociedade civil (esfera da disputa da hegemonia e do consenso). Em conjunto, as duas esferas – sociedade civil e sociedade política – formam o Estado da realidade histórico-social.

Neste quadro, Gramsci denomina “sociedade política” a esfera estatal, cuja função é a de dominação de uma classe sobre a outra, que, não obstante, é conformada pelo conjunto de Aparelhos de Coerção e Repressão (aparato policial e militar, sistema judiciário e administrativo) pelos quais a classe dominante impõe – coercitivamente – a sua dominação. Em suas anotações, Gramsci afirma que a estrutura (socioeconômica) e a superestrutura (ideopolítica) formam um Bloco Histórico²⁷, o que define como sendo “[...] a união entre a natureza e o espírito, (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos”. (GRAMSCI, 2002, p. 26).

Com isso, para Gramsci, o Estado é a esfera em que se efetiva o domínio burguês, que não implica apenas o aparelho repressivo da burguesia, mas a hegemonia desta classe no âmbito da superestrutura (cultura/política). Nesses termos, a hegemonia ganha destaque nos trabalhos de Gramsci; e, por isso, merece nossa atenção. Assim, hegemonia não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada num certo consenso/aceitação.

De tal forma, pensar o Estado implica reconhecer as conexões entre o poder econômico, social e político da burguesia com os demais estratos sociais. O Estado, assim, é a expressão das relações sociais de produção existentes na sociedade capitalista. Não obstante, estamos sempre na perspectiva da identificação de Estado com o Governo. Identificação essa que é, precisamente, uma representação da forma corporativa e econômica que resulta de uma

²⁶ Para Marx e Engels, o Estado configurava-se como “[...] um comitê para administrar os negócios coletivos da classe burguesa”. Assim, suas formas institucionais se valeriam essencialmente da coerção ou da opressão para executar suas funções e o domínio de classe burguês. (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011).

²⁷ “A estrutura e a superestrutura formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas [que] é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2006, p. 250).

confusão entre a sociedade civil e a sociedade política, uma vez que a ideia geral de Estado carece de elementos que remetam à noção de sociedade civil (GRAMSCI, 2002).

Para Coutinho (2011), o que pode distinguir a sociedade política da sociedade civil é a função que essas esferas exercem na vida social, tanto na articulação como na reprodução das relações de poder, visto que “[...] ambas as esferas servem para conservar ou promover determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental” (COUTINHO, 2011, p.25-26). Nessa direção, cabe atenção à questão da sociedade civil na visão de Gramsci:

A sociedade civil em Gramsci é composta por uma rede de organizações (associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas etc.). É uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 11).

Nos termos apresentados, enquanto na sociedade política a classe dominante exerce o seu poder e sua dominação por uma ditadura através dos “aparelhos coercitivos do Estado”, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre por meio de uma relação de hegemonia que é construída pela direção política e pelo consenso. Por isso, Leite (2016) assegura que, para Gramsci, o Estado não é apenas um aparelho de repressão, mas um aparato jurídico-político cuja estrutura e organização sofrem variação conforme a organização econômica, sociopolítica e cultural de uma dada sociedade, com a mediação histórica das correlações de forças entre as frações de classes.

Ainda nesta discussão, destaca-se a função econômica exercida pelo Estado referente às garantias para a produção capitalista. Para tanto, cabe recorrer a Mandel (1982) quando escreve sobre as funções do Estado, que, segundo avalia, variam, em momentos históricos distintos, especialmente quando marcados por diferentes formações sociais. Antes, porém, é oportuno lembrar que, para Mandel (1982), o Estado burguês é, ao mesmo tempo, uma herança e uma negação do Estado absolutista: a herança está na tomada do poder político e na maquinaria institucional; já a negação encontra-se na formulação de “Estado fraco” em comparação com o intervencionismo econômico do período absolutista.

Avançando na discussão do Estado no contexto tardo-burguês, Mandel (1982) identifica as transformações do sistema capitalista como agentes que alteram as relações do Estado com a burguesia. Este fato está relacionado, especialmente, com a passagem do

capitalismo concorrencial para o capitalismo imperialista e monopolista. A formação dos monopólios criou uma tendência de superacumulação e centralização do capital nos grandes centros. Com isso, verificou-se o aprofundamento da globalização e financeirização da economia com a desterritorialização da produção e um ataque aos Estados nacionais. (MANDEL, 1982).

Ainda de acordo com o autor, a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista foi marcada por uma maior participação política do movimento operário. Essa maior participação contribuiu para o surgimento de partidos trabalhistas poderosos e com representatividade e, por outro lado, aumentou a função integradora do Estado com a incorporação da classe trabalhadora à democracia parlamentar burguesa. Diante disso, verificou-se uma ampliação da legislação social como forma de salvaguardar os interesses da classe dominante do movimento operário e, ao mesmo tempo, assegurar a reconstituição física da força de trabalho. Nesses termos, assegura Mandel (1982), caberia ao Estado:

1) Criar as condições gerais de produção, que não podem ser garantidas pelos membros da classe dominante. Essa função exige as seguintes garantias:

- Assegurar os pré-requisitos gerais e técnicos do processo de produção efetivo;
- Providenciar os pré-requisitos gerais e sociais do mesmo processo de produção;
- Reproduzir continuamente aquelas formas de trabalho intelectual indispensável à produção econômica, ainda que não façam parte do processo de trabalho imediato;
- Manter um sistema educacional adequado às necessidades de expansão econômica.

2) Reprimir qualquer ameaça da classe dominada ou de frações de classe dominante ao modo de produção. Essa função pode ser exercida por meio dos seguintes mecanismos:

- Exército;
- Polícia;

- Leis (sistema jurídico);
- Sistema penitenciário.

3) Integrar as classes dominadas. A função integradora foi atribuída por Gramsci e Lukács à imposição de uma classe dirigente. Ela complementa a função repressora, uma vez que o uso exclusivo da coerção conformaria um Estado insustentável de guerra civil permanente. São instrumentos de efetivação da função integradora:

- Educação;
- Cultura;
- Meios de Comunicação.

Para Pereira (2008), as funções elencadas por Mandel (1982) devem ser sumariamente apreendidas pelo conjunto dos pesquisadores e analistas das políticas públicas, sobretudo os que perspectivam alterações substantivas no modo de organização da vida social, empreendendo análises do “Estado em ação” com o intuito de entender as relações que permeiam o Estado e a Sociedade Civil. Além disso, é crucial entender como estas funções ajudam a pensar a política esportiva, especialmente a organização e o fomento de megaeventos esportivos no mundo globalizado e espetacularizado. Antes, porém, é oportuno avançar no debate sobre o Estado na relação com o esporte – tema tratado na sequência.

2.2 ESTADO E ESPORTE: PASSES E IMPASSES

Atualmente, os Estados nacionais – a partir de certo nível de desenvolvimento social e independente do regime político e do sistema socioeconômico – estabelecem relações (profusas) com o esporte, tomando-o, dessa forma, como importante esfera das políticas públicas, que, com isso, gozam de considerável prioridade na agenda política. Por isso, Bueno (2008) considera que os Estados operam massivamente sobre o esporte, muito embora as razões para tal envolvimento sejam das mais diversas ordens (BUENO, 2008). Entendê-lo, requer, portanto, retomada sócio-histórica.

Assim, é importante considerar que o esporte moderno surgiu e se fortaleceu na atmosfera liberal do século XIX²⁸, quando a participação do Estado, mesmo nos demais setores, não era notavelmente institucionalizada. Por essa razão, o esporte se constituiu como atividade privada, com certa autonomia em relação ao Estado. Tal autonomia tem outras razões e, dentre elas, não se pode esquecer a insignificância econômica da atividade nos seus primórdios e a parca representatividade social e política do setor esportivo na própria sociedade liberal nascente. Este quadro, não por acaso, começa a mudar, internacionalmente, nos anos 1930, quando os países democráticos passaram a regular as atividades esportivas e, os países menos democráticos, segundo avalia Bueno (2008), assumiram por completo a responsabilidade pelo esporte para fins ideológicos.

Assim, ainda de acordo com Bueno (2008), somente nos últimos cinquenta anos, de um interesse marginal e esporádico, o esporte passou a ser pensado e organizado de forma progressivamente centralizada pelos governos, atendendo a objetivos (estratégicos) políticos e sociais, reconhecendo e incorporando o esporte como área distinta de política pública.

Neste debate, é fundamental observar que a função precípua do Estado dentro das sociedades capitalistas, segundo argumenta Bracht (2005), é garantir as condições necessárias à reprodução do capital. Dentro dessa perspectiva, o esporte é objeto de atenção e intervenção estatal, em razão da sua maior ou menor contribuição nesse objetivo. Diante de tal contexto, o autor afirma que a localização das prioridades do Estado – se no âmbito do esporte e lazer (participação) e/ou no contexto do alto rendimento e/ou espetáculo – é elucidativa dos motores ou dos benefícios que o Estado espera cultivar ao investir em políticas e programas de esporte.

Por isso, conforme Brohm(1982), o desenvolvimento do esporte precisa ser tratado considerando o fato de que sua ocorrência histórica é traço contemporâneo do desenvolvimento capitalista e isto ocorre não apenas pelo fato de que o esporte reproduz, no plano ideológico, as categorias fundamentais do modo de produção capitalista, tornando-se assim mais uma instância justificadora desse modo de produção, mas também porque seu delineamento não ocorre distante dos determinantes socioeconômico do capital. Logo, o esporte precisa ser considerado instrumento da dominação do capital, mas, também, processo social por ele determinado, mas não apenas, evidentemente.

²⁸O esporte surgiu e se organizou na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, com base na sociedade civil. De lá, ganhou outros países, especialmente pela ação/sanha imperialista daquele país (BRACHT, 2005).

Com isso, o esporte tem sido caracterizado como um conjunto institucionalizado de práticas competitivas, com predomínio do aspecto físico, delimitadas, codificadas e regulamentadas convencionalmente, cujo objetivo é, sobre a base de uma comparação de provas, de marcas, de demonstrações, de performance físicas, designar o melhor concorrente (o campeão) ou registrar a melhor atuação (o recorde). O esporte, assim mesmo, corresponde a um sistema de competições físicas generalizadas, universais, abertas em princípio a todos, que se estende no espaço (todas as nações, todos os grupos sociais, todos os indivíduos podem participar) ou no tempo (comparação dos recordes entre várias gerações sucessivas), e cujo fundamento é medir e comparar a atuação do corpo humano concebido como potência sempre perfectível (BROHM, 1982).

Nessa direção, segundo Brohm, o elemento sociocultural em causa:

“[...] registra o progresso corporal humano objetivo. É o positivismo institucionalizado do corpo, o museu das atuações, o arquivo dos êxitos através da história. É a instituição que a humanidade descobriu para tomar nota de sua progressão física contínua; o conservatório do recorde onde ficam registradas suas façanhas. A história do esporte está concebida explicitamente como uma mitologia da ininterrupta ascensão até a superação: “*citus, altius, fortius*”. É esse espírito novo, industrial, que reflete todas as categorias centrais do modo de produção capitalista e as subsume sob o princípio do rendimento que integra o corpo numa fantástica corrida até o êxito. (BROHM, 1982, p. 42-43).

Nesses termos, o sistema esportivo constituiu-se historicamente como uma totalidade estruturada, e, por isso, só faz sentido pensar a história do esporte como sendo a constituição progressiva de um sistema de dimensões mundiais, na qual é possível perceber uma clara “ruptura histórica” na aparição do esporte moderno. Ainda para Brohm (1982), o esporte moderno difere do antigo não apenas por introduzir a noção de recorde, mas fundamentalmente por suas vinculações com as relações classistas dominantes na sociedade urbano-industrial nascente, em que, inicialmente, apenas as classes aristocráticas dispunham de condições para seu acesso e desenvolvimento, isto é, de tempo livre – condição básica e essencial para a atividade esportiva na modernidade (BROHM, 1982).

Com isso, é importante destacar que o esporte moderno, tal como entendemos, implica em: a) Emergência no âmbito da sociedade urbano-industrial burguesa e é inseparável de suas estruturas e de funcionamento; b) Desenvolvimento que se processa estruturando-se e organizando-se internamente de acordo com o aprofundamento do capitalismo mundial; e c) Apropriação da forma e do conteúdo que refletem essencialmente a ideologia burguesa.

Por isso, cabe reconhecer que foi na sociedade industrial da segunda metade do século XIX que floresceu o sistema institucional esportivo, o qual não tardaria em difundir-se para outros países, à medida que o modo de produção capitalista se instalava e se consolidava no continente europeu e na América do Norte. Tão logo, pode-se afirmar que a história do esporte é, em última instância, a história de sua difusão progressiva por todo o planeta, especialmente a partir de finais de século XIX e começo do século XX. Esse processo de desenvolvimento, segundo atesta Brohm (1982), comprometeu quatro fatores, a saber:

- a) O aumento do tempo livre e o desenvolvimento do lazer, que ocupa um lugar de destaque na sociedade burguesa;
- b) A universalização dos intercâmbios mediante os transportes e os meios de comunicação de massa, que permitiu o desenvolvimento do esporte num “mercado cultural” graças à sua natureza cosmopolita;
- c) A revolução técnico-científica, que se reflete na busca da eficiência corporal, nos novos materiais e equipamentos e, inclusive, no surgimento de novas modalidades esportivas;
- d) E, por fim, a revolução democrático-burguesa e o correspondente enfrentamento das nações no plano internacional, isto é, na dinâmica político-ideológica.

O esporte é, nesta perspectiva, um produto da sociedade urbano-industrial burguesa. Conquanto, nasce não apenas no âmbito da emergência do modo de produção capitalista, mas, sobretudo, com o desabrochar do estado nacional (democrático) e seu correspondente nacionalismo. Fruto da dinâmica da sociedade moderna, o esporte reduz as distâncias entre as classes, multiplica contatos, promete mobilidade social e progressivamente abole algumas discriminações sociais (BUENO, 2008), apesar de avalizar outras tantas.

Assim sendo, o esporte corresponde a um produto e reflexo da sociedade capitalista, de maneira que não é estranho que ele apresente as contradições, características e problemas desse modelo de organização social e política. É, portanto, para Brohm (1982), fenômeno em crise, como os demais setores do capitalismo analisados pela ótica marxista. Tão logo, precisa ser perspectivado como objeto/elemento sociocultural cuja emergência implica a sociedade urbano-industrial capitalista e cujo desenvolvimento é atravessado pela construção dos Estados nacionais e pelo correspondente nacionalismo.

2.3 ESPORTE E ESTADO NO BRASIL: DA INTERVENÇÃO DISCIPLINAR À MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

A aproximação do Estado brasileiro ao setor esportivo, com forte caráter interventor, não difere das razões/motivações que marcam os interesses dos Estados nacionais com o esporte em outras partes do mundo (ATHAYDE, 2014). Contudo, a constituição histórica do setor esportivo brasileiro – que resulta de determinantes culturais, sociais, políticos e econômicos que marcam o capitalismo dependente do sul global, bem como as contradições e a heterogenia desse percurso, atravessados pela singularidade/especificidade do Estado e da sociedade brasileiros – torna sua análise complexa e desafiadora.

Ainda assim, é oportuno assinalar que o “capitalista à brasileira” e o setor esportivo nacional constituem “afluentes” de um sistema mundialmente consolidado. Apesar disso, a “[...] ação do Estado no setor esportivo decorre de interesses intrínsecos à própria estrutura estatal, ao invés de uma reconhecida demanda da sociedade brasileira, sobretudo aquela organizada esportivamente” (ATHAYDE, 2014, p. 116).

Em virtude disso e tendo clareza do “destino” que pretendemos chegar com a análise da realização dos megaeventos no país, fundamentalmente da Copa do Mundo FIFA de 2014, é importante destacar algumas passagens históricas da constituição do setor esportivo brasileiro ainda que de forma breve, introdutória e pouca aprofundada, mas que, ainda assim, permitem uma leitura do nosso ponto de partida para uma (eventual) ampliação da compreensão das questões em voga neste trabalho.

Assim, a natureza da relação esporte e Estado no país, desde o Estado Novo (1937-1945), é corporativa. O “braço” da ação estatal intervém de forma disciplinar desde a promulgação do Decreto-Lei nº 3.199/1941, que estabeleceu as bases de organização de desporto no país²⁹. Com ele, criou-se, também, a Divisão de Educação Física no Ministério da Educação e Saúde, bem como o Conselho Nacional de Desporto (CND) que, imbuído de plenos poderes, advoga para si o controle rígido das entidades esportivas. Athayde (2014)

²⁹ A justificativa adotada pelo Estado para interpor sua autoridade no setor esportivo foi, principalmente, a necessidade de discipliná-lo e organizá-lo, isto é, se, por um lado, o esporte já estava estabelecido como uma esfera da vida cotidiana, portanto, portador de uma história, por outro, necessitava de organização geral e adequada, que lhes imprima a disciplina necessária à sua correta prática, conveniente desenvolvimento e útil influência na formação espiritual e física da juventude. Nestes argumentos, escondiam-se disputas acirradas que revelavam as fissuras (contradições) no “bloco no poder” que ocupava o aparelho esportivo, especialmente no futebol, envolvendo a questão da profissionalização e do amadorismo. Alguns dirigentes esportivos e atletas queriam ver as práticas esportivas profissionalizadas; outros defendiam a permanência do amadorismo e da ideologia burguesa do “fair-play” (NOGUEIRA, 1998).

argumenta que a ausência de representantes das entidades desportivas na estrutura do CND demonstrava seu caráter autoritário e antidemocrático.

Importante recordar que o período em questão foi caracterizado por intensas mudanças estruturais da sociedade brasileira. Nele, alteraram-se as bases do desenvolvimento e do modo de acumulação com ênfase na industrialização, abrindo espaço para o surgimento de vários ramos industriais que traziam consigo novos tipos de indústrias e bens. Também nesse contexto “[...] foram introduzidas novas técnicas industriais e cresceu o número de operários qualificados, para os quais foram criados o ‘Sistema S’, um conjunto de serviços vinculados à indústria e ao comércio (SESI, SENAI, SESC), visando educar o trabalhador para estes setores da economia” (POMAR, 1998, p. 31).

A esfera esportiva não ficou imune a todas essas mudanças. No país, as ações governamentais que objetivaram regulamentar, ordenar e controlar de forma direta o setor esportivo ocorreu depois de este setor ter atingido um grande desenvolvimento institucional no âmbito das relações privadas. Desse modo, como afirma Linhales (1996, p. 43), no Brasil, “[...] o esporte não surge no Estado [...]” e, também, “[...] não se reduz ao Estado”, mas tampouco se faz fora dele, isto é, não se organiza/desenvolve fora das determinações (ambições) do Estado brasileiro, que, desde Vargas, estabelece relação orgânica com o “aparelho” esporte. Tal relação, segundo avalia Veronez (2005), de cunho “íntimo”, guardava articulações com o claro objetivo de operacionalizar sua função primordial de garantir o consenso e a hegemonia das classes dominantes.

Com isso, é conveniente não descuidar para o fato de que a partir dos anos 1930 ocorre uma mudança no padrão de intervenção do Estado na sociedade e, em especial, no setor esportivo. Antes disso, isto é, antes de o governo resolver intervir de forma a tutelar o esporte, diversas modalidades com suas regras estabelecidas já eram praticadas, campeonatos com rígidos regulamentos ocorriam periodicamente, vários clubes já tinham sido criados e estavam regimentalmente ordenados, diferentes entidades voltadas à gestão do esporte já se encontravam estatutariamente organizadas, seleções e equipes nacionais já participavam – há longa data – de eventos internacionais representando o país, enfim, a esfera esportiva já estava perfeitamente integrada à vida cotidiana na sociedade brasileira, portanto, já possuía uma história, cuja trajetória havia despertado o interesse das massas e da intelectualidade nacional (VERONEZ, 2005; ATHAYDE, 2014).

Nos anos posteriores, o esporte foi institucionalizado, ganhou legislação específica, foi oferecido pelo Estado a distintos segmentos sociais, como um bem coletivo. De tal forma, recebeu investimentos públicos e inaugurou uma burocracia oficial para o seu

desenvolvimento, controle e fiscalização. Em outros termos, foi estatizado, sem, contudo, ter sido plenamente socializado, e é esta contradição que se perpetua, apontando as diferenças entre massificar e democratizar a prática esportiva (ATAHYDE, 2016). O que ocorre, principalmente, em função de sua possibilidade política e propagandística, conforme passagem a seguir:

Há, igualmente, um irrefutável predomínio do determinante político sobre o econômico no que tange à utilização do esporte pelo Estado, embora essas determinações jamais estejam totalmente apartadas. Trata-se, portanto, de um momento histórico no qual os governantes exploram com mais ênfase a capacidade ideopolítica do esporte, expressa por sua dimensão alienante e funcionalidade propagandística. (ATHAYDE, 2014, p. 106).

Para tanto, em um primeiro momento – fins da década de 1930 – o Estado brasileiro, por meio de ações de governo, outorgou ao setor esportivo um papel de destaque, sendo este alvo de políticas setoriais específicas no âmbito das políticas sociais, especialmente quando estabeleceu a necessidade de ganhar “consciências” para que um determinado projeto de “modernização” se consolidasse em nosso país³⁰. Este quadro, contudo, não foi alterado no âmbito da democracia populista brasileira (1945-1964), como veremos a seguir.

Segundo Bueno (2008), o setor esportivo nacional na abertura política que ocorre entre 1945 e 1964 não sofre medidas capazes de alterar o padrão de política implementado pelo Estado Novo. O argumento em questão é comprovado “[...] pelo fato da Constituição de 1946 não fazer qualquer referência ao esporte, ratificando a estrutura estabelecida anteriormente”. (REIS, 2015, p. 76). Todavia, há que se observar um conjunto de medidas pontuais e periféricas que, para Linhales (1996), servem mais à necessidade de acomodar os atores do campo esportivo e menos à urgência de desenvolvimento e aprimoramento do setor.

Assim, destaca-se o único ato legislativo ligado diretamente à política esportiva, que foi “[...] o Decreto-lei nº. 9.912/1946 que estabeleceu a responsabilidade do presidente da república para com a construção de praças de esportes e nomeação de comissões para estudos e construção de propostas específicas para o assunto” (REIS, 2015, p. 76). Assim, Linhales (1996) e Reis (2015) avaliam que as razões para o não rompimento com a lógica do Estado Novo estão em dois fatores, a saber: a organização estrutural do setor, formatada pelo

³⁰ Para Veronez (2005), o setor esportivo constituído e permeado pelas contradições de classe em um Estado debilmente liberal e autocrático, buscava compor um projeto de país que procurava deixar no passado uma economia essencialmente baseada na produção agrícola e tentava chegar à modernidade a partir de um projeto de industrialização ancorado numa perspectiva desenvolvimentista (substituição de importações) que ficou conhecida como “nacional-desenvolvimentismo”.

Decreto-lei nº. 3.199/1941, que concedeu aos presidentes de federações e confederações grande poder para arbitrar os interesses do governo e das entidades esportivas segundo o modelo corporativista; e, ademais, pela dependência das elites esportivas em relação ao Estado nacional brasileiro, aspecto que reforçava as relações de exclusão que se manifestavam, de um lado, pela supressão das demais modalidades dado, sobretudo, o foco dos investimentos no futebol e, de outro, pela seletividade do esporte de alto rendimento.

Apesar disso, Bueno (2008) alerta que o continuísmo não pode ser explicado sem atenção ao movimento de aproximação dos políticos com os clubes na busca por dividendos eleitorais: “[...] um traço particular da democracia populista” (REIS, 2015, p. 76). Por isso, sua explicação passa pelo estabelecimento de “[...] uma relação de simbiose e clientelismo entre políticos (votos) e dirigentes (posição e interesses pessoais) que viria a se tornar padrão para as décadas seguintes” (REIS, 2015, p. 76).

A estrutura legada pelo Estado Novo não permanece inalterada na Ditadura Militar. Esse fato ocorreu, sobretudo, com a promulgação da Lei nº 6.251/1975 e sua correspondente regulamentação (Decreto nº 80.228/1977). A lei geral do esporte implementou mudanças importantes no setor, a começar pelo reconhecimento de quatro formas de sua organização: comunitária, amadorista e profissional, definida como aquela que abrange as associações, ligas, federações, confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro; estudantil, subdividida em universitária e escolar, a primeira sob a coordenação da Confederação Brasileira de Desportos Universitários e a segunda sob a supervisão de órgão competente do MEC; militar, praticada pelas Forças Armadas; e classista, direcionada aos trabalhadores por meio de associações desportivas criadas nas ou pelas empresas (BRASIL, 1975).

Na avaliação de Veronez (2005), essa organização significou um avanço, sobretudo ao reconhecer a pluralidade de manifestações esportivas, ainda que a referência – básica – fosse o esporte de alto rendimento. Entretanto, Manhães (2002, p. 107) assegura que tais mudanças não ultrapassam a modernização do que já existia representando, dessa forma, uma ação política de índole continuísta, já que “[...] a abertura advinda do Estado Novo é formal. Permanecem a hegemonia do desporto seletivo e a base clubística”.

Veronez (2005) afirma que, durante os 21 anos em que persistiu o regime militar no Brasil (1964-1985), o setor esportivo foi influenciado sobretudo pela ideologia e interesses militares. Em função disso, o autor acredita que provavelmente trate-se do “[...] período que de forma mais ostensiva esse setor sofreu aparelhamento e a instrumentalização a favor da sustentação de um projeto de sociedade e de legitimação da hegemonia dos grupos que se instalaram no poder” (VERONEZ, 2005, p. 234).

De tal forma, nas décadas de 1960 e 1970, as necessidades de reprodução e controle social concernentes ao regime da Ditadura Militar parecem ter justificado a manutenção de uma forte intervenção estatal no setor em causa (VERONEZ, 2005). Para Reis (2015, p. 34), é o “[...] anseio por conferir legitimidade aos governos militares e elevar o Brasil à condição de potência olímpica no esporte [...]” que baliza a intervenção dos militares no setor.

Em 1988, por ocasião abertura política e, fundamentalmente da edição da Constituição Federal do país, que ocorre em meio à retomada da democracia brasileira, o esporte foi reconhecido como um direito (de cada um), apesar de não figurar como uma demanda da classe trabalhadora nacional. Naquele documento, apelidado de Constituição Cidadã, a dimensão educacional do esporte deveria receber prioridades na dispensa dos gastos públicos – o que representou um avanço importante (MANHÃES, 2002).

Apesar disso e, também, da própria consolidação da transição do regime autoritário para a democracia, o mercado subverteu a ideia do direito – presente no texto constitucional – e abriu caminhos para a liberalização e autonomia do setor frente ao Estado nacional, corroendo as bases para a construção de um esporte como direito de todos e responsabilidade do Estado. Com isso, para exercer sua hegemonia no âmbito esportivo, o mercado necessitava de uma legislação que o respaldasse e, ainda, abrisse as brechas necessárias para a sua ação/intervenção desregulamentada. É nesse contexto que a Secretaria de Esportes da Presidência da República é criada, no Governo Collor (1990-1992), e chefiada por Arthur Antunes Coimbra, o “Zico”, que iniciou uma série de ações e projetos que culminaram com a publicação da Lei nº. 8.627 de julho de 1993, popularmente conhecida como “Lei Zico”³¹.

No entanto, apesar da liberalização aludida, o Estado amplia a sua presença no âmbito do financiamento do esporte brasileiro – e isso se consolidou, posteriormente, com outro conjunto legal – com o nome de outro camisa dez, o rei Pelé, com a chamada “Lei Pelé”, promulgada em 1998. Uma lei que, em verdade, modificou minimamente a “Lei Zico” e que, por isso, poderia ter sido traduzida como um conjunto de pequenas alterações da “Lei Zico”, mas a necessidade de legitimidade passava pela chancela do Pelé (pelo “DNA” do Pelé).

³¹ A “[...] Lei Zico fortaleceu o direito da cidadania à prática desportiva, sobretudo ao consagrar o desporto participação como manifestação legítima. Todavia, retalhada pelos setores conservadores, a Lei nº. 8.672 não rompeu com o corporativismo do setor, transformando (inclusive) as confederações em entidades federais de administração do desporto. Quanto à organização, a novidade residiu, tão-somente, na flexibilização da ordem desportiva, criando sistemas desportivos federais e nacionais concorrentes” (REIS, 2015, p. 34). Ainda segundo o autor, a lei em questão “[...] foi fundamental para que, no âmbito do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), se instalasse reformas afinadas com um projeto modernizador neoliberal e conservador – cujo intuito era abrir o mercado brasileiro aos interesses internacionais”. (p. 34).

Nesses termos, tratou-se de uma nova lei³², cuja configuração reforçou a lógica de um Estado financiador da política esportiva centrada nas entidades esportivas com personalidades jurídicas de direito privado. Esse novo conjunto ganhou vida e prevalece em vigor contemporaneamente (CASTELLANI FILHO, 2013).

A liberalização em questão precisa ser tratada à luz da função básica do Estado nas sociedades capitalistas, que é garantir a reprodução do capital. Com isso, é fácil concluir que o interesse do Estado em tutelar o esporte se dá “[...] em função de sua maior ou menor contribuição nesse processo: seja via promoção da reprodução da força de trabalho, seja provocando efeito estabilizado como atenuador de tensões sociais” (BRACHT; ALMEIDA, 2003, p. 71-72).

Na mesma esteira, Veronez (2005) assegura que a Lei nº. 8.672/1993 pretendeu modernizar o setor esportivo brasileiro repetindo o caminho incompleto percorrido pelos demais projetos de modernização implementados no país. Embora inconclusa, a modernização em tela – proposta pela elite esportiva brasileira – para ser levada a seu desfecho obrigou essa mesma elite a fazer pactos com os grupos que ela pretendia ver extintos com a implementação dos projetos de modernização. Por conseguinte, a modernização almejada foi conservadora e não rompeu com as estruturas antigas, “feudais”, “cartelizadas”, além de ter mantido intocados os principais interesses particularistas daquela fração do setor esportivo nacional.

Em síntese, após os anos de nossa curta história republicana liberal (1889-1930), adentramos em um longo período de forte intervenção e controle estatal em diversos setores da vida social, que se inicia nos anos 1930 e prolonga-se até o declínio da Ditadura Militar, em meados dos anos 1980. A redemocratização do país, processo que culmina na promulgação da Constituição em 1988, altera as regras do jogo político, pautado agora por uma institucionalidade mais democrática e legítima em contraposição ao período anterior, autoritário e sustentado pela ditadura militar. Contudo, a abertura e liberalização da economia brasileira, que afeta o setor esportivo e delega protagonismo ao estado, obstaculizam a construção do esporte como direito social de todos os brasileiros, como indicava a Constituição Cidadã.

Com isso, o esporte no Brasil, tema central deste estudo, não passou alheio e tampouco ficou imune às transformações e investidas do Estado brasileiro. Foi e continua sendo um setor em que pesa a autonomia conferida pela Constituição de 1988, quando não

³² Disponível em: <[L9615 - Consolidada \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>. Acesso em: 22 abr. 2022.

sob intervenção, substancialmente influenciado e dependente do governo, de instituições e empresas estatais, sobretudo no que diz respeito a sua sustentabilidade financeira. Logo, é oportuno considerar que o processo de abertura política e de redemocratização do país, que culmina com a promulgação da Carta Magna de 1988, criou as condições sociais, políticas e jurídicas para que as relações instauradas entre o setor esportivo, a sociedade e o Estado se dessem em um outro patamar, profundamente diferente do que pode ser constatado a partir de algumas análises das versões anteriores da legislação esportiva e da própria ação governamental.

Veronez (2005) pondera que, transformado agora em matéria constitucional, o esporte sobreleva-se a partir de novos preceitos legais e de novos atributos finalísticos, conferidos pelo Artigo 217 da mais nova (e liberal) Constituição brasileira. No primeiro caso, destaca-se a autonomia de organização e de funcionamento das entidades dirigentes e das associações esportivas (inciso I), bem como o tratamento diferenciado entre esporte profissional e não profissional (inciso III); no segundo caso, destaca-se a atuação do Estado, que deve considerar o esporte em suas dimensões formal e não-formal (*caput* do artigo), a destinação dos recursos públicos, que devem ser prioritariamente alocados no esporte em sua manifestação educacional (inciso II), e a proteção e o incentivo às manifestações esportivas de criação nacional (inciso IV) (BRASIL, 1988).

Apesar disso, ao intervir no setor esportivo, os governos que sucederam na esfera federal após 1988 atuaram privilegiando fundamentalmente interesses privados, configurando um princípio de ação ou um “padrão” de resposta do Estado à “questão social”, em um contexto histórico-social em que é resgatado o princípio (neo)liberal no qual o mercado regula as relações sociais e o Estado deve intervir o “mínimo” possível, com o objetivo maior de reestruturar o capital e debelar a crise de acumulação do *WelfareState*. (VERONEZ, 2005).

[...] sob o manto do discurso “modernizador”, preferiu-se criar mecanismos legais que possibilitaram repasses de recursos diretamente à iniciativa privada para promoção exclusiva do esporte elitizado, seletivo e de alto rendimento, isto é, no esporte que “dá visibilidade”, que atrai o interesse do público e, conseqüentemente, da mídia, que por sua vez pode vendê-lo, por ser passível de espetacularização, como mercadoria altamente valorizada. (VERONEZ, 2005, p. 47).

Essa intervenção de caráter conservador se deu em todas as modalidades esportivas e fez com que se constituíssem verdadeiros feudos de poder – as federações – que reproduziam na estrutura esportiva as mesmas relações de poder que podiam ser identificadas no campo

político maior e no campo político-partidário, mais precisamente, é o que afirma Castellani Filho (2013), quando reflete sobre as relações entre Estado e esporte no Brasil.

Com isso, concordamos com Linhales (1996), que considera que a tutela do Estado se deu até 1985, ano que marca o início da Nova República. Para Manhães (2002), a estrutura autoritária do esporte permaneceu intacta até o ano de 1988, que corresponde ao da promulgação da Constituição Cidadã. Porém, todo o aparato institucional do Estado utilizado para tutelar o esporte e o modo de agir dos gestores esportivos permaneceu, de fato, praticamente intocado, a ponto de a tutela se prolongar até a efetivação da Lei Zico, em 1993. Assim, observamos os mesmos atos autoritários, como ingerências e intervenções em entidades, depois de 1985 (VERONEZ, 2005).

Nesse modelo, não há uma compreensão sobre o esporte que o identifica como patrimônio cultural da humanidade, como um elemento da cultura de um povo e que, por ser elemento da cultura e da identidade de um povo, por si só, justificaria a sua apropriação por parte desse povo (CASTELLANI FILHO, 2013). Por isso, de acordo com Nogueira (1998), podemos afirmar que o impulso renovador surgido na Nova República não foi capaz de promover uma ruptura categórica com os padrões tradicionais de organização do setor esportivo, tanto em suas instâncias estatais quanto nas privadas. Como não chegou a se completar, a modernização do setor esportivo se arrasta como uma demanda de um país abrangentemente desigual.

2.4 A POLÍTICA DE ESPORTE NOS GOVERNOS LULA: DA QUESTÃO SOCIAL À FUNÇÃO ECONÔMICA

Em 2003, com a chegada de Lula ao Governo Federal, começa a ser construído um novo modelo de gestão para o esporte brasileiro, que, por sua vez, dialoga numa lógica, até então, pouco usual na sociedade brasileira. Neste contexto, o novo presidente começa estruturando, por meio de uma medida provisória, um ministério exclusivo para o esporte, o que é coerente com a postura do presidente, que, desde sua campanha eleitoral, se apresentava como um entusiasta do esporte³³. Sua estima especial pelo futebol e por seu time do coração,

³³O Governo Lula foi responsável pela criação de uma pasta ministerial específica para a condução da política esportiva e pela organização e realização das Conferências Nacionais de Esporte, episódios inéditos na política esportiva brasileira e que poderiam ter se configurado em momentos de fortalecimento da democracia participativa e de exercício do controle social. Utilizando-se do potencial simbólico e político vinculado a seu carisma individual, ficou evidente o comprometimento e

o Corinthians, é marcante e esteve enfaticamente presente nos seus discursos oficiais – como presidente – e de campanha, ora como metáfora, ora como objeto de atenção especial³⁴ (SANTOS, 2011).

Tais discursos, como construção metafórica, serviram, muitas vezes, para trazer à baila assuntos do cenário político e da situação econômica nacional e, também, apresentar-se como mecanismos discursivos capazes de estreitar – ainda mais – a aproximação da figura presidencial com as camadas populares, estabelecendo, com elas, uma relação direta entre o presidente e o eleitorado, sem mediação de partidos ou outras instituições da democracia formal, uma característica própria dos diversos tipos de populismo (ATHAYDE, 2014).

Pela filiação de Lula aos movimentos dos trabalhadores e, também, por suas vinculações com as demandas sociais, inúmeras foram as expectativas que pavimentaram sua chegada à Presidência da República. É o que indica Castellani Filho (2013), na passagem a seguir:

Com esse governo, que chegou sob a égide de um compromisso de mudança, tínhamos a expectativa, no campo esportivo, do estabelecimento de uma política que rompesse com o sistema piramidal, que reconhecesse o esporte como direito social e, portanto, como parte da cultura do povo. (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 54).

No caso do esporte, tais expectativas advinham, sobremaneira, dos setores progressistas da Educação Física e das Ciências do Esporte – o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e seus quadros dirigentes, que, afinados com uma ideia de esporte como direito social, esperavam por uma política esportiva que democratizasse o esporte como bem cultural e, assim mesmo, elemento constituidor da cidadania cultural do conjuntos dos/das brasileiros/as. Além disso, existia a expectativa de garantir o acesso – universal – ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas, democráticas e calçadas na justiça e reparação social (CASTELLANI FILHO, 2008).

empenho pessoal do presidente na disputa pelo direito do Brasil em sediar os grandes eventos esportivos, Copa do Mundo FIFA de 2014 e Olimpíadas de 2016, por exemplo (ATHAYDE, 2014).

³⁴ Santos (2011), analisando os discursos do ex-presidente Lula, a quem se refere como “presidente torcedor”, identifica uma série de palavras-chave, com destaque para “futebol”, “copa”, “time” e “Corinthians”. A recorrência de tais termos estão, segundo sua avaliação, está relacionada com a declaração de amor pelo Corinthians, bem como com sua preocupação com o salvamento dos clubes, e ainda com o desejo de operar em função da disciplina da atividade dos clubes, da melhoria da gestão das agremiações esportivas, da preocupação com o financiamento, com a segurança nos estádios e com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, especialmente. (SANTOS, 2011).

Como aventado, em 2003, buscando organizar o esporte institucionalmente na estrutura ministerial, o governo Lula criou uma pasta própria para o objeto em causa, o Ministério do Esporte³⁵. Entretanto, conforme aponta Athayde (2014), a criação de novas estruturas ministeriais refletiu a necessidade de acomodar os diferentes apoios da coalizão partidária vitoriosa³⁶, apesar de, com isso, sinalizar uma maior participação do Estado na esfera esportiva. Desse modo, a criação da estrutura ministerial em debate precisa ser considerada levando-se em conta o fato de que “[...] para manter as condições de governabilidade, Lula encabeça um governo que não é do PT, mas liderado pelo PT e tem que partilhar o poder com outros partidos que lhe dão a base de sustentação no Congresso Nacional” (CASTELAN, 2011, p. 29).

Vale, nesta altura, observar a estrutura da nova pasta ministerial. A estrutura do ME, definida pelo Decreto nº. 4.668/2003, contemplava órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro do Esporte – gabinete, Secretaria Executiva e consultoria jurídica; órgãos específicos singulares (secretarias finalísticas) – Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE), Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL); Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); e um órgão colegiado – Conselho Nacional do Esporte³⁷.

O Governo Lula justificou o estabelecimento de uma pasta ministerial específica para o esporte a partir de critérios que buscavam a melhoria da gestão administrativa e financeira. Segundo o governo, a necessidade de instituição do ME legitimava-se pela ausência, até o ano

³⁵ A criação de um Ministério específico representou a tentativa de organizar uma estrutura administrativa para o esporte no país, sinalizando maior participação do Estado nas questões concernentes à atividade esportiva. Sua justificativa circunscrevia, conforme o governo, a necessidade de viabilizar a melhoria da gestão administrativa e financeira, legitimada pela urgência “[...] de uma política com programas e ações contínuas e articuladas, de abrangência nacional, apta a relacionar o público e o privado no desenvolvimento do setor (ATHAYDE, 2014, p. 268).

³⁶ Assim que foi criado, o Ministério do Esporte foi concedido ao PCdoB, partido que compôs as coalizões dos governos Lula e Dilma, tendo ficado até o final do primeiro mandato de Dilma à frente da pasta ministerial. A concessão do ministério ao PCdoB foi, por não ter havido o interesse de partidos de maior expressão na coligação do governo do PT, pois no período do seu nascimento não havia prestígio sobre essa pasta, e as dotações orçamentárias eram reduzidas. (ATHAYDE, 2014). Acerca disso, Matias (2013) observa que o referido partido esperava do governo recém-eleito um posto que tivesse maior visibilidade, de modo que o conjunto das lideranças ligadas ao PC do B o aceitou a contragosto, agravado pelo fato de que teriam de dividir o Ministério com o setorial do PT ligado ao esporte.

³⁷ Na divisão das secretarias finalísticas, o PT ficou com a SNDEL e o PCdoB ficou com a SNEE e a SNEAR. O setorial do PT era formado, majoritariamente, por docentes vinculados a Instituições Públicas de Ensino e com experiências anteriores em gestão de políticas de esporte e lazer. (ATHAYDE, 2014). O convívio entre o grupo do PCdoB e do PT não foi harmônico, tendo sido “[...] permeado por embates engendrados pelas disparidades ideológicas e políticas em relação ao modelo de gestão, ao marco conceitual e à prática social das ações governamentais destinadas ao setor esportivo.” (ATHAYDE, 2014, p. 278).

2003, de uma política de programas e ações contínuas e articuladas, de abrangência nacional, apta a relacionar o público e o privado no desenvolvimento do setor. Neste sentido, criticava-se o fato de as ações estatais serem oferecidas por programas e por projetos localizados e de pequeno porte, sem extensão para o âmbito estadual ou municipal (CASTELLANI FILHO, 2013).

Nesse bojo, o seu primeiro mandato (2003-2006) trouxe as configurações de políticas sociais esportivas – com apelos para a inclusão social e a formação cidadã – embora com fortes traços focalizados nas crianças e jovens em situação de risco³⁸ e vulnerabilidade social³⁹. Apesar disso, Castellani Filho (2013), avaliando a execução orçamentária, argumenta que, pela demanda, o montante dos recursos empenhados não permitiu que os projetos sociais esportivos, protagonizados pelo Ministério do Esporte, se apresentassem como verdadeiras políticas sociais esportivas comprometidas com a universalização do esporte como direito, a despeito de sua enorme contribuição (CASTELLANI FILHO, 2013).

Importante destacar que a inclusão que orienta, inicialmente, a política de esporte no governo Lula, leva em consideração aquilo que Reis (2015, p. 182) identifica ser uma preocupação:

[...] vinculada à perspectiva da diversidade de corpos, etnia, habilidades, gênero e sexualidade, em outros termos, da relação social com o corpo e com a diferença e da defesa do acesso irrestrito de todos a todas as oportunidades educacionais – além da noção de desenvolvimento humano [ligada ao processo de enriquecimento dos sujeitos] (REIS, 2015, p. 182).

Quanto à perspectiva de formação cidadã, é oportuno destacar, como fez Reis (2015), que o emprego da expressão não pode ser interpretado como mero recurso de retórica ou, ainda, ação deliberada no sentido de legitimar/conferir valor social às políticas em discussão. Isso porque, apesar da ausência de uma defesa de uma cidadania substantiva, não se pode

³⁸“No contexto do PST, o risco social é resultante de carências que contribuem para uma degradação das condições de vida da sociedade e que podem ser expressas nas condições de habitabilidade, ou seja, a defasagem entre as condições atuais e o mínimo requerido para o desenvolvimento humano, como o acesso aos serviços básicos de saneamento, água potável e coleta de lixo, podendo incorporar, a longo prazo, avaliações das condições de emprego e renda”. (REIS, 2015, p. 132).

³⁹“Entendida – no âmbito do PST – como resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores”. (REIS, 2015, p. 132).

descuidar do processo – em curso – de ressemantização e banalização do termo “cidadania”⁴⁰. Tal verbete, esvaziado de seu conteúdo, tem abandonado a luta e o enfrentamento às mazelas colocadas pelo capital e, nessa lógica, tornar-se cidadão passa pela observância da sedutora conexão entre cidadania e mercado, isto é, pela integração dos sujeitos ao mercado, seja como consumidor ou como produtor, inclusive no campo esportivo (REIS, 2015).

A propósito das ações focalizadas nos sujeitos (crianças e jovens) em situação de risco e vulnerabilidade social, Athayde (2014) avalia que o novo governo não rompeu com traços de uma política esportiva marcada por assistencialismo e materializada por ações focalizadas e temporárias, sem a necessária garantia de financiamento que possibilitasse sua universalização. Esse aspecto, conforme o autor, implicou na construção de ações que não exigiam a continuidade da ação governamental. Contribuindo, dessa forma, para a desresponsabilização do Estado no que se refere à garantia do acesso ao esporte como direito.

Ainda sobre essa questão, merece relevo a consideração de Mascarenhas et al. (2012, p. 30), segundo os quais a “[...] chegada do PT ao Estado também não trouxe ruptura com o *status quo* da área, pois o pragmatismo impediu qualquer possibilidade de debate programático [...]”. A isso é oportuno acrescentar as observações de Castellani Filho (2013) quando escreve que a busca por legitimidade no campo esportivo fez com que o Ministério desenvolvesse uma postura de submissão e subserviência voluntária às entidades de administração (Comitê Olímpico Brasileiro e Confederação Brasileira de Futebol), resultando no alinhamento das políticas para o setor aos interesses da fração conservadora do campo esportivo.

Apesar disso, nesse bojo, o projeto social prioritário do Ministério do Esporte foi o “Programa Segundo Tempo”⁴¹. Um programa que refletia a perspectiva de política social esportiva do governo Lula, ou seja, uma iniciativa voltada à inclusão social e formação cidadã por meio do esporte, com forte viés assistencialista, já que focalizado em crianças e jovens

⁴⁰ “O termo ‘cidadania’ tornou-se autoexplicativo. Está na moda. Sua densidade conceitual, sua carga de enfrentamento à ordem desigual e o seu processo de conquista, que sempre implicou lutas por direitos de diversas ordens, foram mimetizados a um discurso sem conteúdo. Mesmo os atores e organismos que estão diretamente ligados à implementação do projeto neoliberal, que com suas ações contribuem para a precarização das condições de vida da população mundial, também clamam por cidadania. Como se o seu convocar fosse suficiente para esclarecer seus sentidos e projetos políticos” (MELO, 2005, p. 80).

⁴¹ “Um programa formulado com o intuito de democratizar o acesso à prática esportiva, por meio de atividades esportivas realizadas no contraturno escolar. Por meio dessas ações, tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano e assegurar o exercício da cidadania” (ATHAYDE, 2009, p. 14).

das camadas sociais populares marcadas por situações de risco e vulnerabilidade social (ATHAYDE, 2014).

Castellani Filho (2013), atento às ações do Governo Federal, destaca outro programa importante para o contexto, o Programa Esporte e Lazer da Cidade⁴². Trata-se de um programa com uma grande inovação, principalmente no que tange à necessária ressignificação do esporte. Porém, se no campo da gestão o programa em causa trouxe elementos inovadores ao esporte, em razão da precária destinação/execução orçamentária, sua penetração não teve a mesma dimensão do “Programa Segundo Tempo”, já que, segundo o pesquisador, grosso modo, “[...] de cada cinco reais que entravam no Ministério do Esporte, quatro deles se destinavam ao ‘Segundo Tempo’ e um deles era destinado ao ‘Esporte e Lazer da Cidade’” (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 54).

Além desses programas, a realização das Conferências Nacionais de Esporte (CNE) – 2004, 2006, 2010 – merecem destaque. Como espaços fundamentais para a construção do conjunto de políticas esportivas em curso no país, as conferências representaram uma novidade para o campo esportivo, já que, pela primeira vez, a sociedade civil organizada foi chamada a pensar uma política esportiva para o país. Além disso, tais eventos inauguraram um mecanismo que viabilizava o debate em torno da necessidade de democratização das práticas esportivas e de controle social democrático (MATIAS, 2013).

Para Castellani Filho (2013), das ações do Governo Lula, uma das mais progressistas e importantes é a realização das Conferências Nacionais do Esporte e, especialmente, a proposição, nas duas primeiras, da construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. E segue avaliando a iniciativa:

O modelo conceitual da conferência não poderia ser mais bem desenhado: trata-se de ampliar a participação da sociedade civil organizadas nas questões afetas à definição das políticas esportivas e de lazer brasileiras, trazendo para esse espaço aquilo que já se encontra enraizado na cultura política de outros campos/segmentos sociais, ou seja, a imperiosa necessidade da presença do *controle social* e da *participação popular* na definição das ações do poder público voltadas para elaboração e a execução de suas políticas. (CASTELLANI FILHO, 2013, p. 67).

⁴² “Criado em 2003 e sob responsabilidade, até 2011, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer - SNDEL, o PELC foi concebido para estimular a convivência social, a formação de gestores e a atuação de lideranças comunitárias, voltando-se para a transformação da realidade. Sendo assim, tem como objetivo: ‘garantir o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros através de ações educativas na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário’” (PINTOS, 2017).

Tal entendimento guarda convergência com as análises de Behring e Boschetti (2008), que sustentam que a participação da sociedade civil nos processos aludidos supõe a existência do controle social democrático com a finalidade de promover a transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório; ademais, tal “caminho” permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, o que pode viabilizar a defesa e o alargamento de direitos.

Nesse contexto, cabe atenção às questões tratadas nas conferências. Assim, a primeira, realizada em 2004, deu destaque ao tema “Esporte, lazer e desenvolvimento humano”. Com isso, se aproximou da discussão sobre democratização e universalização do esporte e do lazer enquanto direitos sociais. Seu resultado redundou na construção da Política Nacional do Esporte (PNE), que foi se instituída por lei específica, e na criação da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Para Matias (2013), tratou-se de uma experiência ímpar, dada a ausência, quase absoluta, da tradição de espaços de construção coletiva e colegiada das decisões tomadas na história esportiva brasileira.

A segunda edição, desenvolvida em 2006, marcada pelo peso da desconfiança em unção da ausência de implementação das deliberações realizadas por ocasião da primeira, mobilizou municípios, estados e regiões em fases que antecederam sua etapa nacional, colocando os entes federados para refletir sobre o sistema esportivo e de lazer brasileiros. “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” foi o tema central, que, por sua vez, expressava uma demanda e uma urgência nacionais.

Nessa oportunidade, o esporte como direito social se manteve, porém a discussão sobre as relações e parcerias entre o Estado e as entidades esportivas ocuparam espaço importante. Assim sendo, observa-se a transição do esporte como direito ao cidadão baseado nos princípios de bem-estar social, postulado pela Confederação Federal de 1988, para o esporte como “direito do consumidor”. Tal destaque precisa ser compreendido levando-se em conta o fato de que as relações entre Estado e esporte, no Brasil, “[...] jamais ultrapassaram um plano econômico-corporativo, sendo expressões de interesses particulares e afastando-se de uma perspectiva universal de garantia de direitos” (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015, p. 5). Por isso e por outros interesses persistem resistências à construção de modelos democráticos e universais no setor.

Apesar disso, há um elemento de virada na agenda, que é expresso especialmente na III Conferência. Esta conferência se diferenciou das anteriores, já que abandonou a discussão sobre a democratização, a universalização e o desenvolvimento humano, destinando atenção à discussão sobre a projeção do Brasil como potência olímpica e paraolímpica, determinados

pelos megaeventos esportivos, que pautaram a agenda nacional desde 2007⁴³. Esse evento, focado na elaboração do Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL), direcionou o debate da III CNE para os megaeventos esportivos, o que implicou no rompimento com a pauta das Conferências anteriores (FLAUSINO, 2013).

Castelan (2011), Mascarenhas (2012), Flausino (2013), Matias (2013) e Athayde (2014) argumentam que, ao priorizar os megaeventos esportivos, a III CNE privilegiou o esporte de alto rendimento e esporte espetáculo. Por conseguinte, os megaeventos esportivos passaram a constituir o princípio organizador da agenda de esporte e lazer do país.

A III Conferência Nacional do Esporte (CNE), realizada no primeiro semestre de 2010, evidencia tal suposto. Depois de pautar-se pelos temas “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano” (I CNE, 2004) e “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer” (II CNE, 2006), a III CNE apresentou para discussão o “Plano Decenal de Esporte e Lazer” que, subordinado ao *slogan* “Por um time chamado Brasil”, foi construído a partir de metas e ações em torno de “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” (Brasil, 2010). Estes são, portanto, os termos do debate que atualmente circunscrevem a agenda esportiva brasileira. (MASCARENHAS, 2012, p. 2-3).

Athayde (2014, p. 285), nessa mesma direção, conclui que a consumação da III CNE foi uma “[...] prova inconteste da deliberação pelo alto dos rumos da política de esporte nacional, deslegitimando o processo construído ao longo das conferências anteriores”. Interpretação confirmada por Mascarenhas (2012) quando assegura que tal atividade excluiu a participação popular e o controle democrático, vez que foi construída de forma verticalizada pelas entidades de administração esportiva nacionais e representantes do governo, sem a participação da sociedade civil organizada.

Matias (2013, p. 92), avaliando o processo em tela, argumenta que o anseio por “[...] legitimidade e visibilidade político-eleitoral fizeram os membros do PC do B se aproximar e sucumbir aos interesses dos atores do esporte-mercadoria-espetáculo”. Tais elementos, na avaliação de Athayde (2014), revelam um processo de aparelhamento e homogeneização da estrutura ministerial, demarcando a consolidação das relações entre governo federal/entidades de administração esportiva/esporte-mercadoria-espetáculo.

⁴³ Para Mascarenhas (2012), após o Pan Rio 2007houve uma virada de postura do ME em relação aos grandes eventos esportivos, pois antes havia uma orientação da agenda esportiva pelo viés social, vinculado ao discurso da democratização do acesso à prática esportiva, via programas sociais esportivos, sobretudo ao Programa Segundo Tempo (PST).

Tais relações redundaram na formulação de uma série de dispositivos, a saber: o Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT), em 2003; a criação do Programa Bolsa Atleta, em 2004; a Lei de Incentivo ao Esporte (LEI); e a Timemania, em 2006. De outro lado, no comprometimento do país com os dois grandes eventos do campo esportivo – Copa 2014 e Jogos Rio 2016 –, sem que essa adesão tivesse passado pela pauta das duas primeiras CNEs (CASTELAN, 2011). Flausino (2013), que analisou as atas das reuniões do Conselho Nacional do Esporte, identificou que a realização dos grandes eventos esportivos foi citada apenas em nível de informação e, portanto, não de discussão/deliberação. Apesar disso, não se pode descuidar dos avanços, conforme nos fala Athayde na passagem a seguir:

É impossível negar as conquistas do setor esportivo com a criação das legislações específicas, com a criação da pauta exclusiva para o esporte a partir do ME, com a criação dos programas PELC e PST e também com a realização das três CNE. Desenvolveu-se o setor esportivo no governo Lula de forma não antes vista, trazendo a pauta do esporte para a frequente fala e discussão dos governantes. (ATHAYDE, 2014. p. 110)

Entretanto, convém não negligenciar o fato de que, segundo Araujo (2016), a meta do governo PT de transformar a participação social como um método de governo não foi alcançada no âmbito do esporte, pois foram realizadas apenas três conferências nacionais e grande parte das deliberações delas não foram consideradas pelo Poder Executivo, sobretudo àquelas que dizem respeito à construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Além disso, o Conselho Nacional de Esporte, criado pelo Decreto nº. 4.201/2002, no final do governo Fernando Henrique Cardoso, mantido na criação do ME, em 2003, não se firmou como uma instância substantiva de participação e controle democrático. O que ocorre porque os ministros do esporte – vinculados ao PCdoB – não contribuíram, substantivamente, para alterar o caráter historicamente conservador e antidemocrático do órgão (ARAUJO, 2016).

Tal argumento é sustentado pela autora a partir dos seguintes fatores: alto grau de centralização das decisões, que estavam sob a responsabilidade dos ministros, com pouca distribuição de poder; forte presença dos setores conservadores do campo esportivo; distância dos movimentos sociais e sindicais – elemento comum nos demais conselhos nacionais; caráter moderadamente plural, com privilégio dos representantes do esporte de alto rendimento, o que fez com que a maioria das deliberações fossem relativas a esta manifestação do esporte; quantidade de reuniões insuficientes e ausência de estrutura administrativa adequada; desarticulação em relação aos espaços deliberativos (CNEs);

ausência de disputas significativas dentro do conselho; e pouco impacto na formulação da política esportiva brasileira.

Deste modo, Araujo (2016, p. 267) afirma que não houve vontade política por parte dos governos Lula e Dilma de tornar o Conselho Nacional do Esporte “[...] efetivo e democrático, e isso decorre não somente da concepção política de esporte voltada para o mercado, com foco no esporte de alto rendimento em detrimento do esporte como direito social, mas também da omissão do conjunto das entidades que o compõem [...]”. Além disso, o conselho em destaque teve:

[...] um caráter legitimador das políticas de interesse do Poder Executivo, numa concepção da política esportiva associada ao mercado, que não apontou para a universalização do esporte como um direito social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, mas, sim, para o favorecimento do segmento do esporte de alto rendimento, capitaneado por suas entidades privadas. (ARAUJO, 2016, p. 268)

Portanto, tanto a III CNE quanto a atuação do Conselho Nacional do Esporte tiveram um caráter fortemente legitimador das políticas priorizadas pelo Poder Executivo, mais particularmente pelo ME. A aproximação dos ministros do esporte, ligados ao PCdoB, com as entidades de administração esportiva, e a forte presença destas no Conselho, acabou levando as frações mais conservadoras do setor esportivo a influenciarem diretamente a política esportiva nos anos dos governos Lula e Dilma. Aquilo que foi legitimado pela III CNE e, por consequência, estabelecido no PDEL, influenciou diretamente o que foi priorizado no Governo Dilma (CARNEIRO, 2018).

Passamos a ter um modelo híbrido, isto é, uma política que reflete um Estado interventor, mas não no sentido de restituir o sentido público dessa prática social chamada esporte e não na direção do reconhecimento do esporte como patrimônio da cultura corporal esportiva de um povo, mas na esteira de reforçar a ideia de esporte como um produto da economia brasileira, e, portanto, elemento estruturado, organizado e determinado por entidades esportivas com personalidade jurídica de direito privado, financiado, muitas das vezes, por recursos públicos⁴⁴.

⁴⁴De acordo com Castellani Filho (2013) nunca antes nesse país, houve tanto dinheiro público financiando o esporte de alto rendimento: Lei Piva (Brasil, 2001); Lei de Incentivo ao Esporte (Brasil, 2006); Timemania (através da renúncia fiscal); patrocínio das estatais por meio de patrocínios destinados a clubes e atletas e o próprio orçamento do Ministério de Esporte, que destinada grande parcela ao esporte de rendimento.

2.5 A POLÍTICA DE ESPORTE NO GOVERNO DILMA: CUMPRINDO TABELA

O governo Dilma, na esfera esportiva, se ateve a cumprir uma agenda pré-estabelecida pelo seu antecessor, que finalizou o seu mandato com um compromisso de o Brasil sediar vários megaeventos: os Jogos Mundiais Militares (2011), a Copa das Confederações (2013) e os dois maiores eventos mundiais esportivos, a Copa FIFA de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016). Com isso, Dilma deu continuidade à agenda construída no Governo Lula, muito embora tenha estabelecido/construído relações diferenciadas com as entidades de práticas esportivas.

Diferentemente de Lula, Dilma não nutria paixão por nenhum esporte específico. No entanto, aquilo que foi realizado pelo seu governo foi diretamente afetado por aquilo que foi determinado no governo anterior, sobretudo no que diz respeito às principais deliberações da III CNE, consubstanciado no PDEL. Elementos que apontam para a alteração na estrutura do ME; o foco do PPA-2012/2015; e a alterações na legislação, principalmente na Lei Pelé (CARNEIRO et al., 2016).

Durante o governo Dilma, não foi realizada nenhuma consulta pública (leia-se CNE), processo que teria afastado os movimentos sociais do seu governo. De acordo com S. Araújo (2016, p. 263), “[...] se o Governo Lula impulsionou, mesmo com limites, a expansão quantitativa dos mecanismos de participação social, não se encontrou no Governo Dilma a mesma determinação em consolidar esses espaços”. Além disso, segue a autora, durante seu governo, o Conselho Nacional do Esporte manteve seu caráter legitimador dos interesses do ME.

A propósito disso, cabe alertar que no Governo em debate, o ME sofre pequena alteração, em 2011, com a edição dos Decretos nº. 7.529 e nº. 7.630. Com eles a nova configuração contempla:

- a) órgãos de assistência direta e imediata ao ministro –gabinete, Secretaria Executiva, consultoria jurídica e Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem;
- b) órgãos específicos singulares (secretarias finalísticas) – Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDDT), Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) e Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS); e
- c) órgão colegiado – Conselho Nacional do Esporte. (BRASIL, 2011, s/p).

Assim, foram criadas a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDDT) e a Secretaria Nacional de

Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS). A criação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem se deu pela realização dos Jogos Rio 2016, enquanto a formulação da SNFDDT ocorre por conta da realização da Copa 2014. Neste cenário, a SNELIS, por não ter relação direta com os grandes eventos, agregou as políticas que eram desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) e pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL). Um ano depois dessas mudanças, foi instituído o Decreto nº 7.784/2012 que manteve em grande parte a estrutura aludida, mas aumentou os departamentos da Secretaria Executiva, que passou a ter: a) Assessoria Especial de Assuntos Internacionais; b) Ouvidoria; c) Coordenação-Geral de Atendimento ao Cidadão; e d) Assessoria Extraordinária de Coordenação dos grandes eventos esportivos.

Com isso, assistiu-se um aumento de atribuições da Secretaria Executiva, o que guarda relação com a necessidade de garantir maior organicidade na preparação dos grandes eventos esportivos a serem realizados no país. Dessa forma, “[...] a reestruturação do Ministério do Esporte foi uma ação governamental que configurou uma base de apoio voltada para a realização dos Megaeventos Esportivos, sendo executada após o Plano Decenal.” (FLAUSINO, 2013, p. 104).

Para além deste processo de reestruturação organizacional do ME, é oportuno considerar que ocorreu um esforço grande, por parte do Governo Federal, para criar uma estrutura paralela à pasta ministerial. É o caso do Ato Olímpico⁴⁵, da Autoridade Pública Olímpica (APO)⁴⁶, do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO), do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), do Grupo Executivo dos

⁴⁵ O Ato Olímpico foi instituído ainda no governo Lula pela Lei nº. 12.035/2009, que deu garantias à realização dos Jogos Rio 2016 e criou regras especiais. Por meio dele ficou acertado que, por exemplo, havia dispensa de visto para as pessoas que fossem trabalhar na realização dos Jogos Rio 2016, e a permissão de trabalho deveria ser dada sem qualquer cobrança de taxa ou encargo; as autoridades brasileiras deveriam controlar, fiscalizar e reprimir ilícitos que infringissem os direitos sobre os símbolos dos Jogos – bandeiras, lemas, marcas, nome, emblemas, hinos, mascotes e tochas; suspensão dos contratos celebrados para utilização de espaços publicitários em aeroportos ou em áreas federais de interesse dos Jogos Rio 2016; disponibilização do uso de radiofrequências sem pagamento de taxas; e o governo brasileiro deveria oferecer os serviços de segurança, saúde e serviços médicos, vigilância sanitária e alfândega e imigração sem nenhum custo para o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos (COJO). Disponível em:

<<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12035&ano=2009&ato=a69AzaU90dVpWTf18>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

⁴⁶ A APO foi criada pela MP nº. 503/2010 e transformada na Lei nº 12.396/2011, tendo sido constituída na forma de um consórcio dos governos municipal, estadual e federal, a fim de coordenar e assegurar perante o COI as ações envolvendo a organização dos Jogos Rio 2016 – processo que envolveu um contrato de rateio entre os três entes federados. Disponível em: <[Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br))>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (GEOLIMPIADAS), do Comitê Gestor da Copa 2014 (CGCOPA) e do Grupo Executivo da Copa 2014 (GECOPA)⁴⁷.

Para a Copa das Confederações de 2013 e para a Copa FIFA 2014, também foi editada a Lei nº. 12.663/2012, a Lei Geral da Copa, firmada como parte do acordo entre o governo brasileiro e a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). Por ela ficou acordado, dentre outras coisas, a proteção das marcas ligadas à FIFA e aos dois grandes eventos; a criação de áreas exclusivas de comércio aos parceiros da FIFA; e a definição da FIFA como titular dos direitos de imagem e som. Assim, assegura Carneiro (2018):

[...] há uma consonância entre a criação das diversas instâncias para organização dos grandes eventos esportivos (COJO, APO, CGOLIMPIADAS, CEOLIMPIADAS, CGCOPA e CECOPA) e a reestruturação organizacional do ME, ficando evidente que os grandes eventos esportivos se tornaram a centralidade da política de esporte no Brasil durante o governo Dilma, tendo levado a uma reorganização das estruturas do Estado, no âmbito do esporte. (CARNEIRO, 2018, p. 173).

Além disso, testemunhou-se um processo de construção de instâncias sob a coordenação do ME para organizar a Copa 2014 e os Jogos Rio 2016, o que contou com a participação de diferentes Ministérios e órgãos federais. Esse processo fortaleceu, ainda mais, as entidades de administração esportiva, especialmente o COB e federações e a CBF.

Outro impacto das definições do PDEL durante o governo Dilma foram as alterações realizadas na Lei Pelé. A Lei nº. 12.395/2011⁴⁸, fruto da MP nº. 503/2010, foi a principal legislação que alterou a Lei Pelé durante o governo Dilma, tendo sido reflexo direto do PDEL. Esta Lei alterou 32 artigos da Lei Pelé e acrescentou outros 12, além de mudar a Lei nº10.891/2004, que versa sobre o Programa Bolsa-Atleta; ademais, sua edição criou os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva.

Ainda por meio do aludido dispositivo político, ficou firmado que parte dos recursos de loterias e dos concursos prognósticos seriam repassados aos jogos escolares de

⁴⁷ A principal atribuição do CGCOPA foi definir as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa 2014 e supervisionar os trabalhos do GECOPA – órgão subordinado àquele. O CGCOPA contou com a participação de 16 Ministérios e outros órgãos federais, sob a coordenação do ME. O GECOPA contou com menos Ministérios e órgãos federais que estavam mais diretamente relacionados com a organização da Copa FIFA 2014.

⁴⁸ A maior parte das alterações na Lei Pelé pela Lei nº 12.395/2011, se relacionam à prática esportiva profissional, sobretudo no que se refere à normatização, legislação, direitos trabalhistas, patrocínios, multas, direitos e deveres do atleta profissional e empregadores, bem como as condições de trabalho. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12395&ano=2011&ato=ed4ETRE1UMVpWTd84>. Acesso em: 22 abr. 2022.

modalidades olímpicas e paralímpicas, e que parte dos recursos do COB, do CPB e do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) deveriam voltar-se para o esporte escolar. Isto estaria diretamente vinculado à necessidade de preparar os jovens para representar o país nos Jogos Rio 2016. Aspecto que retoma o modelo de pirâmide esportiva, na qual a escola constitui celeiro para descoberta e detecção de atletas (FLAUSINO, 2013).

Outra questão importante foi o estabelecimento de que, para receber recursos públicos, as entidades de administração esportiva e os clubes deveriam firmar contratos de desempenho com o ME, devendo apresentar programa de trabalho com metas, prazos e resultados, além de relatórios de execução fiscal e financeira. A lei supracitada demonstra uma nova intervenção do Estado brasileiro em relação às entidades de administração esportiva, redefinindo, em grande parte, a autonomia que tinha sido dada a elas até então (CARNEIRO, 2018).

Apesar disso, a mais importante das modificações anunciadas diz respeito à inclusão do Art. 18-A, a partir da Lei nº. 12.868/2013, que determinou que as entidades de administração esportiva e clubes somente podem receber recursos públicos federais se cumprirem os seguintes critérios:

- Seu presidente ou dirigente máximo tenha o mandato de até 4 (quatro) anos, permitida (uma) única recondução;
- Destinar integralmente os resultados financeiros à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Ser transparente na gestão, inclusive quanto aos dados econômicos e financeiros, contratos, patrocinadores, direitos de imagem, propriedade intelectual e quaisquer outros aspectos de gestão;
- Garantir a representação da categoria de atletas das respectivas modalidades no âmbito dos órgãos e conselhos técnicos incumbidos da aprovação de regulamentos das competições;
- Assegurar a existência e a autonomia do seu conselho fiscal;
- Estabelecer em seus estatutos os seguintes elementos: princípios definidores de gestão democrática, instrumentos de controle social, transparência da gestão da movimentação de recursos, fiscalização interna, alternância no exercício dos cargos de direção, aprovação das prestações de contas anuais por conselho de direção e participação de atletas nos colegiados de direção e na eleição para os cargos da entidade; e
- Garantir a todos os associados e filiados acesso irrestrito aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da respectiva entidade de administração do desporto, os quais deverão ser publicados na íntegra no sítio eletrônico desta. (BRASIL, 2013, s/p).

Deste modo, fica claro que o governo Dilma buscou estabelecer uma nova relação entre o governo federal e as entidades de administração esportivas e de prática (os clubes). Dilma, com isso, confrontou diretamente aquilo que vinha sendo realizado há décadas no

setor, apontando para a necessidade de práticas mais democráticas e transparentes. Como as entidades são extremamente dependentes dos recursos públicos, elas tiveram que se readequar. Por isso, esse foi o principal elemento que, no âmbito do esporte, demonstrou uma ruptura entre o que foi implementado no governo Lula e o que foi realizado na gestão Dilma (CARNEIRO, 2018).

Contudo, ainda conforme Carneiro (2018), é preciso ter claro que a imbricação do Estado brasileiro com as entidades de administração esportiva era tal que foi preciso fazer concessões. Isso ocorre tendo em vista a própria dependência do Estado brasileiro em relação às propaladas entidades frente ao desafio de organização dos grandes eventos esportivos e implementação do esporte de alto rendimento.

Por conta disso, o ME se associa aos setores conservadores da sociedade brasileira – fração bancário-financeira, da especulação imobiliária e do agronegócio – que coloca o esporte como “[...] funcional ao processo de acumulação capitalista, com ênfase em sua capacidade de auxiliar no projeto de mundialização de determinadas frações da burguesia nacional, nomeadamente aqueles setores tão fiéis ao financiamento das campanhas eleitorais (empreiteiras e banqueiros)” (ATHAYDE, 2014, p. 273).

Apesar disso, o Governo em questão veria, em 2013, por ocasião das Manifestações de Junho, suas prioridades no setor esportivo nacional questionadas. Fato que abriu espaço para novos gestores, com disposição para colapsar a política esportiva nacional – questão abordada a seguir.

2.6 GOVERNOS TEMER E BOLSONARO: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O OCASO DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA

Em junho de 2013, por razões diversas, o país foi sacudido por uma onda de protestos iniciada a partir do movimento contra o reajuste das tarifas do transporte público, em algumas capitais do país. Essas manifestações foram particularmente intensas em cidades que estavam abrigando a Copa das Confederações 2013 ou mesmo naquelas que seriam as sedes dos jogos da Copa do Mundo de 2014. Dentre a ampla gama de reivindicações, localizavam-se mobilizações em torno dos gastos públicos envolvidos na construção dos estádios, dos altos valores dos ingressos para os jogos e do não direcionamento prioritário da verba pública para o atendimento de direitos sociais, tais como: saúde, educação e segurança pública. Esse clamor popular, que, em certa medida, apanhou desprevenido o Governo Federal e o Congresso Nacional, ecoou nas arenas esportivas durante a realização dos jogos da Copa de

2014. E, assim sendo, contribuiu para desestabilizar o Governo Dilma, que sofreria um questionável processo de impeachment, que, pela natureza, pode ser a mais nova versão dos golpes aos governos populares e às democracias nacionais. Entretanto, o golpe que destituiu Dilma teve amplos desdobramentos para vários setores da sociedade brasileira. O esporte nacional, abrangentemente afetado pelo ajuste neoliberal, viu suas receitas despencarem no governo Temer, ainda que sua estrutura e *status* ministerial permanecessem (MATIAS, 2021).

No Governo Bolsonaro, a extinção do Ministério do Esporte, levada a cabo em 2019, rebaixou o trato da política esportiva a uma Secretaria Especial de Esporte (SEE) subordinada ao Ministério da Cidadania e Ação Social. Por isso, passou a ocupar lugar mais que secundário, dada a queda de braços entre a ala militar e ideológica do governo, provocando uma inércia na política esportiva nacional. Os fatos desencadeados nesta Secretaria revelam seu ‘ocaso’ e o das políticas esportivas e de lazer no país (GUIRRA; CASTELLANI FILHO; CARNEIRO, 2021).

Tais argumentos podem ser atestados observando o percentual dos recursos destinados ao setor. Assim, de acordo com Carneiro, Athayde e Mascarenhas (2019), de 2003 a 2018, a pasta do esporte ficou em média com 0,039% dos recursos do Orçamento federal, enquanto em 2019 este percentual caiu para 0,006% e em 2020 atingiu 0,003%. Comparativamente, em 2019, a SEE teve R\$ 225,25 milhões e o Ministério da Defesa teve R\$ R\$ 12,28 milhões; já em 2020, estas pastas ficaram respectivamente, com R\$ 130,04 milhões e R\$ 4,76 milhões.

Nesses termos, conforme o portal Transparência no Esporte (2021), a principal ação da SEE, em 2019 e 2020, foi a denominada “Concessão do Bolsa Atleta”, que ficou com 44,40% de todos os recursos. A ação “Gestão e manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico”, responsabilidade da “Autoridade de Governança do Legado Olímpico” ficou com 20,64% dos recursos da SEE. Aspectos desalentadores que servem de alerta para a atenção ao lugar do esporte na agenda de prioridades do Estado brasileiro nesta quadra histórica (GUIRRA; CASTELLANI FILHO; CARNEIRO, 2021).

Nos termos apresentados, a questão esportiva, retirada das prioridades do Estado brasileiro, precisa ser tratada, pensada e problematizada como uma política que se expressa por uma não-ação, que, sendo um projeto, precisa estar inscrita no âmbito de uma atividade deliberada, “[...] intencional de uma autoridade pública frente a um problema ou responsabilidade de sua competência” (PEREIRA, 2008, p. 97). Logo, as ações dos governos em discussão não podem ser perspectivadas fora da inércia do Estado frente a uma de suas atribuições, qual seja: garantir o esporte como direito.

2.7 AO MODO DE UMA (BREVE) SÍNTESE

As relações entre o Estado brasileiro, a sociedade e o esporte são produtos de tensões, conflitos e embates que atravessam as lutas de classe que marcam o território nacional. Assim sendo, tais relações não podem ser abstraídas de determinantes políticos, culturais e socioeconômicos. Por isso, os avanços e os retrocessos que caracterizam as relações aludidas expressam dinâmicas internas da sociedade brasileira, que se configuram por ajustes e readaptações das frações de classe que formatam correlação de força no espaço nacional.

De modo geral, caracterizar as relações em tela implica atenção a, pelo menos, cinco plataformas de ação/intervenção, a saber: o Estado Novo e a intervenção, normatização, disciplinarização do setor esportivo; o Governo Militar e o projeto de transformar o Brasil em potência olímpica mundial; a constitucionalização e regulamentação do esporte como direito social e, concomitantemente, objeto da atividade econômica liberal; o avanço na legislação e nas políticas esportivas de conteúdo social, com a criação do Ministério do Esporte nos governos de Lula e Dilma e o correspondente ingresso do país na rota dos megaeventos/mercantilização do fenômeno esportivo; e o ocaso da política esportiva nos Governos Temer e Bolsonaro, que segue tratada a partir de uma não-ação intencional e deliberada.

Nesse bojo, o papel do Estado brasileiro esteve em constante disputa e, por isso, ora assumindo protagonismo, ora recolhendo-se à quase completa omissão. Assim, coerente com as disputas que o atravessa, o referido protagonismo, numa perspectiva histórica, implica ações afinadas com projetos de Brasil mais ou menos soberano, mais ou menos independente, mais ou menos interventor, mais ou menos liberal, mais ou menos inclusivo e democrático. De tal modo, pensar o papel do Estado brasileiro no setor esportivo requer atenção às diretrizes que orientam a plataforma política, cultural e social dos governos e de suas classes dirigentes.

Ante tais considerações, a questão que se impõe é: como os megaeventos esportivos, que tomaram a agenda nacional brasileira, se articularam com o ensaio neodesenvolvimentista? Essa questão e seus desdobramentos serão tratados nos próximos espaços temáticos.

3 O ENSAIO NEODESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO

Nos últimos anos, a política econômica brasileira retomou princípios/diretrizes/cânones da política Desenvolvimentista, em voga nos anos cinquenta. Contexto outro e elementos diferenciados requereram nova denominação, o que resultou numa celeuma que, a despeito das divergências, segue – hegemonicamente – sendo tratada como “momento” e(ou) “ensaio” neodesenvolvimentista, cuja orientação implica a intervenção direta do Estado brasileiro no setor produtivo, estratégias de planejamento de médio e longo prazo e investimentos em infraestrutura, além da prioridade ao comércio exterior e intensificação de políticas de assistência social.

Os termos do “momento/ensaio” neodesenvolvimentista nacional são o foco de análise deste capítulo, que busca apresentar como a organização da Copa FIFA de 2014 se insere no debate sociológico sobre desenvolvimento nacional (desenvolvimentismo; neodesenvolvimentismo; nacional-desenvolvimentismo; desenvolvimentismo social). Por isso, o texto retoma questões de contexto e avança sobre elementos de sua implementação, sem descuidar da articulação do projeto nacional com a Copa do Mundo 2014. Com isso, começa-se debatendo a agenda neoliberal, apontando os antecedentes do ensaio neodesenvolvimentista. Na sequência, prioriza-se o debate acerca do Nacional-desenvolvimentista brasileiro. Adiante, faz-se uma análise sobre a constituição de uma frente política neodesenvolvimentista a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Por fim, considera-se as diferentes correntes de pensamento em torno do neodesenvolvimentismo brasileiro, com destaque para o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. Ademais, apresenta-se o neodesenvolvimentismo lulo-petista, sinalizando para uma perspectiva de desenvolvimento que pode ser identificada como “desenvolvimentismo às avessas e reformismo fraco”.

3.1 A AGENDA NEOLIBERAL: OS ANTECEDENTES DO ENSAIO NEODESENVOLVIMENTISTA

A partir da década de 1980, assistiu-se a ascensão do modelo político-econômico neoliberal na América Latina⁴⁹. Tal fato mudaria drasticamente o modelo de desenvolvimento

⁴⁹ “As origens do neoliberalismo remontam à criação de um arcabouço teórico de regulação da vida na sociedade, do indivíduo e do Estado de tal forma a se contrapor aos estados planejadores e com poderes de interferir na liberdade individual, no direito de propriedade e nas livres trocas no mercado. Baseia-se no uso sistemático do poder do Estado, sob a aparência ideológica da “não intervenção”,

econômico dos países do continente. Com economias fortemente debilitadas e altamente vulneráveis pela desfavorável conjuntura econômica da época, que está articulada às duas crises do petróleo na década de 1970⁵⁰ e ao aumento da taxa de juros produzido pelo Banco Central norte-americano⁵¹, os países latinos se viram reféns das políticas econômicas das grandes potências mundiais pautadas em referenciais neoliberais⁵². Um dos acontecimentos chave para ilustrar isso é a recomendação (obrigação) da aceitação de diversas diretrizes econômicas, estabelecidas no que ficou conhecido como Consenso de Washington, pelos países subdesenvolvidos afetados pela crise mundial, caso pleiteassem financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou mesmo do Banco Mundial em resgates de suas economias (PELLINI, 2019).

A cerca do aludido “consenso” – que é preciso colocar entre aspas, dadas às resistências produzidas –, é importante anotar que, em novembro de 1989, reuniram-se, na capital dos Estados Unidos (Washington DC), funcionários do governo norte-americano e de

para impor um projeto hegemônico de recomposição da regra do capital em cinco níveis: alocação de recursos domésticos, integração econômica internacional, reprodução do Estado, ideologia e reprodução da classe trabalhadora”. (GÖTTEMS; MOLLO, 2020, p. 02).

⁵⁰ As crises do petróleo aconteceram em quatro choques, todos depois da Segunda Guerra Mundial, provocada pelo embargo dos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e Golfo Pérsico de distribuição de petróleo para os Estados Unidos e países da Europa e África. Em 1973 aconteceu o protesto pelo apoio dos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur, tendo os países árabes organizado aumento no preço do petróleo de mais de 400%. Em março de 1974, os preços nominais subiram de 3 para 12 dólares por barril. No Brasil, o choque levou o governo a criar o Proálcool – programa que substituiu a gasolina por álcool etílico –, o que gerou 10 milhões de automóveis a gasolina a menos rodando no Brasil, diminuindo a dependência do país em relação ao petróleo importado. Informação disponível em: <[Crise do petróleo - Contexto histórico, fases da crise e efeitos no Brasil \(r7.com\)](#)>. Acesso em: 19 nov. 2022.

⁵¹ Em junho de 1981, o Federal Reserve, o banco central americano, elevou a taxa de juros americana para 21,5% ao ano, em um dos momentos mais dramáticos da economia mundial. Informação disponível em: <[O que a economia dos anos 1980 pode ensinar sobre hoje - Opinião - InfoMoney](#)>. Acesso em: 19 nov. 2022.

⁵² Preliminarmente, aconselha Filgueiras (2005, p. 01), “[...] se faz necessário diferenciar, conceitualmente, “neoliberalismo”, “projeto neoliberal” e “modelo econômico neoliberal periférico”. O primeiro diz respeito à doutrina político-econômica mais geral, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros - a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo (ANDERSON, 1995). O segundo se refere à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia, e entre estas e as classes trabalhadoras. Por fim, o “modelo econômico neoliberal periférico” é resultado da forma como o “projeto neoliberal” se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo. Em suma, o “neoliberalismo” é uma doutrina geral, mas o “projeto neoliberal” e o “modelo econômico” a ele associado, são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores”.

demais organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID⁵³ – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, sob o título “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, era proceder uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência dos países latino-americanos também estiveram presentes diversos economistas/representantes da região. As conclusões dessa reunião é a de que tal ajuste econômico necessário ao conjunto dos países – de natureza ampla e abrangente – se daria, subsequentemente, à reunião denominada, informalmente, de “Consenso de Washington” (BATISTA, 1994).

“O documento conhecido como Consenso de Washington efetivamente imprimiu o modelo neoliberal de desenvolvimento econômico a ser implementado pelos governos nacionais [...]” da região (SILVA, 2005, p. 256). Conforme Naím (2000), o receituário neoliberal em questão implicou diretrizes para a política (de disciplina) fiscal; normatizações para a reforma tributária; “orientações” para as taxas de juros; referenciais para as taxas de câmbio; preceitos para a abertura comercial; protocolos para a atração de investimento direto estrangeiro; instruções para a agenda de privatização; solicitações de desregulação; e pedidos de sublinhamento do direito de propriedade. Neste bojo, segundo Ibarra (2011), o neoliberalismo dificilmente poderia deixar de impor tais requisitos, já que estes elementos são condição para a eliminação de outros modelos (concorrentes). Ainda segundo o autor:

O estabelecimento dessas normas e suas consequências justificam alterações profundas na vida dos países, particularmente na divisão do trabalho entre o Estado e o mercado ou entre os poderes dos governos nacionais e os da globalização. Consequentemente, o neoliberalismo e a globalização postulam critérios que devem satisfazer os governos – singularmente os do Terceiro Mundo –, quase sempre com escassa ou nula anuência dos cidadãos afetados. (IBARRA, 2011, p. 239)

A guinada liberal nas economias latinas, imposta pelo “Consenso” de Washington, foi extremamente danosa para o desenvolvimento econômico local. Bresser-Pereira⁵⁴, economista brasileiro comprometido com a agenda de reforma neoliberal do Estado, junto com Eli Diniz

⁵³ Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é uma organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, EUA, criada no ano de 1959 com o propósito de financiar projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe. Informação disponível em: <[Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Ministério da Educação (mec.gov.br))>. Acesso em: 19 nov. 2022.

⁵⁴ Figura importante do ajuste neoliberal brasileiro, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira foi ministro do governo Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1990 e responsável pela Reforma Gerencial do Estado, que deu origem às Organizações Sociais. (NEMI, SCHRAIBER, 2019).

(2009, p. 85), avaliando as diretrizes do propalado “consenso”, argumentaram que “[...] em vez de reconhecer os grandes avanços e criticar as distorções, o consenso de Washington, que então se afirmava, identificou o nacional-desenvolvimentismo com o atraso, o populismo econômico e a alta inflação”. Com isso, o primeiro economista conclui que “[...] ao se curvarem ao Consenso de Washington, os países latino-americanos interromperam suas revoluções nacionais, suas nações se desorganizaram, perderam capacidade de coesão e autonomia, além da capacidade de manter uma estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 16).

A onda neoliberal, por seu conteúdo, causou uma tendência de primarização⁵⁵ das economias de países em desenvolvimento e, ainda, a flexibilização das legislações trabalhistas em toda a América Latina. Isso motivou processos de instabilidade em diversos países, incluindo o Brasil⁵⁶, que começou o século XXI em recessão econômica. Assistindo de longe o crescimento exorbitante de países asiáticos, em especial da China, a partir do final do século XX – sem que para isso precisassem seguir as políticas neoliberais propostas pelo FMI, pelo Banco Mundial e por outros órgãos internacionais – economistas latino-americanos passaram a buscar uma nova forma de desenvolvimento econômico que, por sua vez, driblasse a visão neoliberal dominante da época (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Além disso, os resultados do processo em tela, segundo Ibarra (2011, p. 241), produzindo alterações tanto na ordem social interna dos países, como a autonomia estatal ante o exterior produz descontentamentos importantes, que são fundamentais para a gestação de novas demandas econômico-sociais na região. Em relação ao primeiro aspecto, o pesquisador destaca como elementos ilustrativos “[...] a supressão do protecionismo, da política industrial e de outras formas de intervencionismo estatal, unida às privatizações e à abertura de fronteiras [...]”, o que, continua, “[...] alterou radicalmente a distribuição de ingressos, as oportunidades de progresso e a própria estratificação social”. Com isso, abandonando uma estratégia de crescimento interno, “[...] passou-se a postular as exportações como via de progresso, a estabilidade dos preços e orçamentos e preencheu o lugar ocupado anteriormente

⁵⁵ “Na América Latina, o insuficiente ativismo exportador marca o retorno à velha especialização na venda de artigos primários — produtos agropecuários, minerais, energéticos, máquinas simples —, enquanto se perde terreno e competitividade, na colocação de manufaturas ou serviços, onde se encontra um avanço tecnológico de caráter mundial” (IBARRA, 2011, p. 242).

⁵⁶ O ajuste neoliberal no Brasil iniciou ainda que de forma assistemática na década de 1990, especialmente a partir do Governo Collor. No entanto coube aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) aprofundar esse ajustamento, ao mesmo tempo em que promovia um desmanche da sociabilidade gestada ao longo do período de 1964-1990, sob o argumento de que era necessário modernizar o país, mais particularmente suas instituições e seus marcos regulatórios.

pelas metas de geração de emprego”. Assim mesmo, o Estado transferiu o comando ao mercado para fixar a direção e os resultados do manejo socioeconômico (IBARRA, 2011).

No campo político, as mudanças implicaram a substituição do nacionalismo por uma espécie de cosmopolitismo mal interpretado. Além disso, dissolveram-se as soberanias dos Estados e as entidades nacionais; o presidencialismo autoritário e o corporativismo foram substituídos por um regime de divisão de poderes, jogo de partidos e sistemas eleitorais mais transparentes (o que, por seu turno, qualificou os regimes democráticos nacionais⁵⁷). Como resultado, alteraram-se os valores, os interesses, as instituições, a composição das elites e a distribuição de poderes, muito embora não a favor do povo latino-americano (IBARRA, 2011).

Os resultados dessa guinada, entretanto, não produziram efeitos animadores. No período de predomínio neoliberal, a taxa de crescimento per capita mundial, polarizou-se entre as zonas mais prósperas e as regiões atrasadas. Além disso, essa mesma taxa caiu, em média, mais da metade em relação ao período de 1950-1975. Assim, neste contexto, o desenvolvimento tornou-se estreito, mas também mais volátil, mais propenso a contágios, mais inclinado a alargar os anos depressivos e, ainda, a encurtar os tempos de bonança. Ao mesmo tempo, neste estágio, se ampliou a brecha do atraso da África e da América Latina. Nessa direção, é emblemático que, desde a década de 1970, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) cresceram a um ritmo médio de 2% anual, enquanto a América Latina apenas o fez a 0.6% e os países africanos subsaarianos, a 0,7% (IBARRA, 2011).

Em matéria social, ainda de acordo Ibarra (2011), salvo poucas exceções, os Estados deixaram de empreender políticas voltadas à ampliação do mercado interno, ao pleno emprego e à universalização dos acessos aos serviços públicos, como os de saúde e educação. Noutra frente, através de reforma dos sistemas de aposentadorias e levando-se a cabo a focalização na distribuição orçamentária de bens, procurou-se isentar o fisco das obrigações estatais com os direitos sociais, transferindo riscos do Estado às famílias e ampliando as oportunidades de negócios privados. Por isso, sem políticas para conter/contornar desigualdades, a pobreza se tornou endêmica ao passo que a concentração de poder econômico e político se tornou flagrante.

⁵⁷ Essa questão é digna de nota, já que a “[...] democracia, ao desterrar o autoritarismo latino-americano, não chegou com a bandeira da igualdade, mas sim marcou o triunfo de elites nacionais excludentes, aliadas a empresas e grupos forasteiros. A associação entre o neoliberalismo e os valores da democracia, se mostra, portanto, como uma relação frágil, frequentemente encontrada”. (IBARRA, 2011, p. 244).

O paradigma em causa, de modo sintético e a despeito das resistências⁵⁸, conduziu inevitavelmente à precarização de direitos (sociais e trabalhistas), à ampliação da pobreza e da indigência, à desertificação da política social, à reconfiguração do Estado pautada na lógica gerencialista, que promove a privatização e a desregulamentação que, por sua vez, retira o Estado das funções sociais e restringe suas áreas de atuação. Emergem, assim, políticas/ações/programas afinados com a noção de eficiência da gestão e novos métodos próprios dos processos de empresariamento, bem como valores e práticas comuns ao espaço da empresa privada, os quais produzem uma espécie de Estado flexível, reativo, fundamentado e orientado para o mercado e para o consumidor. Neste sistema, a lógica de eficiência compartilhada é aquela predominante na esfera econômica que se pauta pela redução de custos, na garantia do básico de forma focalizada e na norma da concorrência, típica do mercado.

Tendo desenvolvido as considerações apresentadas até aqui, é oportuno sinalizar as particularidades do caso brasileiro, já que, como assegura Filgueiras (2005) o Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Fato que, continua o autor, tem relação com, pelo menos, dois elementos importantes, quais sejam: a “[...] dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI [...])” e “[...] a intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980” (FILGUEIRAS, 2006, p. 4). Este último aspecto é expresso, dentre outras coisas, pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), assim como pela realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989.

Embora tivesse como referência a experiência de outros países da América Latina, e mesmo dos Governos de Margareth Thatcher na Inglaterra e Regan nos EUA, além das recomendações de instituições multilaterais como o FMI, o projeto neoliberal no Brasil foi constituindo e consolidando o seu programa político – como não poderia deixar de ser – no próprio processo de sua implementação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classes. Portanto, a concepção aqui adotada é de que não havia um projeto neoliberal prévio, acabado, e que foi implantado; na verdade, a ideia é de que o projeto neoliberal só se definiu claramente de forma *ex-post*, isto é, como resultado da luta de classes. É isto que explica,

⁵⁸Como reação natural, desde os primórdios da utopia neoliberal, apareceram resistências e transtornos políticos de envergadura, manifestos claramente nos movimentos guerrilheiros latino-americanos. Ao longo da região, seguem-se multiplicando desajustes sociais recorrentes – seja criminalidade, narcotráfico ou a simples falta de representatividade dos partidos políticos –, não alheios à passividade dos governos em atacar suas raízes. A mudança democrática segue infestada de problemas ainda não resolvidos em muitos países (IBARRA, 2011, p. 243).

em grande medida – ao lado das características próprias da formação econômico-social anterior –, a existência de especificidades e diferenças nos projetos neoliberais implementados nos distintos países da América Latina, em que pese terem eles a mesma concepção doutrinária e o mesmo programa político mais geral. (FILGUEIRAS, 2006, p. 4)

Na avaliação de Bianchi (2004), o fracasso do Plano Cruzado e dos demais planos econômicos que se seguiram na segunda metade dos anos 1980, bem como os conflitos travados por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), resultou do projeto neoliberal, que se estruturou e formatou, ganhando envergadura. Com isso, ainda segundo o autor, o aludido projeto passou do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político. Uma plataforma política que emergia de uma percepção – entre as diversas frações do capital – de que as crises que atravessavam a sociedade brasileira tinham um caráter estrutural e, dessa forma, que o MSI havia se esgotado e que o projeto neodesenvolvimentista era incapaz de conter/responder/resolver os problemas por elas colocados.

É nesse contexto, especialmente nos anos 1990, que o neoliberalismo, que já havia penetrado a maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil, com toda sua virulência a partir do Governo Collor. A propósito disso, Filgueiras (2000) assim denuncia:

O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da ‘Era Liberal’ no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 80, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira; por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos.” (FILGUEIRAS, 2000, p. 83-84).

O projeto em tela expressou e estimulou

[...] um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. (FILGUEIRAS, 2006, p. 7).

Isso significou, portanto, a acomodação do capital financeiro internacional, dos grandes grupos econômico-financeiros nacionais e do capital produtivo multinacional naquilo que o pesquisador chamou de bloco dominante. Adicionalmente, Boito (2004) reconhece a classe média alta como importante aliada do projeto neoliberal e de sua política, isto é, os “novos ricos” que rechaçam qualquer coisa semelhante com um Estado de Bem-Estar Social.

O processo abordado, segundo a leitura de Filgueiras (2006), implicou, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, a saber: uma fase inicial, bastante turbulenta, que é aquela de ruptura com o MSI e a correspondente implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (1º Governo FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste/adequação do novo modelo, na qual amplia-se e aprofunda-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (2º Governo FHC e Governo Lula). É neste contexto que emerge uma frente neodesenvolvimentista – sobre a qual trataremos logo adiante – e, conseqüentemente, a implementação de um projeto/ensaio neodesenvolvimentista no país, que, não por acaso, ocorre sem romper/transpor os limites dados pelo modelo econômico neoliberal, ainda vigente no país.

3.2 O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA BRASILEIRO: AINDA SOBRE ANTECEDENTES (E, FUNDAMENTALMENTE, REFERÊNCIAS)

Quero [...] desenvolver a ideia de que se formou no Brasil do século XXI uma frente política, que denomino neodesenvolvimentista, que foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Vivemos, hoje, uma situação política que, em seus traços mais gerais, apresenta semelhanças com [...] o período desenvolvimentista e populista. (BOITO JUNIOR, 2012, s/p).

É possível [...] afirmar que as raízes ideológicas do neodesenvolvimentismo podem ser encontradas no pensamento econômico “desenvolvimentista” da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que por sua vez, sofreu forte influência do pensamento keynesiano. Resumidamente, a proposta da CEPAL para a América Latina consistia em estimular o desenvolvimentismo, ou seja, estimular por meio da intervenção do Estado planejamento das economias nacionais, oportunizando para esses países periféricos a transição de economias agroexportadoras para economias agroindustriais. (VASCONCELOS, 2016, p. 45).

Para discutir o significado do termo Neodesenvolvimentismo, e poder analisar a partir daí o período dos governos populares no Brasil (Lula I e Lula II, e Dilma I), parece interessante começar com uma reflexão a respeito

do termo original, qual seja Desenvolvimentismo. Como veremos melhor mais adiante, a experiência brasileira a partir de 2003 ensejou, depois do soterramento experimentado durante o interregno liberal (1990-2002), o ressurgimento das cinzas do tema desenvolvimento e, com ele, como não poderia deixar de ser, do tema Desenvolvimentismo. (PAULANI, 2017, p. 135).

No conjunto, as epígrafes que abrem a discussão deste espaço temático sugerem, de maneira destacada, a necessária retomada do debate sobre a experiência do nacional-desenvolvimentismo brasileiro para a compreensão/problematização dos marcos distintivos do projeto e ensaio neodesenvolvimentista brasileiro, questão em causa neste capítulo. Assim mesmo, mais que apontar diferenças, é crucial retomar conexões e rupturas, aproximações e distanciamentos.

Assim, Bresser-Pereira (2010) assinala que a compreensão do desenvolvimentismo – como política e ideologia – supõe atenção ao interstício que compreende o final da década de 1940 até o final da década de 1950, período em que a CEPAL foi fundada e estruturada. Assim, segue Bresser-Pereira (2010), sobre a tutela do economista argentino Raúl Prebisch, diretor Executivo, e do economista brasileiro Celso Furtado, diretor da Divisão de Desenvolvimento, a recém-fundada Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) tinha como intuito incentivar os governos regionais, a partir de criação de planos e modelos econômicos, a investir na pluralidade de matrizes econômicas, além de estimular a integração regional e a criação de barreiras protecionistas para mercados estratégicos. (BRESSER-PEREIRA, 2010).

O pensamento em voga baseava-se na “escola da economia do desenvolvimento⁵⁹”, que entendia como fundamental o papel do Estado para o desenvolvimento econômico nacional, a partir de mecanismos como a criação de uma poupança forçada no orçamento público e o investimento em setores econômicos chave. Essa corrente econômica ficou conhecida como Desenvolvimentista ou “Estruturalista latino-americana”.

O debate em questão deu vazão teórica para o período econômico denominado nacional-desenvolvimentista latino-americano, que durou até o fim dos anos 1970, tendo

⁵⁹A escola da Economia do Desenvolvimento teve como autores importantes Paul Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Ragnar Nurkse, Arthur Lewis, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal, além dos estruturalistas latino-americanos da CEPAL, principalmente Raúl Prebisch e Celso Furtado, que se utilizaram da Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter e da Teoria Keynesiana. Contudo, o que “[...] diferenciava os pensadores da escola da Economia do Desenvolvimento dos seus antecessores era a capacidade de extrapolar o conhecimento da economia, buscando incluir no debate conhecimentos provenientes de outras áreas do conhecimento, como a formação histórica sociológica e política do local em análise”. (MICHELS, COSTA, 2013, p. 216).

como marco final a segunda crise do petróleo de 1979. Esse período foi caracterizado por uma política de fortalecimento das economias nacionais e regionais, baseado na industrialização por substituição de importações (BRESSER-PEREIRA, 2010).

O desenvolvimentismo naquele contexto era inspirado nas teses propostas pela CEPAL e expressava a ideia do desenvolvimento econômico como o meio necessário para promover a “dupla articulação” entre a industrialização e a efetivação da formação econômica nacional, assim como enfrentar o “duplo entrave” representado pela dependência externa e a extrema desigualdade entre as classes sociais. Assim, segundo avalia Pellini (2019), a melhor definição para esse período é, talvez, a de Plínio Sampaio Júnior (2012, p. 674), que assegura:

O desenvolvimentismo [nacional-desenvolvimentismo] foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 674 apud PELLINI, 2019, p. 39).

Nesses termos, o florescimento do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, tomando como base o conceito explicitado por Bresser-Pereira (2010), veio por volta da década de 1930, a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Porém, uma tentativa mais contundente de diversificação econômica ocorreu após o início da Segunda Guerra mundial em 1939, isso porque, com o início do conflito, se inverte a lógica do comércio global da época, ou seja, o Brasil – que antes era comprador de produtos manufaturados europeus – passou a ter que fabricá-los internamente, em grande escala, pois, durante o conflito, as indústrias europeias estavam comprometidas em satisfazer as necessidades do conflito. Além disso, com a escassez de mão de obra e a queda da produção industrial na Europa, o país passou a produzir produtos industrializados que supriam a necessidade de importação do Velho Mundo. Esse processo, que potencializou o ciclo de industrialização no Brasil, foi o que Furtado (1989) chamou de Deslocamento do Centro Dinâmico.

Historicamente, no Brasil, “[...] pode-se retomar a hipótese que foi no governo de Getúlio Vargas, ao assumir a presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo por primeira vez expressou-se de forma mais acabada” (FONSECA, 2004, p. 17). Em função dessa observação, argumenta-se que a expressão “nacional-desenvolvimentismo” se refere aos governos presidenciais de Vargas, caracterizados por “[...] uma ideologia mais nacionalista e que, mesmo sem dispensar o capital estrangeiro, relegava

importante papel ao estado para alavancar investimentos prioritários, demarcando áreas restritas para o capital nacional” (FONSECA, 2016, p. 120).

Ainda é importante ressaltar que, embora se tenha muita distinção, e até mesmo confusão, no que se trata da definição do desenvolvimentismo, o que o caracteriza enquanto tal, em termos teóricos, é a existência de um núcleo duro que associa o desenvolvimentismo à prerrogativa de industrialização, intervencionismo pró-crescimento e nacionalismo. (FONSECA, 2016). Dessa forma, Fonseca (2016, p. 40) argumenta que é possível entender o desenvolvimentismo como uma:

[...] política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2016, p. 40).

Na análise desenvolvida pelo referido autor, que compreende o período de 1930 a 1964, atribui-se a este contexto um importante momento de transformação do país a partir da implantação de um sistema industrial brasileiro, estando as discussões sobre o desenvolvimentismo, naquele momento, associadas em especial à industrialização.

Do ponto de vista teórico, o pensamento desenvolvimentista associava-se à defesa da formulação, por parte do Estado, de medidas de política econômica que continham o objetivo de industrializar a economia brasileira. Processo este que era entendido enquanto necessário (imprescindível) para superar o atraso econômico do país e transformá-lo ao patamar dos países capitalistas modernos. A dinâmica política e social que permite a execução da política econômica desenvolvimentista, assim como naquilo que se refere a seu grau de profundidade e intensidade, também assume importância para o entendimento da temática.

Para que fosse possível colocar em prática essas iniciativas, foi necessário o estabelecimento de um arranjo sociopolítico que lhe desse sustentação. Com isso, o projeto desenvolvimentista requereu um “consenso” acerca da atuação estatal, da conformação de uma aliança, um pacto, isto é, da constituição de uma frente política desenvolvimentista composta pela burguesia industrial, também denominada burguesia nacional, trabalhadores urbanos, centrais sindicais, e movimentos do campo, sob a liderança de um agente político. Portanto, pode-se afirmar que o desenvolvimentismo “[...] ia além de um simples ideário, mas emergiu como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes [...]” (FONSECA, 2004, p. 2).

No Brasil, a industrialização e o desenvolvimento econômico liderado pelo Estado foram a base de todos os governos entre os anos 1930 e 1970. Getúlio Vargas foi uma figura central na construção do pacto e do Estado desenvolvimentistas. Depois dele, o presidente Juscelino Kubitschek continuou o projeto, embora fazendo uma abertura maior para os investimentos diretos das empresas multinacionais. Durante o Regime (Ditadura) Militar (1964-1984), o pacto desenvolvimentista foi retomado, mas com a exclusão da classe trabalhadora (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012).

As correntes teóricas neste debate, assim como muitos de seus representantes que ocuparam posições nos diversos governos do referido período, são classificadas em grupos denominados de neoliberais, desenvolvimentistas do setor público (nacionalista e não nacionalista) e do setor privado, e socialistas (se referindo à pensadores associados ao então Partido Comunista Brasileiro (PCB). Bresser-Pereira (2006; 2012; 2016), que é considerado um dos principais teóricos do “novo-desenvolvimentismo”, utiliza diversos termos para caracterizar este contexto, é o caso “nacional desenvolvimentismo”, “antigo desenvolvimentismo”, e “desenvolvimentismo clássico”, além de expandir o período de análise para o período entre as décadas de 1930 e 1980. Para o autor, o desenvolvimentismo é definido enquanto um “[...] conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada no Brasil e a coalização de classes identificadas com o desenvolvimento nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 1).

De modo sintético e considerando o debate propalado, o nacional-desenvolvimentismo precisa, conforme Gonçalves (2013, p. 36), ser caracterizado como:

[...] a ideologia ou o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio industrialização substitutiva de importações-intervencionismo estatal-nacionalismo [...]. O ND [Nacional-desenvolvimentismo] é, na realidade uma versão do nacionalismo econômico; é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina, principalmente no período 1930-1980. (GONÇALVES, 2013, p. 36).

Assim, para sintetizar a discussão apresentada é crucial, como fez Gonçalves (2013), apresentar um quadro-síntese com os principais elementos que o atravessa/compõe.

Quadro 1- Nacional-desenvolvimentismo: características gerais/centrais.

Trinômio	Ideologia de desenvolvimento econômico
Industrialização substantiva de importações	Industrialização
Intervencionismo estatal	Soberania
Nacionalismo	
Estratégia de desenvolvimento econômico	Processo político
Crescimento econômico	Deslocar o poder econômico e político dos grandes proprietários de terras e recursos naturais para a burguesia industrial
Industrialização	
Mudança da estrutura produtiva	Redução da vulnerabilidade externa estrutural: pilares
Redução da vulnerabilidade externa	Alteração do padrão de comércio exterior
Plano da política econômica	Menor dependência em relação à exportação de <i>commodities</i>
Planejamento econômico	Mudança na estrutura de importação
Política comercial protecionista	Redução do coeficiente de penetração das importações
Política industrial proativa	Encurtamento do hiato tecnológico
Incentivos ao investimento privado na indústria de transformação	Fortalecimento do sistema nacional de inovações
Investimento estatal nos setores básicos	Tratamento diferenciado para o capital estrangeiro
Preferência revelada pelo capital privado nacional	Ausência de tratamento nacional via discriminação nas compras governamentais etc.
Subordinação da política de estabilização macroeconômica à política de desenvolvimento	Restrição de acesso a determinados setores
Política fiscal expansionista	Imposição de critérios de desempenho
Juro real negativo	Restrição na obtenção de incentivos governamentais
Expansão de crédito seletivo	
Câmbio diferenciado	

Fonte: GONÇALVES (2013, p. 36-37).

A ascensão do neoliberalismo econômico no Brasil e na América Latina encerrou o período de desenvolvimentismo, cujas características estão expressas (e sintetizadas) no Quadro 1. A partir de 1991, conforme já apresentado, tivemos a formação no Brasil de uma nova coalizão política e econômica composta por rentistas, por grande parte do setor financeiro e pelos interesses estrangeiros no Brasil, que se tornaria dominante durante os anos 1990 (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

Apoiados por grande parte do empresariado industrial, que, depois, sofreria grande parte do ônus das políticas que estavam por vir, a nova coalizão neoliberal no Brasil, a partir do início do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, formou uma ampla frente de centro-direita com o intuito de apoiar as reformas governistas em prol da desregulamentação do mercado e liberalização da economia (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

Ainda de acordo com os autores, com o intuito de abrir o mercado para o mundo globalizado, deslegitimou-se a divisão empresa nacional *versus* empresa estrangeira, que era central no período desenvolvimentista. E, com isso, adotou-se um conceito de ‘empresa brasileira’, que é caracterizada por ser aquela que se instala no país, investe, produz e cria empregos. Em consonância com essa mesma lógica, perdia visibilidade a divisão centro x periferia, e os países hegemônicos passam a ser vistos como colaboradores do desenvolvimento econômico brasileiro em vez de seus concorrentes: não se fala mais em imperialismo e nacionalismo, mas em integração a uma rede transnacional de interesses diferenciados (PELLINI, 2019).

Entretanto, com o final da década de 1990 e início dos anos 2000, à medida que vitórias eleitorais de frentes políticas identificadas com a crítica às políticas econômicas neoliberais executadas na América Latina eram alcançadas, surgiam “[...] novas ideias a respeito do desenvolvimento e desenvolvimentismo” (BRESSER-PEREIRA; THEUER, 2012, p. 819). Este processo contribuiu para o afastamento intelectual e político a que foi lançada a perspectiva desenvolvimentista, junto da consolidação das transformações de pensamento de parte de intelectuais e políticos associados a um passado desenvolvimentista e socialista, que, então, passaram a assumir a defesa e a execução das medidas pautadas num projeto desenvolvimentista possível nesta quadra histórica (PELLINI, 2019), aqui entendido como ensaio neodesenvolvimentista, cuja discussão se processa nos próximos espaços temáticos.

3.3 A CONSTITUIÇÃO DE UMA FRENTE POLÍTICA NEODESENVOLVIMENTISTA A PARTIR DA ELEIÇÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, EM 2002

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, provocou alterações importantes na política brasileira. Essas mudanças que foram levadas adiante por Dilma Rousseff, pelo menos, até o final do seu primeiro mandato, em 2014. A principal alteração foi, conforme Boito Júnior e Berringer (2013), a consolidação de uma frente política ampla e heterogênea que, na sequência de 2003, foi a força de sustentação dos governos em causa. A frente em destaque, embora não prescindisse dos trabalhadores – antes, precisava deles –, foi hegemonizada por uma determinada fração burguesa: a grande burguesia interna. É, então, com o objetivo de pensar a constituição e a natureza dessa frente que desenvolveremos este tópico.

Assim, acompanhando Boito Júnior (2012) e Boito e Saad-Filho (2016), reconhecemos que não se trata de uma aliança de classe, mas de uma frente política, que é “[...] ampla, policlassista e, de certo modo instável” e que começa a se formar no decorrer da década de 1990 (BOITO JÚNIOR, 2017, s/p). Isso significa que as classes e/ou frações de classes que participaram dessa frente não são, em sua maioria, organizadas como forças sociais distintas, possuidoras de um programa político próprio, com clareza dos objetivos (limitados e comuns) que a aliança persegue. É, por isso, acrescentam os autores, que as contradições internas da frente em debate são grandes e a sua “unidade” – que é digna de aspas – guarda um grau importante de instabilidade. Compreendê-la pressupõe atenção aos processos de ascensão da burguesia nacional e o correspondente deslocamento do capital financeiro internacional. A passagem a seguir, nesse sentido é ilustrativa:

A grande burguesia interna brasileira, fração da classe capitalista que mantém uma base própria de acumulação de capital e disputa posições com o capital financeiro internacional, ascendeu politicamente em prejuízo dos interesses desse capital internacional e de seus aliados internos. Em segundo lugar, essa mudança esteve e está vinculada a uma mudança mais ampla na política nacional. Isso porque a ascensão da grande burguesia interna só foi possível graças à constituição de uma frente política que reúne, além dessa fração burguesa, os principais setores das classes populares. O grande capital financeiro internacional e seus aliados internos, cujos interesses tinham guiado a ação do Estado brasileiro nos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram deslocados da situação de hegemonia incontestada que usufruíram na década de 1990 e passaram para o terreno da oposição ao governo. Essas mudanças políticas repercutiram na política econômica, na política social e na política externa do Estado brasileiro. (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31)

Pela natureza/constituição, a frente de que trata este tópico é “[...] ampla, heterogênea e eivada de contradições”. (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31). No plano partidário ela é capitaneada, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e, além da grande burguesia interna brasileira – que é a sua força dirigente – abrange a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. Mas, além disso, ela incorpora o amplo e heterogêneo setor social que compreende os desempregados, os subempregados, os trabalhadores por conta própria, os camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana denominou “massa marginal”.

Sobre a burguesia interna é importante ter claro de que se trata de uma

[...] força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – indústria, mineração, construção pesada e a cúspide do agronegócio que são as empresas exportadoras de produtos agropecuários. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 32).

Nessa frente, o operariado urbano e a baixa classe média, por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), têm participação organizada na frente anunciada. A análise de Boito Júnior e Berringer (2013, p. 33) sugere que as forças em discussão, em verdade, criaram “[...] aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT”. Nesses termos, o operariado⁶⁰ e a baixa classe média ao constituírem a frente neodesenvolvimentista continuaram presentes no PT ocupando, agora, a posição de base

⁶⁰ Pensar o operariado implica pensar a atuação do sindicalismo nos Governos do PT. Com isso, cabe destacar que nos “[...] governos de Lula e Dilma, o sindicalismo deu mostras explícitas da aliança com a grande burguesia interna brasileira no interesse comum em beneficiar, com a política econômica do governo, o setor produtivo nacional. Dois desses momentos foram manifestações nacionais conjuntas de entidades sindicais dos trabalhadores e associações patronais: em outubro de 2011, CUT, Força Sindical, Fiesp e Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) se uniram para reivindicar redução da taxa básica de juros; em fevereiro de 2012, o alvo das manifestações conjuntas foram o aumento das importações e a desindustrialização do país. Dois documentos conjuntos entre as principais centrais sindicais brasileiras (CUT e Força Sindical) e associações empresariais, entre elas a poderosa Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), foram lançados nos anos de 2007 e 2011. Já em 2015, em plena crise política do *impeachment*, a carta “Compromisso pelo Desenvolvimento” foi assinada por seis centrais sindicais (todas reconhecidas por lei) e importantes associações patronais, tais como: Abimaq, Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), Abrinq (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), CNJ (Confederação Nacional da Indústria) e Fenabreve (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores)” (MARCELINO, 2017, p. 216).

social, mas não mais de força dirigente (motriz) do partido. Em seu favor, com o crescimento econômico, o conjunto do operariado urbano e a baixa classe média tiveram significativa recuperação do emprego e uma política de reajuste do salário-mínimo, que aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial.

O campesinato também se fez presente e, inclusive, de modo organizado. Com a descriminalização de suas bandeiras de lutas, o campesinato organizado reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus produtos. É fruto dessas reivindicações o financiamento à agricultura familiar, que experimentou expressivo crescimento especialmente quando comparado com os anos FHC, e a compra de sua produção por meio de programas de compras governamentais. Apesar disso, o campesinato pobre (sem-terra ou com pouca terra) permaneceu marginalizada já que as desapropriações de terra – sua principal reivindicação – não receberam atenção. Fato que tem relação com o peso do agronegócio, que ocupa importância na frente desenvolvimentista e, por isso, desmobilizou as desapropriações propaladas (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31).

Quanto à massa marginal, os autores recomendam dividi-los em dois setores: uma parte organizada em movimentos reivindicatórios e outra parte desorganizada social e politicamente. Os primeiros encontram-se nos chamados “movimentos de urgência”, como é o caso dos movimentos por moradia, dos movimentos de desempregados e dos movimentos de luta pela terra, dos quais, inclusive, já tratamos. Os últimos correspondem a uma massa pauperizada que não intervém de modo organizado na frente neodesenvolvimentista, muito embora constituam a base eleitoral desorganizada e passiva que é convocada a participar politicamente apenas por intermédio do voto para sufragar os candidatos da frente em discussão.

Embora ampla, heterogênea e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. Em momentos críticos do processo político nacional, as forças que a integram agem juntas no plano político – embora entrem em um conflito, muitas vezes duro, em torno de questões econômicas como salário, direitos trabalhistas e sociais, desapropriação de terra e outras. Foi assim em 2002, na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula e que ficou conhecida como “Crise do Mensalão”; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a Presidência da República, e, novamente, em 2010, na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Ora, em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, os movimentos camponeses pela reforma agrária, os movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos Lula e

Dilma. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses e objetivos distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político. (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 32).

A frente neodesenvolvimentista rivaliza o campo político conservador, especialmente aquele de orientação neoliberal ortodoxa, que, no Brasil, era representado, até então, no plano político-partidário, principalmente, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Um partido que, a despeito de seu nome, não tem nenhuma relação com a social-democracia de viés europeu⁶¹. O campo neoliberal ortodoxo, por ora em discussão, reuniu “[...] grosso modo, o grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira plenamente integrada a esse capital, a maior parte dos grandes proprietários de terra e a alta classe média do setor público e do setor privado” (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013, p. 31).

Conforme apresentado, Boito Júnior (2017) defende que o descortinar da frente política desenvolvimentista pressupõe atenção a uma série de características básicas, que, pela sua relevância, são apresentados/sumariados a seguir:

- i) essa frente é orientada pela grande burguesia interna nacional;
- ii) tal frente implicam as classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder, ou seja, baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal;
- iii) a frente em discussão (re)produziu uma relação de tipo populista com essa “massa marginal”;
- iv) a frente em causa se constituiu no principal recurso político da grande burguesia interna, que usou dela para ascender politicamente no interior do bloco no poder;
- v) e, por fim, esta mesma frente enfrenta, no processo político nacional, a política neoliberal ortodoxa, que é financiada pelo grande capital financeiro

⁶¹ Para compreender a social-democracia de tipo europeu é fundamental “[...] reconhecer, inicialmente, que a social-democracia em sua primeira fase, de 1870 a 1920, insere-se no conjunto de respostas políticas que o socialismo, em suas várias denominações, propõe para as sucessivas crises da economia capitalista e do Estado liberal. A social-democracia é, portanto, em sua origem, um dos muitos ramos do socialismo europeu. O segundo ponto que é preciso estabelecer para proceder essa análise é identificar em que termos ocorrem a aproximação e o afastamento da social-democracia com o pensamento reformista cristão, com o solidarismo e com o personalismo, como críticas não-revolucionárias e propositivas de transformações profundas da sociedade, por meio da intervenção do Estado na economia [...]. Para melhor situar o pensamento da social-democracia, a partir dessas duas premissas, [...] convém entender que, na sua formulação original, a social-democracia prega a transformação da economia capitalista, e realiza uma crítica ao não intervencionismo do Estado liberal na economia. Contudo, não aposta na via revolucionária” (GEDIEL, 2014, p. 175).

internacional – a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado, mas, também, no público.

Em síntese, fala-se das relações delineadas pelas frações da classe dominante, presentes no bloco no poder, com as classes trabalhadoras, que estiveram – pelo menos até então – situadas fora desse bloco. Ademais, fala-se, também, das vantagens políticas que a grande burguesia interna adquiriu por ter logrado estabelecer, por meio das políticas dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, uma aproximação com amplos setores populares. (BOITO JÚNIOR, 2017). Pela conjuntura histórica e, especialmente, pelas forças envolvidas, o autor recomenda não adjetivar a frente em discussão como populista e, tampouco, colocar seu programa como uma plataforma política do velho desenvolvimentismo, já que as diferenças não são irrelevantes e de pouca importância. Sobre o programa neodesenvolvimentista, trataremos logo a seguir.

3.4 AS DIFERENTES CORRENTES DE PENSAMENTO EM TORNO DO NEODESENVOLVIMENTISMO: O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO E O SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO

Discutir o alcance da expressão neodesenvolvimentismo e, especialmente, refletir – a partir daí – sobre a experiência dos governos populares brasileiros (Lula I, Lula II e Dilma I) implica levantar os fundamentos/correntes de pensamento em torno de sua formulação. Por isso, o investimento inicial deste tópico supõe – além daquilo que já foi desenvolvido – recuperar elementos que expressam a disputa em torno de sua constituição, que, conforme Carneiro (2012) e Paulani (2017), se dá opondo (embora com pontos convergentes) as correntes do Novo-desenvolvimentismo e aquelas baseadas no Social-desenvolvimentismo, que são as duas vertentes do pensamento desenvolvimentista contemporâneo brasileiro.

No último ano do mandato do primeiro governo Lula, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁶², há um ponto de inflexão nos rumos da política

⁶² O PAC foi implementado em janeiro de 2007. De acordo como governo federal, tratou-se de um programa de desenvolvimento que centralizou os planejamentos e acompanhamentos da introdução de infraestrutura, facilitando a aceleração do desenvolvimento sustentável, a ampliação da produtividade e a superação dos desequilíbrios regionais e sociais, com o envolvimento em ações conjuntas, como as PPPs (governo e iniciativa privada), impulsionando o crescimento econômico do Brasil (JARDIM;

econômica. Esse programa, que se firmou com um substantivo programa de investimento público, envolvendo recursos da ordem de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, voltava-se para investimentos em setores de infraestrutura, como é o caso de transporte, energia, recursos hídricos e saneamento. Voltaremos a discutir o PAC logo mais.

É nesse contexto que começam a circular a ideia de que as políticas neoliberais, em voga no interregno neoliberal, davam lugar a políticas Neodesenvolvimentistas. Essa percepção foi compartilhada por Saraiva e Ruiz (2009), em texto que trata da construção do Mercosul e pelo próprio Guido Mantega⁶³, então ministro da Fazenda, ao anunciar a previsão de crescimento do segundo trimestre de 2010. Neste anúncio, o ministro creditava o sucesso da política econômica à adoção do Neodesenvolvimentismo como referência (PAULANI, 2017).

O termo em destaque, contendo o prefixo “neo”, buscava traduzir a consciência dos economistas “[...] em relação ao caráter historicamente determinado desse conceito, e, pois, à impossibilidade da reprodução *in totum* das condições históricas concretas que deram ensejo a seu surgimento” (PAULANI, 2017, p. 139). Assim, do ponto de vista prático, o Neodesenvolvimentismo passou a ser percebido como uma diretriz política que, opondo e contrariando os ditames neoliberais vigentes, operava a partir de programas de investimentos públicos (PAC e Minha Casa, Minha Vida, por exemplo) cujo desenvolvimento requeria intervenção do Estado na economia.

Antes, porém, de o termo em causa tornar-se corriqueiro, Paulani (2017) alerta para o surgimento (difuso) de várias correntes de pensamento econômico que reivindicavam o Desenvolvimentismo como fundamento. Para a pesquisadora, é, especialmente, Bresser-Pereira que, em 2005/2006, se posiciona por uma agenda econômica Novo-desenvolvimentista, em oposição à ortodoxia neoliberal convencional. De outra parte, segue Leda Paulani, começava a aparecer, na mesma época, uma concepção Social-Desenvolvimentista que designava as políticas “[...] que enxergavam no mercado doméstico, sobretudo quando estimulado por políticas distributivas, o elemento dinamizador da demanda agregada no país” (PAULANI, 2017, p. 139).

SILVA, 2015). Importante anotar que, mais tarde, já no segundo mandato, lançava-se outro grande programa de construção de moradias populares, qual seja: o programa Minha Casa, Minha Vida.

⁶³ Guido Mantega é economista e, no período que o Partido dos Trabalhadores esteve no Governo Federal (2003-2016) ocupou vários cargos da área econômica. Foi, por exemplo, Ministro do Planejamento, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Ministro da Fazenda nos dois mandatos do Presidente Lula. No primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff continuou no comando da Fazenda.

A raiz teórica dessa última corrente estava ancorada nos princípios antiortodoxos defendidos por vários economistas, especialmente aqueles ligados ao Instituto de Economia da Unicamp (IE-Unicamp) e, também, ao Instituto de Economia da UFRJ, com destaque para Ricardo Bielschowsky. Para Leda Paulani, desde este contexto, diferenças importantes entre várias correntes “saltavam aos olhos”. Entretanto, é com a ascensão de Dilma Roussef ao poder federal (2011-2014) e sua correspondente tentativa de conter a desaceleração que já se pressentia, especialmente por conta das crises internacionais, que as duas correntes (Novo e Social-desenvolvimentismo) colidiram (PAULANI, 2017). A fim de sumariar as diferenças que marcam cada um desses dois modelos, nossa autora produz uma tabela que, dada a relevância, reproduz-se na sequência através da Tabela 2:

Tabela 2- Principais diferenças entre o Novo-desenvolvimentismo e o Social-desenvolvimentismo.

	NOVO-DESENVOLVIMENTISMO	SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO
Orientação	Mais pró-mercado (alguma confiança nas virtudes do mercado)	Menos pró-mercado (menos confiança nas virtudes do mercado)
Elementos dinâmicos da demanda agregada	Mercado externo e investimentos privados (poupança prévia vista como necessidade, em especial no caso do setor público) ⁶⁴	Mercado doméstico (reforçado por políticas de distribuição de renda) e investimentos públicos (crédito, mesmo sem lastro em poupança prévia, visto como capaz de estimular a produção)
Papel do estado	Forte papel do estado na gestão dos preços fundamentais da economia para estimular a indústria local (taxa de câmbio, taxas de juros, salários). Políticas distributivas e melhoramento de políticas e serviços públicos são subsidiários	Forte papel do Estado na elaboração de políticas distributivas e no melhoramento das políticas e dos serviços públicos. Gestão dos preços fundamentais é essencial para fortalecer o mercado doméstico e possibilitar as políticas distributivas
Variáveis-chave da dinâmica econômica	Taxa de câmbio	Taxas de juros ⁶⁵ ; salários reais
Política monetária	Política monetária menos rígida e juros reais reduzidos	Política monetária menos rígida e juros reais reduzidos
Política fiscal	Política fiscal apertada (rígido controle dos gastos públicos); investimentos públicos financiados com poupança pública	Política fiscal responsável, mas com possibilidade de controle rígido em benefício de políticas anticíclicas (apreço por uma política fiscal ativa)
Política cambial	Taxa de câmbio desvalorizada, em nível compatível com a obtenção de superávits em conta corrente	Taxa de câmbio desvalorizada, mas possibilidade de alguma apreciação no sentido da preservação do nível dos salários reais
Política de empregos e	Prioridade para o melhoramento da qualidade dos postos de	Políticas que busquem o pleno emprego e o crescimento dos salários reais, em particular do salário mínimo ⁶⁶

⁶⁴Mollo e Amado (2015), conforme Paulani (2017), asseguram que nos textos novo-desenvolvimentistas mais contemporâneos essa questão não aparece e que o próprio Bresser-Pereira se coloca, explicitamente, contrário a isso. Lembram, todavia, que a referida preocupação continua válida para o setor público. (PAULANI, 2017).

⁶⁵ A taxa de juros é a variável-chave da economia para os programas novos-desenvolvimentistas pós-keynesianos, enquanto os salários reais são a principal variável para o conjunto dos social-desenvolvimentistas. No caso dos primeiros, a preocupação é com a vulnerabilidade externa da economia doméstica, mesmo porque juros elevados atraem capitais externos de natureza especulativa. Como lembram Mollo e Amado (2015, p. 14), “[...] o protecionismo moderno é o da conta de capitais, assim como, poderíamos acrescentar nós, a Dependência moderna é a Dependência da conta de capitais e, portanto, da poupança externa (a transferência de renda do Centro para a Periferia não se dá mais prioritariamente via relações de preços e transações comerciais, mas via movimentação de estoques e pagamentos de rendas, com destaque para os juros)” (PAULANI, 2017, p. 142).

salários	trabalho, como crescimento da produtividade e possibilidade de redução de salários reais, caso necessário para a preservação da indústria (regime de crescimento <i>wageled</i> é visto como insustentável em longo prazo)
----------	--

Fonte: Paulani (2017, p. 142).

⁶⁶ Ainda que não se pronunciem explicita e claramente sobre o papel impulsionador dos salários, os novos-desenvolvimentistas pós-keynesianos fazem referência à questão distributiva como elemento/variável importante na dinâmica da economia. (PAULANI, 2017).

Considerando os elementos presentes na Tabela 1, convém observar que o Novo-desenvolvimentismo nasce de uma postura crítica às políticas econômicas neoliberais, ao mesmo tempo em que procura diferenciar-se do que se convencionou chamar de velho-desenvolvimentismo (CARNEIRO, 2012). Tais críticas, segue o autor, relacionavam-se, fundamentalmente à:

[...] postura da política macroeconômica consubstanciada em altas taxas de juros e moeda apreciada e sua incompatibilidade com o crescimento. Esquece-se de enfatizar, todavia, que este foi um resultado prático, mas não programático do Consenso [de Washington] e deixa, então, de realizar uma crítica mais aprofundada do mesmo. Em simultâneo, postula que o velho-desenvolvimentismo e sua ênfase excessiva no papel do Estado e na política industrial estariam superados. Isso porque a industrialização ter-se-ia completado e o essencial seria garantir preços macroeconômicos adequados, com destaque para a taxa de câmbio competitiva. Em síntese, o desenvolvimento econômico seria conseguido pelo manejo apropriado dos preços relativos - juros, câmbio e salários - por parte do Estado. O mercado faria o resto. (CARNEIRO, 2012, p. 768).

A propósito do Social-desenvolvimentismo, Carneiro (2012, p. 773-774), de forma sistemática, alerta:

Sua ideia chave é a definição do social como eixo do desenvolvimento, ou seja, propõe-se uma inversão de prioridades relativamente ao velho e ao novo-desenvolvimentismo nos quais o desenvolvimento das forças produtivas era o principal objetivo a alcançar. A despeito de continuar relevante, esse objetivo estaria subordinado à meta de desenvolvimento social, vale dizer, a direção e intensidade do primeiro estariam subordinadas às prioridades do segundo. Na formulação [...], a estratégia de crescimento poderia ser sintetizada na ampliação e generalização do consumo de massas. (CARNEIRO, 2012, p. 773-774).

Paulani (2017) assegura que, a rigor, nenhuma das duas correntes pode ser apontada como desenvolvimentista caso o entendimento de desenvolvimentismo correspondesse ao de Fonseca (2014), expresso abaixo:

Entende-se por Desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (FONSECA, 2014, p. 59).

Nesses termos, a “distância” das duas correntes em relação ao Desenvolvimentismo em causa, observada pela pesquisadora, reside, especialmente, no caso de Novo-desenvolvimentismo, na confiança no mercado e no setor privado (intervenção governamental fraca – fundada apenas na gestão dos processos fundamentais, principalmente no câmbio – investimentos públicos sem protagonismos) bem como na ausência de um projeto nacional⁶⁷, a despeito da forte ênfase no setor industrial. Quanto ao Social-desenvolvimentismo, o problema está na pouca preocupação com a indústria e com a ausência de um projeto nacional, apesar da forte ênfase na intervenção do Estado e no papel do setor público (PAULANI, 2017).

Se, por um lado, há desencontros teóricos entre uma e outra abordagem, por outro, a questão conjuntural – marcada por transformações no capitalismo nos últimos anos, em particular, influenciada pela ingerência e primazia das formas financeiras de acumulação – colocam à experiência “desenvolvimentista” brasileira (Lula I e II e Dilma I) a necessidade de justapor o prefixo “neo” ao termo desenvolvimentismo, mas, há que considerar insuficiente, já que sugere mais adequado falar em “momento Desenvolvimentista” e/ou “ensaio Desenvolvimentista”, questão tratada a seguir.

3.5 O NEODESENVOLVIMENTISMO LULO-PETISTA: DESENVOLVIMENTISMO ÀS AVESSAS E REFORMISMO FRACO

[...] ocorreu, entre o final do governo Lula da Silva e Dilma 1 um “momento desenvolvimentista”. Talvez um esboço de sonho rooseveltiano marcado por políticas sociais de alto impacto e ampliação relativa dos investimentos e da atuação estatal no sentido de formação de um mercado consumidor de massas no país. No entanto, a opção pela manutenção de um status quo ante de política macroeconômica ortodoxa e restritiva no que tange ao investimento de longo prazo estabeleceu os evidentes limites do que os prosélitos do neodesenvolvimentismo chamavam de inflexão “pós neoliberal”. (BRITO, 2019, s/p).

Sem romper com os alicerces fundamentais do modelo neoliberal, durante os mais de 13 anos em que esteve no governo, o PT passou gradativamente a aglutinar as disputas entre duas correntes, o neoliberalismo, que permaneceu como projeto hegemônico na política brasileira, mas que passou a conviver com uma política menos rígida aos seus fundamentos, sintetizada no que convencionou chamar corrente neodesenvolvimentista. (ALVES; PACCOLA, 2018, p. 270).

⁶⁷ Fala-se, aqui, de um “[...] planejamento da intervenção do Estado no sentido de melhorar a forma de inserção do país não só no mercado internacional de bens e serviços, mas na economia mundial considerada em sua totalidade, ou seja, considerando-se igualmente as transações com fatores de produção e com estoques de ativos”. (PAULANI, 2017, p. 143).

Os excertos que abrem este tópico alertam para a especificidade/particularidade da experiência/ensaio “desenvolvimentista” dos governos lulo-petista. Ao mesmo tempo, ao fazê-lo, destaca a necessidade de conhecer/refletir sobre tais questões. Nessa perspectiva, é útil trazer à baila o fato de que, no começo do governo Lula, seu então Ministro da Fazenda, Antônio Palocci – que pertencia à corrente dos moderados do Partido dos Trabalhadores e, também por isso, contava com boa aceitação no meio empresarial e financeiro – tomou uma série de medidas econômicas que não romperam com o *script* conhecido até então. Nesse sentido, é importante recordar que Palocci:

- i) Nomeou para o cargo de presidente do Banco Central o ex-presidente mundial do Bank Boston, Henrique Meirelles, mantendo, inicialmente, todo o restante da Diretoria anterior, em claro sinal de continuidade.
- ii) Anunciou as metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política anti-inflacionária.
- iii) Elevou a taxa de juros básica (Selic) nas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), mostrando que isso não era mais um “tabu” para o PT.
- iv) Definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003.
- v) Ordenou cortes do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal, deixando de lado antigas promessas de incremento do gasto [...] (GIAMBIAGI, 2011, p. 206-207).

Em virtude disso, Vasconcelos e Amorim (2018) asseguram que, durante a gestão Palocci, prevaleceram diretrizes de continuidade com o processo de estabilização fiscal e monetária vigentes no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, a chegada de Guido Mantega, em 2006, ao comando do Ministério da Fazenda representou um ponto de inflexão importante nos rumos da economia no país, já que, segundo Giambiagi (2011, p. 215):

- i) [...] a taxa de variação real do gasto público teve um aumento expressivo em relação à média dos dois primeiros anos de governo[...];
- ii) [...] observou-se uma tendência a um afrouxamento dos superávits primários;
- iii) [...] o Ministério da Fazenda passou a divergir claramente em várias ocasiões do Banco Central acerca da condução da política monetária;
- iv) [...] foram abandonados os estudos que a área econômica vinha fazendo desde 2005, destinados a elaborar um plano de longo prazo visando maior contenção do crescimento da despesa, para atacar de modo mais vigoroso o desequilíbrio fiscal;

v) [...] houve um aumento substancial da importância e do papel do BNDES na economia[...]. (GIAMBIAGI, 2011, p. 215)

É no bojo dessas ações que está o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Um programa que se pautou por um conjunto de medidas legislativas, administrativas e políticas de investimentos, implicando a desoneração de determinados setores estratégicos e as consequentes alterações na legislação em infraestrutura, notadamente centradas no setor de logística, energia, e infraestrutura social e urbana (JARDIM; SILVA, 2015). Concretamente, as ações do PAC estavam sustentadas nas seguintes estratégias:

- i) Uma programação maciça de investimentos em infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos etc.), geração de energia e infraestrutura social (saneamento e habitação), com grande participação das empresas estatais e bancos públicos;
- ii) Um conjunto de incentivos tributários (exonerações fiscais a setores e bens específicos) e financeiros (expansão e redução do custo do crédito para investimento) ao setor privado, complementado por arranjos institucionais voltados para o estabelecimento de regras estáveis e condições de segurança jurídica ao investimento privado na indústria e na infraestrutura;
- iii) Um arranjo de compromissos da política fiscal e monetária até 2010 (cujo elemento central é a redução progressiva da taxa básica de juros da economia), tendo em vista viabilizar o financiamento do programa de investimento público (pela, entre outras coisas, redução do superávit primário e da velocidade de crescimento dos gastos com pessoal) e tornar consistente em termos macroeconômicos o programa de crescimento, o dispêndio público e a estabilização de preços. (JARDIM; SILVA, 2015, p. 63).

Nesses termos, advertem os autores, as metas elencadas pelo PAC envolvem uma expansão significativa na taxa de investimento, que tem sido feito, em grande parte, pelo setor produtivo privado (empresas, fundos de investimento do mercado financeiro, fundos de pensão, empreiteiras) em parceria com o setor público (JARDIM; SILVA, 2015).

Em 2011, a presidente Dilma relançou o PAC, rebatizando o de PAC 2. Dessa vez, os investimentos foram organizados em seis diferentes eixos estratégicos, a saber: Transporte, Energia, Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, Minha Casa, Minha Vida, e Água e Luz para Todos. Com isso, avaliam Jardim e Silva (2015), uma das características desse “novo” PAC foi a ênfase na inclusão social dos pobres, o que ocorre por meio do eixo Comunidade Cidadã, assim como com a continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida e, ainda, com o investimento em obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas – elementos importantes ao escopo deste trabalho. Neste conjunto, o Programa Minha Casa Minha Vida e o PAC para o Esporte (Copa do Mundo e Olimpíadas) acabaram ocupando importância considerável, já que

foram responsáveis por grande movimentação no mercado de trabalho, especialmente no setor de construção.

A respeito do investimento em infraestrutura esportiva, Jardim e Silva (2015) asseguram que R\$ 33 bilhões foram alocados na elaboração da infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014. Grande parte dessa verba foi dirigida para os projetos na área de transportes, dos quais R\$ 11,6 bilhões foram destinados para a mobilidade urbana e R\$ 5,5 bilhões para portos e aeroportos. O gráfico a seguir (Figura 17) é ilustrativo nessa direção:

Figura 17- Investimentos para a Copa do Mundo em 2014.

Estádios	5,7
Mobilidade urbana	11,6
Portos e aeroportos	5,5
Total Infra Civil	22,8
Telecom e energia	3,8
Segurança e saúde	4,6
Hotelaria	1,9
Total	33,1

Fonte: Jardim e Silva (2015, p. 70).

Pelos dados apresentados, mas não apenas por eles, a Copa do Mundo de 2014 foi articulada como um verdadeiro emulador do desenvolvimento socioeconômico. Por isso, Agnelo Queiroz, Ministro de Esporte entre 2003 e 2006, sugeriu que a Copa precisa ser pensada no âmbito do “[...] desenvolvimento socioeconômico do país, [vez que gerou] milhares de empregos diretos e indiretos” (RIBEIRO et al., 2017), o que também estava presente no “Plano Decenal de Esporte e Lazer” que, subordinado ao slogan “Por um time chamado Brasil”, elaborado a partir de metas e ações em torno de “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais” (BRASIL, 2010). Assim, a meta 8, abaixo, é bastante esclarecedora:

[1] Promover a inclusão social e o desenvolvimento humano por meio de programas socioesportivos; [2] Institucionalizar o esporte educacional; [3] Atingir resultados inéditos nas competições e assim projetar o Brasil no ranking do alto rendimento; [4] Incrementar nossa infraestrutura esportiva; [5] Modernizar e valorizar o futebol como identidade cultural do Brasil; [6] Ampliar o leque de modalidades para diversificar a prática esportiva no país;

[7] Qualificar a gestão do esporte e do lazer; [8] **Aproveitar o potencial econômico-social dos grandes eventos, porque contribuem com o desenvolvimento nacional gerando milhões de empregos, aumentando a renda e propiciando o renascimento de áreas urbanas, a melhoria da qualidade de vida, a oferta de perspectivas à juventude e o fortalecimento do respeito do mundo por nossa pátria;** [9] Valorizar o trabalhador da área, especialmente o profissional de educação física, garantindo postos de trabalho; [10] Estabelecer a criação de políticas de formação continuada e permanente, de desenvolvimento científico e tecnológico e de acompanhamento e avaliação dos programas, resultando na profissionalização cada vez maior da política esportiva no país (BRASIL, 2010, p. 2, grifo meu).

Neste contexto, a Copa do Mundo 2014, como adverte Mascarenhas (2012), pode ser perspectivada como uma espécie de catalisador de obras e investimentos dinamizando a economia e fortalecendo a posição do Brasil no mercado mundial. Dessa forma, continua o autor:

Ainda que superestimados, os impactos sociais econômicos esperados se articulam ao próprio projeto nacional idealizado pelos intelectuais governistas, o neodesenvolvimentismo (MERCADANTE, 2010; POCHMANN, 2009; SOUZA, 2003; dentre outros). Trata-se de um projeto ou modelo de desenvolvimento pautado na manutenção da estabilidade e ação distributiva do Estado, este último, um Estado mais forte, induzindo o crescimento e coordenando os investimentos no país a partir de estratégias de planejamento de longo prazo. (MASCARENHAS, 2012, p. 46).

A despeito disso, a grande mudança ocorrida na gestão Guido Mantega, assegura Giambiagi (2011), foi a intensificação da política de transferência de renda a partir dos programas governamentais, aliado ao estímulo ao forte consumo das famílias. Dessa forma, o “[...] consumo maior tornou-se a base do evidente sentimento de bem-estar da maioria da população e, por extensão, do eleitorado” (GIAMBIAGI, 2011, p. 221).

Vasconcelos e Amorim (2018, p. 131) reconhecem que, durante o governo Lula, “[...] ocorreu uma recuperação do crescimento econômico e do investimento, proporcionando desenvolvimento e emprego”. Além disso, o ajuste monetário e fiscal diminuiu a dívida líquida da esfera pública. Ademais, as reservas cambiais atingiram 290 bilhões de dólares em 2010 e a dívida externa tornou-se negativa. Com isso, estimulou-se a crença de que o país estava retomando o caminho do crescimento econômico, fomentando o início de um ciclo neodesenvolvimentista.

Na avaliação de Boito Júnior e Berringer (2013, p. 32), o estímulo ao crescimento econômico levou os governos Lula e Dilma a promoverem alguns elementos importantes de

política econômica e social que estavam ausentes nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, quais sejam:

- i) políticas de recuperação do salário-mínimo e de transferência de renda que, juntas, aumentaram o poder aquisitivo das camadas populares, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo;
- ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais;
- iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais;
- iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica.

Além disso, já no governo Dilma, iniciou-se mudanças na política de juro e cambial, o que reduziu a taxa básica de juro e o *spread* bancário com a busca de desvalorizar o real, visando baratear o investimento produtivo a encarecer os produtos importados. Por esses elementos, e apesar de eles não romperem com o modelo econômico neoliberal herdado da década de 1990, Boito Júnior e Berringer (2013) optam por utilizar a expressão neodesenvolvimentista para denominar esse programa.

Bresser-Pereira (2015), analisando a natureza do ciclo neodesenvolvimentista lulopetismo, considera que os governos do PT não foram exitosos, vez que não conseguiram concretizar a retomada do crescimento. Apesar disso, reconhece como pontos positivos a inclusão social e a redução do histórico e arraigado processo de desigualdade social. A propósito disso, cabe dar destaque à própria fala de nosso economista:

Abria-se a oportunidade para que o desenvolvimento econômico fosse retomado, mas não foi isso que aconteceu. O governo do PT foi social-desenvolvimentista, mas, afinal, esse desenvolvimentismo malogrou: não logrou a retomada do desenvolvimento, nem logrou constituir uma coalizão de classes desenvolvimentista associando a burguesia industrial aos trabalhadores e à burocracia pública. Seu grande mérito foi o da inclusão social, que ocorreu graças ao forte crescimento do salário-mínimo e à ampliação da política de transferência de renda; foi haver logrado a transferência de uma importante parcela da população para o consumo de massas, e, assim, reduzir a desigualdade existente no país. (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 103).

O insucesso aludido tem como causa, primeiramente, a não resolução do problema do câmbio (VASCONCELOS; AMORIM, 2018). Fato que ocorreu em virtude de o governo Lula – que recebeu, do governo anterior, uma taxa de câmbio altamente depreciada (o que é uma benção) – permitir que a propalada taxa “[...] se apreciasse nos oito anos de seu governo”. (BRESSER-PEREIRA, 2015, p. 103). Outra razão para o “malogrado desenvolvimentismo lula-petismo” diz respeito ao crescimento vinculado à valorização das commodities.

Em seu governo houve um breve período de bom crescimento empurrado pelo aumento do preço das commodities exportadas (um boom), mas assim que os exportadores de manufaturados se organizaram para importar (o que demora em média três anos), as indústrias, que haviam deixado exportar no governo, mas ainda conservavam o mercado interno, o perderam para os importadores (BRESSER-PEREIRA, 2015, p.104)

Apesar da retomada (importante) do crescimento da economia brasileira durante o governo Lula, que esteve sustentado fundamentalmente pela expansão do setor de commodities, Gonçalves (2013) caracteriza o processo de expansão em causa como um período cujo desenvolvimento representa uma modalidade de “nacional-desenvolvimentismo com sinal trocado”, o que é também denominado de “nacional-desenvolvimentismo às avessas”. Para o autor, os motivos que justificam esta caracterização dizem respeito à conduta do governo, ao desempenho da economia e as estruturas de produção, comércio exterior e propriedade, que não estavam sintonizados com o modelo de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista. Nessa direção, é metafórica a observação de Gonçalves (2013, p. 109), que alerta “[...] dentre os méritos ou pontos fortes do Governo Lula, não se encontram grandes transformações, reversão de tendências estruturais e políticas desenvolvimentistas”.

Complementarmente, Vasconcelos e Amorim (2018), que trabalham na esteira da interpretação de Gonçalves (2013), sustentam que o nacional-desenvolvimentismo às avessas manteve processos de “[...] desindustrialização, dessubstituição das importações, reprimarização, maior dependência tecnológica, desnacionalização, perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural, maior concentração de capital e dominação financeira” (VASCONCELOS; AMORIM, 2018, p. 133). Contudo, o elemento mais proeminente deste processo diz respeito à tendência futura de maior vulnerabilidade da economia do país em relação ao contexto macroeconômico do capitalismo global. A esse respeito, Gonçalves (2013, p. 110) acrescenta:

Na medida em que o Governo Lula implementou o MLP [Modelo Liberal-Periférico], ou seja, o ND [Nacional-Desenvolvimentismo] com sinal

trocado, reduziu-se a capacidade estrutural do Brasil de resistir às pressões, fatores desestabilizadores e choques externos [...]. Em consequência, lançou-se o país em trajetória de longo prazo de instabilidade e crise no contexto de crescente globalização econômica. Durante o governo Lula foram cometidos erros estratégicos que comprometem estruturalmente o desenvolvimento do país no longo prazo. (GONÇALVES, 2013, p. 110).

Por outro lado, Alves (2014), refletindo sobre o significado histórico do fenômeno em causa, considera o neodesenvolvimentismo lulista como um novo padrão de expansão capitalista. Para ele, o ciclo em destaque representou uma *modernidade hipertardia* que substituiu o governo de tendência neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesses termos, a “[...] eleição de Lula da Silva pelo PT significou a necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento capitalista, não mais orientado pelos parâmetros neoliberais” (ALVES, 2014, p. 130-131).

Apesar dessa avaliação, o autor em questão considera que Lula e seu governo foram incapazes de romper com as diretrizes da economia neoliberal e, em virtude disso, manteve seus pilares. Aspectos que já eram conhecidos desde o lançamento da Carta aos brasileiros ainda durante a campanha eleitoral de 2002. Tais aspectos, como se sabe, diziam respeito à manutenção do alinhamento do Estado brasileiro com o bloco hegemônico no mercado mundial. Por isso, sustenta o autor: “[...] o objetivo do novo governo pós-neoliberal era reorganizar o capitalismo no Brasil e não aboli-lo. Enfim, promover um choque de capitalismo nos moldes pós-neoliberais” (ALVES, 2014, p. 131).

Além dos elementos em destaque, Alves (2014) defende que o neodesenvolvimentismo lulo-petista representou uma alternativa de projeto reformista hipertardiado, com o qual ocorreu um “[...] amesquinamento irremediável da ideologia socialdemocrata” (ALVES, 2014, p. 140). Nesse bojo, sublinha Vasconcelos e Amorim (2018, p. 134): “Pragmaticamente tal neodesenvolvimentismo representou uma modalidade de reformismo fraco que promoveu um choque de capitalismo, buscando conciliar elementos de inclusão e exclusão inerentes ao desenvolvimento capitalista em nosso país”. A ideia em causa é fundamentada por Alves (2014) que, inclusive, sustenta o argumento do reformismo fraco. A esse propósito, a passagem é esclarecedora:

[...] o neodesenvolvimentismo como reformismo fraco que impulsiona o choque de capitalismo, não deixa de conter o seu tom farsesco, uma dimensão trágica –ele impulsiona à exaustão, contradições vivas do desenvolvimento capitalista no Brasil. Por um lado, assume a tarefa histórica de combater a pobreza extrema e promover a inclusão do subproletariado no mercado de trabalho formal, realizando, deste modo, o

sonho do consumo dos trabalhadores da massa marginal; por outro lado, preserva os pilares do modo de desenvolvimento social excludente do capitalismo histórico no Brasil incentivando a centralização e concentração do capital oligopólico na condição histórico-mundial da senilidade capitalista como modo de desenvolvimento civilizatório. (ALVES, 2014, p.140)

Por isso, Vasconcelos e Amorim (2018) concluem que o modelo neodesenvolvimentista dos governos Lula e Dilma, a despeito da retomada do crescimento econômico, constituiu-se, em verdade, numa espécie de “desenvolvimentismo às avessas”. Isso porque não representou, como dito, uma ruptura decisiva e efetiva em relação ao modelo neoliberal herdado de seu antecessor – FHC. Essa ideia é compartilhada por Boito Júnior e Berringer (2013, p. 32), que defendem ser o neodesenvolvimentismo o modelo de desenvolvimento da época do capitalismo neoliberal. Por isso, trata-se de um modelo que:

- i) apresenta crescimento econômico, embora muito maior do que aquele verificado na década de 1990, e bem mais modesto do que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo;
- ii) confere importância menor ao mercado interno;
- iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local;
- iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro;
- v) tem menor capacidade distributiva da renda;
- vi) e, por fim, é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista.

Os elementos em destaque, que se encontram estreitamente imbricados, fazem do neodesenvolvimentismo uma plataforma econômica muito menos ambiciosa que o seu predecessor (desenvolvimentismo). Característica que advém do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento econômico possível dentro dos limites/constrangimentos colocados pelo modelo capitalista neoliberal. Assim, as taxas menores de crescimento do PIB são as taxas possíveis para um Estado que é levado a renunciar ao investimento para poder rolar a dívida pública; o papel menor do mercado interno é decorrente da manutenção da abertura comercial; a reativação da função primário-exportadora é a opção (condição) de crescimento viável para uma política econômica que não pretende revogar a ofensiva que o imperialismo realizou contra o parque industrial brasileiro.

O conjunto dessas questões, lamentavelmente, impedem e/ou desestimulam uma política mais forte de distribuição de rendas (BOITO JÚNIOR; BERRINGER, 2013).

3.6 COMO UMA (BREVE) SÍNTESE

O neodesenvolvimentismo, com projeto e modelo de desenvolvimento que se pautou pela busca da estabilidade e da ação distributiva do Estado, com foco na indução do crescimento socioeconômico e na coordenação dos investimentos (públicos e privados) no país, é elemento fundamental para a necessária problematização dos megaeventos esportivos e, especialmente, de seus legados. De tal forma, perspectivar os legados da Copa FIFA 2014 no Brasil, supõe assumir que tal plataforma política não pode ser tomada/analísada apenas como um elemento do contexto socioeconômico e político, mas com um aspecto cujo desenvolvimento e/ou implementação são cruciais às heranças prometidas e anunciadas.

Nesses termos, a realização da Copa FIFA 2014 precisa ser escrutinada como catalizadora de obras e investimentos públicos e privados, que buscou dinamizar a economia e fortalecer a posição dos países-cede no mercado mundial global. A atração de investimento e de turistas, assim como de marcas globais, que conformam a concorrência intercapitalista entre diferentes esferas comerciais do mundo globalizado, por exemplo, segundo avalia Mascarenhas (2012), supõe a construção de um ambiente propício aos negócios e, ainda, de uma atmosfera favorável ao mercado. Aspecto que, na avaliação de Reis (2022, p. 85), “[...] requer uma ‘sintonia fina’ com os ideais de modernidade e prosperidade, mas também de segurança, saneamento e higiene” – papéis que o evento em tela prometeu – enquanto legado – cumprir/entregar. Por isso, como uma “ofensiva de charme”, a Copa, ao carrear tais princípios, esteve sintonizada com o propalado projeto de desenvolvimento nacional, já que foi escalada para desfazer preconceitos e a abrir novas rotas e oportunidades comerciais.

Com isso, a questão que se coloca para o próximo capítulo é: como a literatura especializada no assunto tratou os legados (tangíveis e intangíveis) frente o projeto de desenvolvimento em voga no Brasil?

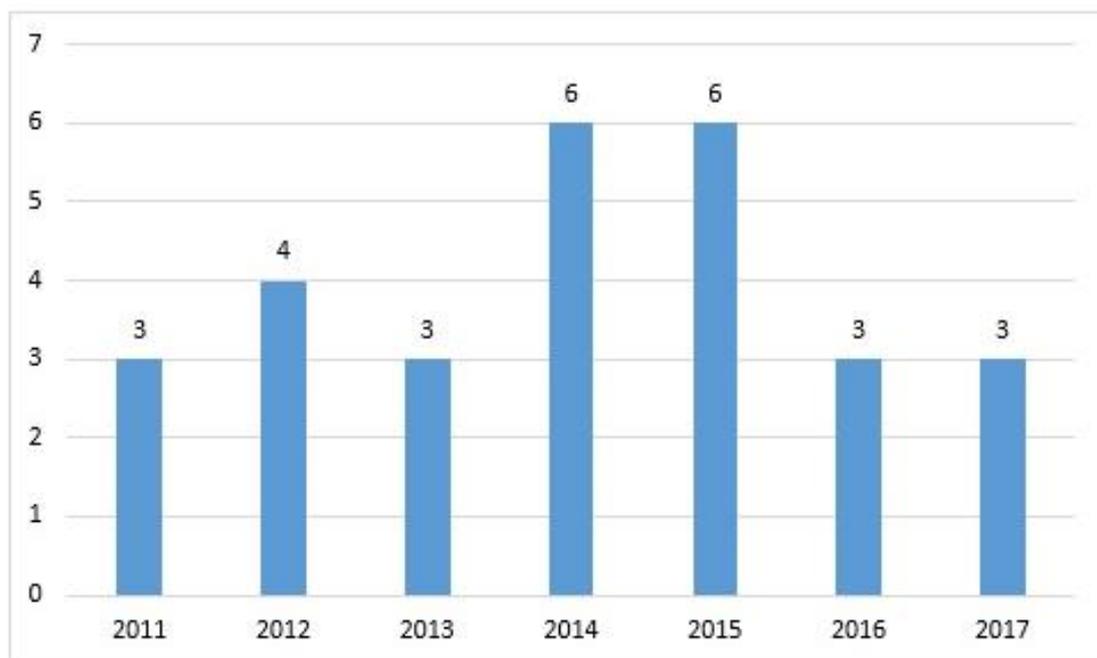
4 PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA SOBRE OS LEGADOS DA COPA DO MUNDO FIFA 2014 NO BRASIL: REVISÃO (SISTEMÁTICA) DA LITERATURA ESPECIALIZADA NO ASSUNTO

O presente capítulo preocupa-se em identificar e refletir acerca da produção científica brasileira sobre os legados da Copa do Mundo FIFA 2014. É, pois, um trabalho levanta e problematiza as questões que compõem o quadro geral das heranças (prometidas e/ ou implementadas, tangíveis e/ou intangíveis). Dessa forma, é um texto de revisão sistemática da literatura especializada no assunto.

Como uma revisão sistemática⁶⁸, que permite resumir os dados existentes, refinar hipóteses e ajudar a definir agendas de trabalhos futuros (MEDINA; PAILAQUILÉN, 2010), este capítulo é fruto de um esforço de investigação para reunir e sintetizar os trabalhos que tangenciam os legados desde uma preocupação com o entendimento, a abrangência e o alcance dos legados prometidos/implementados e/ou tangíveis e intangíveis.

A pertinência desse tipo de estudo reside na necessidade de elaboração de um quadro panorâmico sobre a questão em causa. Dessa forma, trabalhamos com um marco temporal mais recente, compreendendo o período de 2010 a 2018, isto é, os quatro anos que antecedem a realização da Copa do Mundo FIFA de Futebol no Brasil e os quatro anos após sua realização. O Gráfico 1 aponta a distribuição dos artigos ao longo dos anos, aspecto que demonstra como a agenda acadêmico-científica incorpora e acomoda o debate em questão:

⁶⁸ O método de revisão sistemática da literatura consiste em um movimento que tem base em critérios pré-determinados e evidências científicas consistentes, tendo como fim colaborar com a escolha de estudos e/ou ferramentas para o desenvolvimento de artigos com informações originais (SCHÜTZ; SANT'ANA; SANTOS, 2011). O processo de desenvolvimento desse tipo de estudo de revisão inclui caracterizar cada estudo selecionado, avaliar a qualidade deles, identificar conceitos importantes, comparar as análises estatísticas apresentadas e concluir sobre o que a literatura informa em relação à determinada intervenção, apontando ainda problemas/questões que necessitam de novos estudos (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Gráfico 1- Artigos publicados por ano (2010-2018).

Fonte: Elaboração própria (2022).

Ademais, os artigos científicos selecionados constavam em periódicos nacionais e internacionais revisados por pares, disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja publicação era em língua portuguesa. Tais elementos, pela sua natureza, funcionaram como critérios de inclusão para a seleção do material de pesquisa. Os critérios de exclusão implicaram na retirada de artigos científicos que tratavam da Copa do Mundo FIFA 2014, mas que, em seu escopo, não discutiam os legados em destaque.

Os artigos foram selecionados a partir do descritor “Copa do Mundo FIFA 2014” e tiveram como filtro para o refinamento o termo “legados”. A seleção dos artigos envolveu, numa 1ª fase, a análise dos títulos, resumos e palavras-chave. Na 2ª fase, foram realizadas a leitura e a avaliação do artigo completo. Os dados foram tratados através da análise de conteúdo categorial por temática. (BARDIN, 2011).

A seleção inicial do material decorreu de um total de 1.265 artigos científicos. Na primeira fase considerando os critérios já mencionados, foram selecionados 93 artigos. A segunda fase, após leitura completa e criteriosa dos artigos, com intuito de categorização do *corpus* de análise, implicou na exclusão de 60 artigos, uma vez que estes não discutiam a questão dos legados, muito embora tratassem da Copa do Mundo. Tão logo, a análise efetiva envolveu 23 artigos, os quais estão sumariados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2- Artigos que discutem/tratam os legados da Copa do Mundo 2014 no Brasil.

Título	Autor(es)	Periódico	Publicação
O Brasil e a Copa do Mundo FIFA 2014: um olhar além dos holofotes	Dalonso, Lourenço	Int. Conf. on Tourism & Management Studies	2011
Megaeventos Esportivos	Tavares	Movimento	2011
Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami	Mascarenhas	Movimento	2012
O desejo, o direito e o dever – A trama que trouxe a Copa ao Brasil	Damo	Movimento	2012
A cidade e a Copa do Mundo: projetos e transformações urbanas em Porto Alegre – Brasil	Leal-Labourge, Cabette	EURE	2013
O legado da Copa e seu impacto no futuro da cidade de São Paulo	Cardoso, Feury, Malaia	FUTURE	2013
Marca e imagem de um país: considerações sobre a Copa do Mundo 2014 e a promoção do Brasil	Okce	PODIUM	2013
A Copa do Mundo 2014: oportunidade e prospecção geradas para a cadeia produtiva do turismo de Cuiabá	Raye, Souza, Viegas e Boaria	RTC	2013
Eventos verdes: análise das ações de desenvolvimento sustentável para realização da Copa 2014 no Brasil	Pereira, Alves	RMS	2015
A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil	Silva, Vargas	R. Sociedade e Estado	2014
Copa do Mundo e cerveja: impactos intangíveis de um megaevento	Romera	Movimento	2014
Hans Kelsen, estado de exceção e Copa do Mundo no Brasil	Matos	CEFD	2014
A FIFA, a Democracia e a Soberania: tensões e paradoxos	Repolês, Prates	Seqüência	2015

Copa do Mundo FIFA de Futebol no Brasil 2014: análise dos gastos necessários para a sua elaboração	Santos	Revista Brasileira de Futsal e Futebol	2015
A Copa do Mundo no Brasil – entretenimento versus Cidadania	Maluly, Guaguardi	Revista Pauta Geral	2015
Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede	Toledo, Grix e Bega	Revista de Sociologia e Política	2015
Cidade-sede da alegria: a Fortaleza da Copa do Mundo nas páginas do jornalismo local	Freitas, Silva e Carvalho	Revista EPTIC	2016
Uma mudança em andamento: a troca de “casa” da torcida do Clube Náutico Capibaribe sob o olhar da casa e da rua de Roberto Damatta	Ferreira, Leão	Podium	2016
A qualidade da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 nas cidades-sede	Santos, Correia, Biscaia, Araújo, Pedroso, Stingham, Azevedo, Molletta, Costa e Menezes	Movimento	2016
Taxa de ocupação das arenas após a Copa do Mundo FIFA no Brasil: uma questão de engenharia de empreendimentos	Campos, Ferrão	Revista Brasileira de Futebol e Futsal	2016
A hierarquização simbólica do Brasil na Copa do Mundo	Netto	Revista Sociedade e Estado	2017
A favela é um cenário: tematização e cenarização nas favelas cariocas	Fagerlande	Revista de Arquitetura	2017
Do rubro-negro ao neutro da FIFA: uma análise das transformações dos estádios-sede da Copa do Mundo de 2014	Rodrigues, Drula e Rechia	Movimento	2017

Fonte: Elaboração própria (2021).

Nos termos apresentados, os trabalhos foram organizados/distribuídos em duas categorias gerais, a saber: Legados Tangíveis e Legados Intangíveis. A primeira categoria reuniu estudos cuja preocupação tangenciou questões relativas ao turismo, à infraestrutura, aos legados institucional e social; a segunda, por outro lado, abrangeu pesquisas relacionadas à marca e imagem (propagandística) do país. A discussão das categorias apresentadas é desenvolvida na sequência.

4.1 LEGADOS TANGÍVEIS

Os eventos esportivos, de modo geral, são tomados/apresentados/difundidos como catalisadores – importantes – de melhorias da qualidade de vida. Com isso, muitos atores sociais implicados diretamente na realização dos tais eventos asseguram, não raras vezes, que tais acontecimentos podem ajudar a acelerar o processo de regeneração (rearrumação) das cidades nas mais diferentes áreas. Dessa forma, ganham destaque intervenções nas esferas da habitação, do transporte, da segurança, da convivência, da educação, do sucesso econômico e outras. Essas perspectivas, embora factíveis em certos sentidos, não podem ser analisadas abstraídas de suas intenções de legitimação social. Com isso, importa, neste momento, como fizeram Reis, Telles e Costa (2013), afirmar que esta categoria entende que os legados tangíveis dizem respeito a toda a infraestrutura de um megaevento e está relacionada, em especial, a análises econômicas de custo-benefício.

4.1.1 Turismo na copa

A categoria Turismo é a mais recorrente no conjunto da discussão sobre os legados da Copa do Mundo FIFA 2014 levantado pela literatura investigada. A questão central dos estudos é a interface entre o esporte e o turismo e a oportunidade de promoção do país para o desenvolvimento dos setores turísticos com possibilidades de efeitos positivos em amplos mercados diretos e indiretos com a realização dos megaeventos em causa. Assim, como resultado, os estudos buscam, de maneira geral, investigar como os megaeventos influenciaram diretamente o cotidiano da população brasileira. Propõem, então, avaliar de forma preliminar os impactos da Copa de futebol no Brasil, os investimentos públicos no turismo, os possíveis impactos ambientais, socioeconômicos e de infraestrutura que estão relacionados às atividades turísticas.

Discute-se, também, a oportunidade, com o advento dos dois maiores eventos esportivos do mundo, de ampliar a projeção do país no exterior e, com isso, valorizar a sua

imagem no circuito internacional de turismo. Busca-se saber em que medida os eventos contribuirão para inserir o Brasil no circuito internacional de cidades e a quem a entrada nessa competição beneficia.

A falta de envolvimento do setor privado quanto aos investimentos necessários à estruturação das cidades-sede e a consequente concentração do uso dos recursos públicos para tais investimentos são questões apresentadas nos estudos, bem como a ausência de planejamento para utilização das infraestruturas construídas, após os megaeventos.

Outro aspecto elencado diz respeito ao aumento do endividamento público do país em detrimento dos investimentos necessários à realização dos jogos, o que pode ocasionar uma redução nos investimentos em outras áreas de responsabilidade do Estado como educação, saúde e segurança pública. Sobre tais questões, os estudos supõem que os megaeventos no país podem acelerar a implantação de investimentos urbanos em áreas degradadas que requerem, para as atividades turísticas, um processo de reordenamento socioespacial.

Sobre os impactos da Copa no Turismo e nas cidades-sede, a corrida para a qualificação profissional com vistas a receber e atender bem o visitante ocupou a maior parte do noticiário local e pautou as discussões sobre o tema. Porém, faltam elementos para o grande público avaliar o que foi feito para qualificar a atividade turística no país, para além da hospitalidade brasileira durante os megaeventos. Destaca-se a ausência de uma agenda que pautasse, em longo prazo e de forma contínua, a qualificação para o setor, que possibilite a manutenção dos padrões de qualidade que privilegiem o atendimento ao público específico do evento.

A melhoria constante da complexa rede de serviços envolvida no turismo mostra-se fundamental para atender às expectativas dos visitantes que estiveram aqui para a Copa e pretendem retornar, bem como daqueles que conheceram o país por meio das transmissões televisivas e que, por isso, podem se tornar potenciais turistas. Porém, os estudos ressaltam a carência da população em discussões acerca do turismo em uma dimensão mais ampla, isto é, uma abordagem que dê conta de sua interface com a cultura popular, a preservação ambiental, com a inclusão social, a valorização de saberes locais, para além de seu entendimento como entretenimento e contribuição econômica apenas.

Sobre impactos positivos, os estudos destacam as inúmeras declarações positivas dos turistas a respeito da hospitalidade dos brasileiros, especialmente das iniciativas de “adotar estrangeiros durante o evento”, hospedando-os em casas de pessoas comuns. Dados divulgados pelo Ministério do Turismo ressaltam que apenas 60% dos turistas que vieram ao Brasil em função da Copa hospedaram-se em hotéis, *flats*, pousadas ou albergues. Esses

turistas visitaram 491 cidades e realizaram atividades de lazer, tendo como atrativos principais a praia, a gastronomia, espaço para compras, diversão noturna e visitas culturais.

Parte dos estudos analisados foi realizada antes do período da Copa no Brasil e se baseiam em edições anteriores do megaevento em outros países e, ainda, estudos de projeção realizados pelo Ministério do Esporte e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujo objetivo era subsidiar o planejamento para a Copa de 2014. Para isso, traçaram o perfil dos turistas que participaram da Copa do Mundo na África do Sul. Segundo as pesquisas, o principal mercado turístico emissor é formado por europeus, seguido de norte-americanos. Deste público, 83% são homens, e gastam, em média, R\$ 11 mil reais num período médio de 15 dias; 82% dos turistas fazem turismo adicional visitando outros destinos além das cidades-sede. Tais dados demonstram que eventos dessa natureza possibilitam uma demanda turística internacional dificilmente alcançada por outros meios de promoção (DALONSO; LOURENÇO, 2011).

Quanto à escolha das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, seguiu critérios técnicos a partir de visitas feitas por especialistas da entidade e dos projetos entregues pelas cidades, opções de lazer e segurança pública foram critérios de seleção. A estratégia de diversos países para a atração de investimentos e de atenção internacional ao sediar um megaevento justifica os interesses estaduais, como é o caso do Estado do Mato Grosso. Apesar do destino não possuir uma demanda turística representativa, ficando fora dos relatórios nacionais devido a sua baixa expressividade, a cidade de Cuiabá foi identificada pela comissão avaliadora da FIFA como apta para sediar a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014 (RAYE et al., 2013).

O setor do turismo em Cuiabá alertou que o megaevento não traria legados para a cidade. Esse sentimento acabou desencadeando um dossiê, em 2012, elaborado pelas duas entidades de classe de maior representatividade no segmento hoteleiro, denominado “Alerta aos investidores da Copa” que teve como objetivo inibir os investimentos no setor, alegando prejuízo após a realização do evento por ausência de demanda (RAYE et al., 2013).

A perspectiva que a Copa do Mundo de Futebol poderia beneficiar o desenvolvimento da cidade-sede foi recebida pelos setores econômicos e pelos segmentos do turismo e lazer da cidade de Cuiabá em meio a descontentamento e receios (RAYE et al., 2013). Outro fato levantado como preocupante é a ociosidade e alto custo de manutenção da Arena Pantanal, no caso de estado em relevo.

Conforme Fagerlande (2017), a partir da necessidade de mudar a imagem da cidade do Rio de Janeiro em função da realização dos megaeventos esportivos, novas políticas públicas relacionadas à segurança e obras de mobilidade urbana foram implantadas. As mudanças

ocorridas nas favelas do Rio de Janeiro, sobretudo a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), tiveram forte influência no desenvolvimento do turismo nessas áreas.

A reconstrução da imagem da cidade do Rio de Janeiro se deu em função de se tornar uma cidade global, mais aberta, e as favelas foram inseridas em um processo global de mercadificação (higienização) das cidades. O turismo surgiu, então, como entrada de investimentos para o setor, sugerindo que cada favela tenha uma imagem própria, como mercadorias em busca de investimentos ou visitantes (FAGERLANDE, 2017).

Alguns processos contribuem para a conversão da cidade contemporânea em mercadoria, como o ocorrido na cidade de Fortaleza. Nesse sentido, Freitas, Silva e Carvalho (2016) afirmam que é necessário compreender o conceito criado pela prefeitura Municipal de Fortaleza para divulgar/comercializar a cidade como capital da Alegria na Copa do Mundo FIFA 2014. Os autores ressaltam que um dos muitos percursos para essa mudança de *status* é por meio dos megaeventos e que “[...] a transformação do urbano em mercadoria em negociação no mercado global faz com que ‘o valor de troca’, impresso no espaço mercadoria, se impõe ao uso e espaço e, os modos de apropriação passam a ser determinados pelo mercado” (FREITAS; SILVA; CARVALHO, 2016, p. 104).

Sobre os impactos, as dificuldades enfrentadas pela população com as obras na cidade de Fortaleza, assim como a limitação de circulação nos dias de jogos, não foram abordadas como algo negativo para a cidade. Algumas obras de mobilidade não foram finalizadas e encontram-se paralisadas, o que também não foi problematizado nos trabalhos analisados. A governança da cidade priorizou, por cinco anos, as demandas do megaevento, decisão justificada pela possibilidade de ganhos de visibilidade, infraestrutura e demanda turística. (FREITAS; SILVA; CARVALHO, 2016). Essa discussão está presente em toda produção analisada, não apenas no caso da cidade de Fortaleza.

Sobre os legados para o turismo, a realização dos megaeventos esportivos, no Brasil, despertou na comunidade científica a necessidade da realização de profundas reflexões quanto ao estado da arte do turismo no Brasil, bem como às políticas públicas estabelecidas até então, assim como à adequação das necessidades estruturais para a organização de tais eventos no território brasileiro.

4.1.2 Infraestrutura

Os estudos nessa categoria ressaltam, sobretudo, os altos investimentos do Estado brasileiro para sediar a Copa de 2014. Esses investimentos estão voltados, especialmente, à infraestrutura em detrimento de outras prioridades latentes no país.

Na direção apontada, sobre a questão da mobilidade urbana, Santos (2015) argumenta que o valor previsto pelo Brasil para a realização desse Megaevento foi de R\$23.078.438.171,07, já no momento de executar as obras e serviços foi constatada a necessidade de um acréscimo de mais de R\$ 500 milhões, o que significa que o Brasil teve gastos muito altos para a realização do evento.

A infraestrutura da Copa de 2014 mobilizou os governos federal, estaduais e municipais, que, de maneira coordenada, desenvolveram um conjunto de obras essenciais à realização do evento. Esse fato reforçou a centralidade de investimentos em zonas já priorizadas e, não por acaso, permitiu concentrar investimentos em área onde a renda média dos habitantes é mais alta. Além disso, todo processo passou ao largo das decisões tomadas pelas assembleias e instâncias do Orçamento Participativo, uma vez que nenhuma obra entrou em discussão nos fóruns deliberativos da sociedade civil. Apesar disso, havia, por parte de alguns setores da sociedade brasileira, uma expectativa de luta para que o Legado da Copa não fosse pura especulação imobiliária e que as obras não reforçassem a periferização da pobreza. É o que afirmam Leal-Lahorgue e Cabette (2012) quando avaliam os investimentos em infraestrutura da Copa em Porto Alegre.

Araújo (2008) argumenta que uma das principais características das transformações na infraestrutura promovida pelos megaeventos esportivos foi adaptar os estádios para o uso multifuncional. É, então, em função disso, que tais espaços passaram a ter outras atribuições além de comportar torcedores para uma partida de futebol. Assim, até a terminologia de “estádio” sofreu alteração, pois esses lugares foram, a partir de então, denominados “arenas”. Um termo sintonizado como um conceito multifuncional, que “[...] passa a ser a âncora de um grande complexo centrado no entretenimento” (ARAÚJO, 2008, p. 555).

4.1.3 Legados Institucionais

Com a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, medidas jurídico-institucionais excepcionais foram efetivadas no país. Desde a edição da Lei Geral da Copa (Lei Federal nº. 12.663/2012) até a mobilização de extensas camadas de segurança nacional, mudanças para

atender às demandas da organização esportiva internacional sobre esse evento, e que foram justificadas com base no interesse público, foram implementadas.

A produção avaliada analisa os efeitos que a construção de normas jurídicas excepcionais, bem como as alterações jurídico-institucionais do país, efetuadas pelo governo federal, visando adquirir, e após conquistar, o direito de sediar os referidos eventos, produziu em suas instituições. Assim, na categoria legados institucionais a produção acadêmica focaliza as alterações legislativas efetuadas pelo governo federal brasileiro em cumprimento das garantias financeiras, políticas e jurídicas apresentadas pelos comitês de candidatura à Federation International Football Associations - FIFA e ao Comitê Olímpico Internacional - COI. Sobre essa categoria, Legados institucionais, ainda inexplorados exhaustivamente pela comunidade acadêmica, cabem novos estudos sobre tais questões, aspecto que está presente na própria literatura que sugere a constituição de uma agenda de pesquisas desse campo (TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015).

No que diz respeito à Copa do Mundo FIFA 2014, muitas normas jurídicas brasileiras foram suspensas nos espaços de exceção futebolística, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº. 8.069/1990), o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº. 8.078/1990), a Lei Geral das Licitações (Lei Federal nº. 8.666/1993) e o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº. 10. 741/2003), mas a discussão central está pautada em duas leis: a Lei Geral da Copa e o Estatuto do Torcedor (Lei Federal nº. 10.671/2003), que dispõem sobre os direitos e garantias para o consumidor esportivo.

Os estudos apontam que a Lei Geral da Copa suspendeu e alterou a aplicabilidade de normas e dispositivos que tratam dos direitos comerciais e da propriedade industrial, por conseguinte permite o registro de marcas e símbolos dos eventos da FIFA no Brasil. Ademais, por sua edição, a reprodução, a imitação e a falsificação indevidas, assim como a importação, exportação, venda, distribuição e oferta de quaisquer símbolos associados à Copa do Mundo de 2014 para fins publicitários, sem a devida autorização da FIFA, foram tipificados criminalmente. A Lei Geral da Copa promoveu, além disso, indiretamente, a suspensão de proteção ao consumidor por meio do afastamento de alguns dispositivos do Código Civil brasileiro.

Ainda sobre os impactos da Lei Geral da Copa, essa promoveu alterações no Estatuto do Torcedor que demandou adequações desse dispositivo legal. O aspecto mais polêmico diz respeito à entrada nas arenas de posse de bebidas de teor alcoólico. A comercialização de produtos dessa natureza é uma significativa fonte de receitas para os organizadores e

patrocinadores da entidade, que utilizam a Copa do Mundo para promover sua marca (TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015).

A imposição da FIFA acerca do comércio de bebidas não somente desautoriza leis, municipais e estaduais, relativas à proibição da venda e consumo de bebidas nos estádios, mas também oportuniza a flexibilização de normas internas, ratificando um estado de exceção que suspende a autoridade do país e desconsidera os avanços e conquistas. (ROMERA, 2014, p. 776).

A flexibilização das normas internas referentes à comercialização e consumo de cerveja nos estádios de futebol também expressa a desconsideração das leis estaduais e municipais do país em favor do lucro de uma cervejaria internacional patrocinadora da FIFA e de determinada cervejaria nacional que, por sua vez, patrocina a seleção brasileira de futebol. Abrem-se, em nome dos megaeventos, precedentes que exercerão fortes influências sobre decisões políticas que serão tomadas durante os Jogos da Copa do Mundo, com possibilidades de se perpetuarem posteriormente.

Ocorre uma espécie de suspensão da ordem pública vigente na cidade e uma introdução de outra ordem que domina e define as regras do espaço público. Copa do Mundo e Olimpíadas são eventos semelhantes, mas na Copa esse processo se dá de forma muito mais radical, pois no protocolo geral estabelece um rol de novas regras que se sobrepõem às regras do país tal como um estado de exceção, como se estivéssemos em uma guerra. (ROMERA, 2014, p. 798).

Ainda segundo Romera (2014), a imagem da bebida fortemente vinculada ao futebol alimenta a falsa impressão de que o lícito é inofensivo e saudável, e somente o ilícito é passível de consequências desastrosas, tanto no nível individual quanto social. Se o interesse das grandes corporações é aumentar o lucro, e o faz por meio da publicidade e patrocínio de eventos (esportivos e artísticos) – para a qual a Lei Geral da Copa e a FIFA pedem passagem – os resultados servirão de legado positivo para as cervejarias por conta do aumento de consumo e de consumidores no Brasil. Para as grandes corporações o lucro fica garantido e para as políticas do álcool, de saúde, de prevenção, restará buscar forças para recomençar se o provisório desse estado de exceção não for transformado em permanente.

O poder conferido às entidades esportivas internacionais de exigir que o Estado brasileiro suspenda as normas de seu ordenamento jurídico conferindo ao esporte e suas respectivas organizações um lugar ‘acima da lei’, tende a produzir impactos de natureza cognitiva nas relações Estado-sociedade, em longo prazo, em relação aos assuntos de natureza

esportiva. Esses impactos não se entregam de imediato, são progressivos e silenciosamente elaborados, no campo da cultura organizacional. Assim, a exceção serve perfeitamente como paradigma às avessas para o cenário político-jurídico autoritário instaurado no Brasil por meio da legislação de exceção aprovada para garantir a Copa do Mundo (MATOS, 2014).

O marco teórico do trabalho de Matos (2014) radica-se na Teoria Pura do Direito de Kelsen que, por ser um exemplo de teoria jurídica da normalidade, na qual a exceção não tem espaço, serve perfeitamente como paradigma às avessas para o cenário político-jurídico autoritário instaurado no Brasil, o qual é brevemente apresentado por meio de parte da legislação de exceção aprovada para garantir a Copa do Mundo. Para o autor, o fato de um personagem público, como Blatter, defender abertamente o papel “normalizador” e “conciliador” que uma Copa do Mundo exerce num país, sob regime de exceção, na política ou econômica é revelador de sua importância. A ideia em destaque indica, de maneira mais inequívoca possível, o *modus operandi* da FIFA e de seus associados, a exemplo do governo brasileiro.

As alterações promovidas no ordenamento jurídico brasileiro em virtude da realização de megaeventos esportivos têm sido predominantemente discutidas a partir de um arcabouço teórico que se fundamenta no constructo teórico de “Estado de exceção” do filósofo italiano Giorgio Agambem (VAINER, 2011). Esse conceito se constituiu como uma referência para as análises sobre as modificações jurídicas e institucionais promovidas em função da organização dos megaeventos esportivos desde que dele foi derivado a noção de “cidade de exceção”, utilizada, genericamente, pela literatura acadêmica nacional para se referir aos atos autoritários relacionados à preparação para os megaeventos esportivos.

Para análise dos efeitos que tais alterações legislativas produzem, ou tendem a produzir, nas relações sociais e para delimitação do alcance de tais efeitos, os quais denominamos legados institucionais, Matos (2014) toma como premissa a concepção proveniente do neoinstitucionalismo sociológico. Neste conceito, a instituição não diz respeito somente ao conjunto de regulamentos formais, mas também se refere aos sistemas simbólicos que, provendo modelos cognitivos de significação, também orientam a ação dos indivíduos no interior das organizações sociais, de forma que se observa uma influência mútua entre, de um lado, a racionalidade legal e, de outro, as práticas culturais.

No que diz respeito à dimensão regulatória do ambiente legal, verificou-se que os megaeventos esportivos exerceram uma influência normativa, tanto na elaboração do Ato Olímpico quanto da Lei Geral da Copa, e, também, simbólica, no tocante à lei que institui o Regime Diferenciado de Contratação (RDC). Essas alterações comportaram-se de maneira

diferente na dimensão legal em questão, na medida em que as duas primeiras não resultaram na produção de efeitos legais para além da realização dos eventos, ao passo que a última alastrou seu leque de abrangência no ambiente regulatório de diferentes setores da sociedade. Assim, as alterações legislativas efetuadas em razão dos megaeventos esportivos impactam práticas e procedimentos no interior das organizações envolvidas nos processos que receberam a nova regulamentação. Esses impactos não se entregam de imediato, mas são progressiva e silenciosamente elaborados como “crenças cognitivas e normativas” no âmbito da cultura organizacional brasileira (MATOS, 2014).

4.2 LEGADOS INTANGÍVEIS

Os legados intangíveis como uma categoria de legados trabalha e se apoia na ideia corrente de que o impacto cultural do megaevento pode ser considerado um legado intangível, uma vez que seus efeitos repercutem sobre a imagem/autoimagem do lugar (cidade-sede) e de seus habitantes, bem como nas atitudes, na identidade projetada e em outros aspectos socioculturais cuja mensuração é imprecisa e duvidosa (POYNTER, 2006 apud TAVARES, 2011).

4.2.1 Legados Sociais

Os estudos dessa categoria evidenciam a ressignificação dos espaços com as mudanças oriundas das obras para Copa do Mundo FIFA de 2014. Assim, analisam o processo de significação dos espaços sociais através dos valores atribuídos pelas comunidades específicas e valores de uma ordem social mais ampla, vigente na atualidade. Esses estudos têm como objetivo central compreender as ressignificações sociais dos estádios de futebol, após a sua adequação aos padrões FIFA de futebol. E, além disso, buscam analisar a atuação e articulação da sociedade civil na resistência contra a remoção forçada das comunidades em localidades próximas às construções de equipamentos para os megaeventos esportivos.

Nas produções analisadas, os autores valem-se de categorias sociológicas desenvolvidas por DaMatta (1997) como a Casa e a Rua para explicar como a sociedade pensa e constrói seu quadro de códigos, seus valores, ideias e sistemas classificatórios. De forma sucinta, na categoria “Casa” está o olhar pessoal em que a emoção fala alto e é englobada ao espaço social; enquanto a categoria “Rua” representa a voz da lei mais rígida, mecanismos impessoais que reificam conceitos e relações (FERREIRA; LEÃO, 2016). No

caso da Copa, a categoria sociológica da “Casa” está relacionada aos estádios já existentes nas cidades-sedes e a categoria da “Rua” se relaciona às novas arenas. A reformulação dos estádios inaugura a chegada do conceito de arena, já apontado anteriormente.

Sobre os impactos, a reformulação dos estádios ganhou novos significados para a sociedade brasileira, as ações praticadas nesses novos espaços são fundamentadas nas regras e valores de uma ordem universal vigente. A presença de normas de conduta proporcionou um dos mais significativos campos de conflito frente às novas situações trazidas pela arena. A divisão do espaço poderá variar de acordo com a circunstância de cada jogo, e o fator econômico condicionará e determinará o uso desse espaço, assim como a imposição de serviços e produtos oferecidos, que são reflexos de acordos econômicos dessa nova ordem. Impressões e reações retratam o estranhamento dos torcedores com o novo espaço e as novas situações trazidas pelas arenas (FERREIRA; LEÃO, 2016).

No que se refere à remoção das comunidades em localidades próximas às construções de equipamentos para os megaeventos esportivos, Amaral et al. (2014) afirmam que os megaeventos esportivos provocaram uma série de remoções forçadas em todo país, e esse processo de exclusão reforça o modelo hierarquizante e excludente da sociedade brasileira, tendo impactos diretos nos direitos conquistados pela sociedade e garantidos na Constituição.

Embora os megaeventos esportivos sejam compreendidos pelo Estado e entidades esportivas promotoras do evento como elementos positivos para a construção de legados sociais na melhoria da infraestrutura urbana, do transporte e dos equipamentos esportivos, o processo de preparação para sua realização indica uma eugeniização e higienização dos espaços, além de desapropriação de comerciantes, falta de transparência no planejamento e transferências de espaços públicos para o setor privado (AMARAL et. al, 2014).

As pesquisas analisadas apontam, ademais, que os megaeventos, como eventos que priorizam o atendimento aos negócios esportivos e à acumulação do capital, são implementados a despeito das expectativas de investimentos em infraestrutura urbana, com distribuição igualitária entre regiões brasileiras, sobretudo, as regiões com infraestrutura escassa. Assim, os investimentos associados aos megaeventos não contribuíram para a redução das desigualdades regionais (SILVA; VARGAS, 2014).

O projeto político dos megaeventos esportivos tem como beneficiado a FIFA e as competições não são as prioridades da população e não vieram de uma demanda da sociedade civil. São resultado de “um jogo” daqueles que possuem assento nas decisões políticas brasileiras, tomando este momento como ímpar para projetar o Brasil no cenário internacional, não parecendo importar-se com os possíveis desdobramentos perversos que tais eventos

teriam para as questões sociais, como é o caso de moradia. (SILVA; VARGAS, 2014, p. 656).

Constatou-se que a atuação da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, na luta contra a remoção forçada de comunidades, tem sido intensificada no Brasil, sobretudo a partir articulação dos comitês populares da copa e das olimpíadas, que estão presentes nas doze cidades-sedes da Copa do Mundo. Um movimento que, na avaliação de Silva e Vargas (2014), é reação de uma série de remoções forçadas em todo país, que pode chegar a 17 mil o número de famílias diretamente atingidas. Nos termos apresentados, a reação aludida precisa ser compreendida como um legado (social e político) da Copa.

4.2.2 Marca/Imagem do País

A Copa do Mundo de Futebol da FIFA é um fenômeno social de enorme importância na cultura mundial contemporânea e cujo acesso está estreitamente vinculado ao seu caráter mediatizado (GASTALDO, 2004). Nesse contexto, a produção científica analisa os desdobramentos da Copa do Mundo de Futebol de 2014 na promoção da imagem e da marca do país. Uma análise de projeção, pois os estudos foram realizados ainda em 2013, e têm como plano central do debate o poder da mídia televisiva. Assim, pautam-se pela discussão dos conceitos de identidade nacional, tomando como referência os casos de gestão de imagem das Copas de 2006, na Alemanha, e de 2010, na África do Sul.

Para Ocke (2013), a realização da Copa de 2014 no Brasil poderia desencadear um processo de construção de uma marca forte com foco na proteção de negócios e na projeção de marcas nacionais na competitividade global. Para tanto, se coloca atento ao Plano de Promoção, que foi dividido em três esferas de interesse: turismo, negócios e sociocultural. Para cada um dos três grandes temas foram estabelecidos objetivos específicos que dizem respeito aos interesses do país em termos de promoção de sua imagem para o mercado interno e externo, aos quais ações promocionais foram dirigidas.

Contudo, alerta Ocke (2013), os resultados de promoção da imagem de um país após a realização de uma Copa do Mundo de Futebol não são fáceis de serem mensurados. É preciso considerar um conjunto de fatores de organização e realização do evento, bem como o posterior reflexo para públicos internacionais e o legado proporcionado para as comunidades locais. Os torneios disputados na Alemanha, em 2006, e na África do Sul, em 2010, demonstraram que a Copa do Mundo é uma situação isolada, mas faz parte de uma

engrenagem de desenvolvimento socioeconômico com base em um planejamento estratégico de longo prazo com objetivos específicos, focados em *marketing* (OCKE, 2013).

A imagem do lugar, no setor do turismo, impacta diretamente o valor dos produtos turísticos ali consumidos. No contexto da Copa do Mundo de 2014, as imagens foram ordenadas em torno de dois eixos que podem ser expressos pela ideia de diversidade e modernidade, vocábulos amplamente repetidos nos documentos da Embratur⁶⁹ (M. NETTO, 2017).

Ainda de acordo com M. Netto (2017), neste ambiente, a disputa da identidade nacional se desloca do Estado-nação para o espaço global, onde agentes globais e desnacionalizados disputam suas formações. Na Copa do Mundo, diversos agentes globais se interessam pelas identidades dos países como forma de valorizar suas marcas. Desta forma, tanto a pluralização de agentes interessados nas identidades nacionais, quanto a importância que essas adquirem na formação da marca do lugar fazem com que países e cidades criem órgãos especializados neste trabalho.

A imagem do lugar se torna importante na atração de um capital desnacionalizado, especialmente aquele relacionado com o turismo. Dessa forma os Estados nacionais criam órgãos legitimados como administradores simbólicos que operam no espaço global para a produção simbólica do espaço, buscando transformar a imagem do lugar em uma marca e, como tal, administrada em termos empresariais. (M. NETTO, 2017, p. 164).

Os megaeventos esportivos se tornam, então, plataforma central de promoção de marcas de cidades e nações, levando a imagem do país a um alcance global apenas imaginável em momentos de grande exceção. A representação do Brasil se hierarquiza a partir de empresas globais que, quanto mais próximas econômica e administrativamente da Copa do Mundo, maiores condições apresentam para circular seus nacionalismos corporativos.

4.2.3 Desenvolvimento Sustentável

Com o advento da Copa do Mundo 2014, o governo brasileiro assumiu o compromisso de planejar um evento mais sustentável e seguir uma lista de metas verdes estabelecidas pela

⁶⁹“A Embratur (Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo) é um serviço social autônomo que tem como objetivo o planejamento, a formulação e a implementação das ações de promoção comercial de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior, em cooperação com a administração pública federal”. Informação disponível em: <<https://embratur.com.br/missao/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

FIFA, no plano chamado “*Green Goals*”, com o intuito de contribuir para a conservação do meio ambiente e maximizar os efeitos positivos das suas realizações.

A produção examinada analisou as ações do Brasil para o desenvolvimento do evento de maneira mais sustentável, o que implicou atenção aos processos de gerenciamento de riscos ao meio ambiente, de construção de formas/tecnologias de impedir a degradação ambiental, colaborando para a geração de riquezas entre as diversas camadas e setores da sociedade afetados (PEREIRA; ALVES, 2015).

Nesse sentido, identificam-se os ideais do projeto “Passaporte Verde”, expondo as práticas responsáveis dos turistas, priorizando a conservação dos recursos naturais. A centralidade do trabalho analisado nesse subtópico esteve no levantamento das estratégias de sustentabilidade planejadas e executadas de cada cidade-sede para a realização de um evento mais verde.

Os resultados do estudo apontam que as cidades-sede do mundial de futebol investiram em construções mais sustentáveis, ressaltando as principais ações que foram realizadas nessa direção. De acordo com Pereira e Alves (2015), a partir de dados contidos no Portal da Copa (2015), o estádio Nacional de Brasília, Mané Garrincha, é um exemplo dessas ações, uma vez que foi construído em conformidade com os padrões exigidos pela FIFA. O consórcio responsável pelas obras qualificou os seus fornecedores de insumos naturais e somente os licenciados forneceram materiais para a construção do estádio. Realizou-se, ademais, a gestão dos resíduos sólidos conforme rege a Constituição Federal.

O Consórcio de Brasília 2014 também realizou a compensação ambiental da obra, isto é, foram plantadas cinco mil árvores no Distrito Federal. Os responsáveis pela obra do Estádio Nacional de Brasília instalaram, ainda, captação de energia solar, o que está sintonizado como os apelos por fontes renováveis e não poluentes de energia. A cobertura permite a captação de água da chuva que pode ser reaproveitada. Houve também a substituição das lâmpadas por modelos mais econômicos e de maior durabilidade (PEREIRA; ALVES, 2015).

O estudo destaca, além disso, que a realização de diversas ações que visavam o desenvolvimento sustentável no processo de planejamento e execução das obras foram executadas. Tendo em vista a magnitude do evento, as cidades sede investiram em projetos que apontaram para o desenvolvimento de um “evento verde”, para o qual foram adotadas medidas sustentáveis no intuito de minimizar os impactos negativos para o meio ambiente e a sociedade, o que, para os pesquisadores, originou um legado positivo para o Brasil e poderá servir como referência para outros países.

4.2.4 Mobilização Política

O estudo de Repolês e Prates (2015) parte das declarações de dirigentes da FIFA no contexto das Manifestações de Junho de 2013, segundo as quais a democracia representaria obstáculo para a realização da Copa do Mundo. Analisa, nesse sentido, o suposto “território FIFA” na Lei Geral da Copa. Para os autores, as manifestações políticas podem ser entendidas como reação à privatização da esfera pública e a lembrança de que a fixação de “territórios” pode também ser oportunidade de encontro e de exercício do dissenso.

Denota-se que, em razão do espaço e do tempo disponíveis, que por mais “fechadas”, “precisas” e “técnicas que as normativas referentes ao evento da FIFA pretendessem ser, buscando regular todos os espaços e especificidades dos ambientes e territórios afetados pela Copa do Mundo de futebol, a contingência presente no fenômeno jurídico foi exposta pela força das manifestações, manifestações estas que demonstraram o limite operacional do direito, tanto da justificação quanto da aplicação do ordenamento jurídico em contextos sociais cada vez mais complexos. (REPOLÊS; PRATES, 2015, p. 227).

Em outros termos, a legislação da Copa do Mundo e todas as demandas por “justiça”, presentes nas Manifestações de Junho de 2013, demonstraram que a luta por interesses é distinta das batalhas por direitos, além de desvelar que lei alguma, por mais elaborada que seja, consegue prever todas as suas hipóteses de aplicação, nem controlar todas as reações que dessa mesma aplicação possam advir, isto é, um espaço do imprevisto, do não admirável, ainda mais em um Estado Democrático de Direito que se apresenta como plural, sempre lembra que o risco e os limites funcionais são constitutivos do direito moderno (REPOLÊS, PRATES, 2015).

Ainda de acordo com Repolês e Prates (2015), a democracia constitucional pode ser realmente um enorme “incômodo” para empreendimentos impositivos, de “discurso único”, pois potencializa a dimensão produtiva da contingência, desvelando a tensão entre liberdade e igualdade, em que a legitimidade é discursivamente construída em arenas públicas ampliadas, as quais forçam todas as “fronteiras” dos territórios artificialmente erigidos, onde pretensões são levantadas por “cidadãos”, não apenas “clientes e consumidores”.

Damo (2012) discute os principais eventos, bem como o papel dos agentes e das instituições que tornaram o Brasil sede da Copa de 2014. O objetivo de seu estudo é desnaturalizar esta escolha, mostrando que o país não é sede apenas porque a FIFA tem um sistema de rodízio, nem porque existiu um conchavo entre Blatter e Lula. Destaca-se o

protagonismo da FIFA, tratando-a como uma agência privada, o que implica em considerar legítimas as suas pretensões de lucrar com a Copa.

Para o autor, desse ponto de vista é possível identificar algumas estratégias da FIFA que talvez sejam singulares quando comparadas ao mundo dos negócios, sendo a principal delas o comprometimento público, não raro pelo constrangimento do Estado através de seus representantes, obviamente na consecução da parceria.

Os promotores tendem a colocar no rótulo denominado de “legado” um conjunto tão heteróclito e disparatado de elementos que o termo tornou-se arbitrário. Do ponto de vista do significado, legado a muito deixou de ser aquilo que de bom vai estar depois do término do evento para ser uma modalidade de significações que já não consegue especificar o que quer que seja. (DAMO, 2012, p. 45-46).

Damo (2012), além disso, mostra em seu ensaio como o governo brasileiro foi seduzido pelos dirigentes esportivos e pela opinião pública a avalizar a candidatura, pagando por ela um valor econômico altíssimo e contestado, além de correr riscos de sair com seu *status* arranhado. Para o autor, em um país como o Brasil, sediar a Copa e as Olimpíadas em tão curto espaço de tempo soa um tanto extravagante. Parece irracional que uma nação com sérios entraves nas áreas da saúde, moradia, educação, segurança e tantas outras, subtraia delas um centavo que seja para empenhá-lo na preparação de um megaevento esportivo, quanto mais em dois.

5 AO MODO DE UMA SÍNTESE

Os termos megaeventos e legados não estão ainda adequadamente compreendidos (TAVARES, 2011), fato que implica na necessidade de revisão de definição sobre megaevento e as conclusões até agora existentes sobre seus legados presentes na literatura. Para o autor citado, no que se refere à produção do conhecimento, é necessário desnaturalizar as noções de megaeventos e de legados por meio de sua problematização histórico-social.

A ausência de definições conceituais para ambos os termos é um fato que representa sério risco para o desenvolvimento de um debate acadêmico de qualidade. Neste contexto, parece ser produtivo um maior diálogo com a produção realizada em outros países. Se a experiência de legados e impactos é pouco transferível, o referencial teórico e as experiências de pesquisa anteriormente realizadas podem perfeitamente servir de referência. É preciso

também avançar sobre o conhecimento tácito para o conhecimento empírico sobre megaeventos e seus legados.

Em razão de seu caráter multifacetado, a investigação sobre megaeventos permite-se não exigir intersecções e superposições de saberes e interesses, o que indica a necessidade de complementariedade teórica e pluralidade metodológica. (TAVARES, 2011, p. 29).

Muito do que se refere à realização de megaeventos esportivos está relacionado às questões de cidadania, visão republicana e democracia que são transversais a qualquer campo de saber. Megaeventos são partes significativas da experiência contemporânea, mas não podem ser vistos como uma panaceia para problemas econômicos e sociais. Eles requerem tremendo investimento de recursos humanos, financeiros e físicos das sociedades que se dispõem a organizá-los e, por isso, devem sempre estar sujeitos ao debate e ao escrutínio públicos. Temos que reconhecer as demonstrações públicas de preocupação por parte de membro da administração federal em realizar competições socialmente responsáveis (TAVARES, 2011).

Assim, as produções acadêmicas sobre legados, objeto dessa revisão, em sua maioria, são anteriores à realização do evento, o que dificulta identificar legados/heranças dos eventos em discussão no âmbito dos trabalhos avaliados. Esse aspecto, por sua condição, pode incidir em superestimação dos legados e em uma subestimação dos impactos. Há poucas evidências também sobre o valor social da Copa, mas há um consenso nas produções sobre os legados positivos para a promotora do evento, a FIFA, que reafirma o seu poder mundialmente e os de seus parceiros – as grandes corporações patrocinadoras do megaevento.

A revisão sistemática permitiu evidenciar que a discussão sobre megaeventos esportivos e seus legados, os temas e os termos do debate vêm se desenvolvendo em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo da Educação Física, da Administração, do Planejamento Urbano, da Ciência Política, da Sociologia, do Turismo e do Direito. Sobre o caráter multidisciplinar, os estudos a partir dos quais cada uma dessas áreas se dedica, é inerente às respectivas disciplinas acadêmico-científicas, ainda que dialoguem com as demais. Com o advento dos megaeventos houve um deslocamento da produção acadêmica para pautar o tema. Essas produções se intensificaram no ano da realização do evento e nos dois anos pós-realização do megaevento. O conteúdo dessa produção no período pré-evento discute os possíveis legados. Após sua realização, a discussão da produção analisa com menor intensidade os legados e foca nos impactos. À medida que o tempo da realização do

megaevento fica para trás, o debate acadêmico que pauta os megaeventos perde força e, gradativamente, sai da agenda de pesquisa.

No conjunto das produções analisadas, é recorrente a justificativa da necessidade de estudos que analisem os megaeventos esportivos em função do grande impacto local que eles causam, em especial a realização da Copa do Mundo FIFA no Brasil. A atenção se volta para os imensos investimentos públicos com construção de estádios, infraestrutura, estrutura de transportes, redesenho urbano, gestão, entre outros. Os temas mais recorrentes são turismo e infraestrutura urbana, porém não identificamos vasta produção que discorra sobre esses temas no que diz respeito aos legados e impactos. Não existe nesses trabalhos um consenso sobre o melhor método para mensurar os impactos ou benefícios do evento. Se compararmos o quadro atual com o estudo realizado por Tavares (2011), no qual o autor identificou apenas três produções acadêmicas, podemos afirmar que houve um crescimento considerável dos estudos com foco em legados, embora ainda sejam incipientes.

As pesquisas governamentais ainda são escassas. Não há indicadores consistentes em relação à magnitude do setor na economia, apesar do tamanho dos valores investidos e dos impactos gerados. Os legados na produção analisada são determinados por indicadores macroeconômicos e essa medida é frequentemente usada *ex-post* para encontrar evidências de legados. Os governos locais estimavam que tais eventos se caracterizassem como altamente lucrativos e geradores de benefícios às localidades receptoras. Tais benefícios são, na maioria das vezes, estimados como vantagens intangíveis, o que dificilmente pode se contabilizar.

Os estudos analisados são de natureza quali-quantitativa. A literatura acadêmica coteja alguns pontos que merecem um maior aprofundamento teórico. A população se viu envolta no discurso de que a Copa do Mundo do Mundo FIFA de 2014 traria um relativo desenvolvimento para o país e os benefícios seriam estendidos a todos os setores sociais, o que gerou uma expectativa dos seus legados, essencialmente na perspectiva econômica e social do país. Para além das iniciativas e reflexões críticas que vêm sendo elaboradas por diversos autores das mais distintas áreas do conhecimento, para uma interpretação e identificação dos reais legados e impactos da Copa no Brasil, teria que haver um acompanhamento por mais pesquisadores, que possibilitassem avaliar a fase de pré-evento, durante e após a realização da Copa no país. Há, ademais, necessidade de desenvolvimento de pesquisas contínuas que meçam de forma mais precisa os reais impactos socioeconômicos no país-sede por meio de geração de indicadores mais precisos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS – À GUIA DE UMA SÍNTESE

As articulações, imbricações, aproximações e distanciamentos entre a produção de conhecimento sobre os legados da Copa FIFA 2014, o papel contemporâneo do Estado brasileiro ante o esporte e, especialmente, ante a realização dos grandes eventos esportivos no contexto de capitalismo tardio, bem como sua correspondente política e ambição neodesenvolvimentista no que se pode chamar de ciclo de megaeventos no Brasil (2007-2016): eis aí o objeto de pesquisa sobre o qual este trabalho se debruçou. Seu desenvolvimento, portanto, implicou postura investigativa atenta às determinações socioeconômicas e históricas que atravessaram os processos em questão. É, pois, um texto que se fez buscando escapar às interpretações aligeiradas, às análises superficiais e aos julgamentos esvaziados das tensões e questões socioeconômicas e políticas.

Nesse sentido, a atividade de pesquisa que deu vazão ao trabalho em causa perspectivou o futebol como objeto sociocultural talhado, contemporaneamente, por processos de industrialização (mercantilização/mercadorização), que, por seu turno, redundaram, entre outras coisas, na espetacularização e monetização de seus circuitos culturais; além disso, tomou os megaeventos esportivos como eventos culturais altamente mediatizados, artífices de uma lógica de desenvolvimento urbano, dotado de caráter dramático, apelo popular de massa e significado internacional, que, em função dos interesses públicos e privados mobilizados, engendra inversões financeiras, ambições comerciais, impactos sociais e audiência global. Assim, concorrem como elementos importantes – quiçá fundamentais – para a formatação de uma comunidade/sociedade internacional/global.

Ademais, cabe, nesta retomada, destacar o fato deste texto ter laborado com uma compreensão de Copa do Mundo que ultrapassa a ideia de mera competição esportiva. Por isso, a noção em questão implicou a mobilização de uma perspectiva que a coloca como um negócio altamente lucrativo, de propriedade da entidade máxima da administração do futebol mundial (FIFA), que a desenvolve junto a diversos e variados parceiros econômicos e comerciais. Nesses termos, a ideia em voga esteve – ao longo da investigação – atenta aos entrelaçamentos de interesses de setores da indústria, da publicidade, da mídia e das entidades administrativas da modalidade, bem como das nações anfitriãs. Essas últimas investem – não sem questionamentos, constrangimentos e tensões – para projetar a imagem de um espaço-lugar-ambiente global com ares de prosperidade, saltos de inovação, além de seguro e interessante para visitar, morar, consumir e investir. Com isso, buscam reposicionar os Estados-nações sedes na geopolítica mundial.

Na esteira da retomada em curso, é crível, ainda, recuperar o entendimento de legados. Dessa forma, como um fenômeno multidimensional, os propalados legados foram tomados como um conjunto de estruturas, planejadas ou não, positivas ou negativas, tangíveis ou intangíveis, criadas por/para um determinado evento esportivo, que permanecem além de sua realização. Apresentados – ideopoliticamente – num enquadramento que superestima os aspectos positivos e subestima/escamoteia as facetas negativas, os legados ocupam lugar de destaque e posição central na discussão/legitimação sociopolítica dos investimentos nos megaeventos, de modo geral.

Com efeito, o problema de pesquisa (*Como a produção de conhecimento brasileira articula e/ou mobiliza a discussão sobre os legados da Copa do Mundo FIFA 2014, o papel contemporâneo do Estado brasileiro no capitalismo periférico e sua correspondente política e ambição neodesenvolvimentista?*) foi perspectivado numa ambiência sociocultural, política e econômica em que os megaeventos esportivos, de modo geral, e a Copa do Mundo FIFA 2014, de maneira particular, e suas correspondentes heranças (cultural, esportiva, econômica, política, ambiental e social) entrelaçam processos de monetização, capitalização, espetacularização e mediatização.

No bojo das questões delineadas, a atividade de pesquisa em tela, dialogando com seus objetivos específicos, implicou – num primeiro momento – a discussão acerca do papel do Estado na garantia das condições de produção (capitalista) dos megaeventos e, concomitantemente, a reflexão sobre as ações do Governo Federal e as políticas públicas implementadas no ciclo de realização dos megaeventos esportivos no país (Jogos Pan-Americanos de 2007; Jogos Mundiais Militares de 2011; Copa das Confederações de 2013; Jogos Olímpicos de 2016); num segundo instante, a apresentação de como a organização da Copa FIFA de 2014 se insere no debate sociológico sobre o desenvolvimento nacional; e, por fim, a análise e avaliação da produção científica sobre os legados do campeonato mundial. Esse processo, como anunciado, requereu revisão de literatura (narrativa, sistemática e integrativa), pesquisa documental e análise/discussão teórica.

Por isso, num **primeiro momento**, à luz de seus dois primeiros objetivos específicos, é oportuno considerar que a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil – inscrita num contexto de empreendedorismo urbano e, de maneira consequente, de concorrência interurbana global – mobilizou um complexo conjunto de forças que requereu uma coalizão política que só é compreensível a partir de uma análise atenta às alianças de classes. Nessa coalizão, o papel do Estado brasileiro foi, ao longo da preparação, reformulado. Na aludida reformulação, coube aos entes federados a função de criar as condições gerais para a produção

do evento em análise e, ao mesmo tempo, assegurar a legitimidade, plausibilidade e aceitabilidade de sua realização.

Esse papel requereu uma ação estatal pautada numa postura empreendedora e/ou numa atitude investidora, especialmente, mas não somente. Tal opção, ademais, redundou no favorecimento de setores e interesses econômicos de frações da classe da burguesia nacional e do campo (conservador) esportivo. Fato que ocorreu, conseqüentemente, em detrimento de outras demandas sociais, como é o caso daquelas apresentadas pelos setores que identificam o esporte, de modo geral, e o futebol, de maneira específica, como direitos sociais, patrimônios socioculturais da humanidade e, ao mesmo tempo, elementos da cultura e da identidade do povo brasileiro, que, por isso, justifica sua necessária apropriação.

Tais processos, por sua envergadura, resultaram no distanciamento do Estado brasileiro de uma agenda esportiva assentada na democratização da prática/cultura esportiva e sua correspondente universalização, que demandam atenção às questões de justiça social. A política social construída até então – eivada de contradições, mas com avanços importantes – foi, ela própria, manuseada (e apresentada) como uma herança esportiva dos megaeventos, que, por isso, acabou estabelecendo conexões com a ambição de projeção do Brasil como potência esportiva.

A propósito disso, a agenda esportiva brasileira priorizou a dimensão do esporte de alto rendimento e, ainda, sua manifestação espetacularizada/monetizada (esporte-mercadoria-espetáculo). Aspectos que são produtos de deliberações construídas pelo alto, de forma verticalizada por entidades da administração esportiva nacionais e representantes do Estado brasileiro, sem a devida participação da sociedade civil. Fatos cuja ocorrência se processa atrelada aos necessários movimentos de deslegitimação e desconsideração das prioridades definidas pela sociedade civil no contexto dos espaços das consultas públicas, especialmente as duas primeiras Conferências Nacionais de Esporte (CNE).

O processo em debate, é oportuno observar, foi possível graças ao alto grau de centralização das decisões no âmbito dos ministérios; significativa presença de setores conservadores do campo esportivo, especialmente representantes das entidades de administração e agentes ligados diretamente ao alto rendimento, nos espaços decisórios; distância de movimentos sociais e setores progressistas desses mesmos espaços; desarticulação dos ambientes de aglutinação da sociedade civil frente às consultas públicas; ausência de disputas significativas no âmbito do Conselho Nacional de Esporte (CNE), que apresenta correlação de força favorável aos setores conservadores.

Com isso, a análise crítica do papel interventor do Estado, no âmbito do esporte, no contexto dos megaeventos esportivos (2007-2016), que foram tomados como emuladores de desenvolvimento, precisa sublinhar: a diligência intervencionista do Estado brasileiro se desenvolveu apartada da necessidade de restituir o sentido público desse elemento da cultura corporal – apesar das ações sociais focalizadas em ambientes marcados por risco e vulnerabilidade social –, assim como de projetá-lo como bem cultural e fenômeno social imprescindível à formação e o enriquecimento cultural do povo brasileiro. Noutra direção, a postura intervencionista se deu na esteira de reforçar o esporte como produto da economia brasileira, que se projeta a partir de entidades de administração – cuja atuação se assemelha, convenientemente, a de personalidades jurídicas de direito privado – e de financiamento, muitas vezes, por recursos públicos.

Num **segundo instante**, atendendo ao terceiro objetivo específico, é fundamental recobrar o fato de que, em 2002, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, forma-se uma frente política ampla, policlassista/heterogênea, com grau importante de instabilidade e eivada de contradições. A coalizão em causa enxergava o mercado doméstico – estimulado por políticas distributivas – como elemento dinamizador da economia nacional, que, por sua vez, demandava, dentre outras coisas, a intervenção do Estado na economia, como noutro momento da história nacional (nacional-desenvolvimentismo).

A reedição do modelo de desenvolvimento nacional desenvolvimentista, que ficou conhecido como ensaio neodesenvolvimentista, se processou sem romper e/ou remover as bases do modelo neoliberal vigente desde, pelo menos, 1990. Assim, sua ocorrência histórica se deu mediante processo de desindustrialização, dessubstituição das importações, reprimarização, maior dependência tecnológica, desnacionalização, perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural, maior concentração de capital e dominação financeira.

Sua implementação, então, constrangida e, inclusive, potenciada pela conjuntura particular dos anos 2000 e subsequentes, promoveu uma plataforma de investimentos e de desonerações de determinados setores estratégicos – logística, energia e infraestrutura social e urbana – com atuação e coordenação estatal, a fim de, dentre outras coisas, estimular a economia nacional e fortalecer o mercado interno, com vistas a promover um verdadeiro e pujante mercado consumidor de massas no país.

Nesse enquadramento, os megaeventos e, aqui, particularmente, a Copa do Mundo FIFA de 2014, foram tomados como emuladores do desenvolvimento socioeconômico. Por

isso, sua realização esteve sintonizada a uma ideia de evento esportivo que se projeta como catalisador de obras e investimentos públicos e privados. Tão logo, a realização do campeonato mundial em voga, tratado como agente dinamizador da economia brasileira, não descartou o seu propagandeado potencial econômico, que, segundo o Plano Decenal de Esporte e Lazer (PDEL), é representado por: geração de empregos, aumento da renda, renascimento de áreas urbanas degradadas, elevação/melhoria da qualidade de vida e oferta de perspectivas à juventude brasileira (BRASIL, 2010b). Por isso, a herança socioeconômica da Copa do Mundo de 2014 se articula ao projeto nacional (neodesenvolvimentista), idealizado pelos intelectuais governistas.

Atrelado a isso está a busca por reposicionamento geopolítico do Brasil ante o cenário global e regional, que não se pode negligenciar/desconsiderar. Esta ambição comporta, ainda, a busca pela construção de um *marketing* de país e de cidades-sedes como espaços atrativos a turistas (consumidores) e investimentos, assim como marcas globais diversas. Este objetivo avaliza certo *design* urbano, cuja monumentalidade e grandiosidade devem traduzir inconfundivelmente a “sintonia fina” desses ambientes com ideais de modernidade, prosperidade, segurança, higiene, limpeza e globalidade, sem, contudo, descartar as referências locais. Para tanto, como uma excelente credencial, a Copa FIFA 2014 serviu de verdadeira “ofensiva de charme”, que, sem as contestações e escrutínios públicos, passaria incólume e imaculada.

Em um **terceiro momento**, que é talhado tendo como referência o último objetivo específico sumariado anteriormente, é capital recuperar o fato de que a bibliografia

especializada no assunto (legados da Copa FIFA 2014) é organizada a partir de dois grandes eixos, quais sejam: legados tangíveis e intangíveis. Os primeiros dizem respeito ao conjunto das intervenções nas esferas das instalações socio esportivas, isto é, parques, praças, estádios e centros de treinamento; melhorias nas habitações, no transporte urbano, na segurança pública, na convivência, na educação e outros serviços que o Estado busca aprimorar e oferecer em virtude do megaevento; além dos retornos econômico-financeiros. Os últimos, de outra parte, são resultados de estruturas intangíveis, compostas pelo conhecimento, redes e bens culturais. São, assim, aspectos difíceis de serem mensurados e identificados. É o caso, por exemplo, da regeneração urbana, do aumento da reputação internacional, da produção de valores culturais, das experiências emocionais e do aumento do conhecimento. Todos, por sua vez, não podem ser abstraídos das intenções de legitimidade social e política de um determinado megaevento.

Essa herança – de cunho cultural, esportivo, econômico, político, ambiental e social –, apresentada pela mídia, pelas organizações desportivas, pelo governo brasileiro, bem como por setores do mercado implicados direta ou indiretamente, de modo coordenado, de maneira especulativa ou não, teve forte viés ideológico, o que demanda análise crítica e problematização histórico-social. Tão logo, tratados como *benesses* dos megaeventos, por excelência, precisam ser sumariamente questionados e contextualizados.

À luz das observações propaladas, esta tese argumenta, como sugere seu suposto inicial, que a produção científica sobre o tema em discussão possui, majoritariamente, viés legitimador dos megaeventos esportivos, em geral, e da Copa FIFA de 2014, em particular. É, ademais, uma produção alinhada aos aspectos da política econômica implementada no ciclo dos megaeventos no Brasil, apresentando questões relativas, especialmente, à herança tangível de infraestrutura e intangível de legado social e imagem/propaganda do país.

Apesar disso, essa mesma produção de conhecimento não contextualiza, hegemonicamente, o tema em questão com o ensaio/momento neodesenvolvimentista brasileiro, fato que impede muitos pesquisadores de reconhecer determinantes econômicos e sócio-históricos fundamentais aos processos em debates. A aludida questão, achado importante deste trabalho, pode ser traduzida por uma análise que indica certa desconexão entre as mudanças econômicas e as alterações no tecido sociocultural. Com isso, este texto subscreve as acepções que rechaçam, contrariam e questionam o surgimento e emergência de formas culturais em um vazio socioeconômico e político.

Por fim, é preciso alertar: a despeito das considerações apresentadas e das ambições sumariadas, este esforço de pesquisa não foi capaz de responder peremptoriamente – apesar de não ter esta intenção – todas as questões apontadas e todos os objetivos anunciados, já que também não conseguiu escapar dos desafios que marcam, atravessam e atarantam o fazer científico nas universidades públicas brasileiras; além disso, esta atividade de pesquisa, circunstanciada, como todo trabalho acadêmico-científico, não foi suficientemente capaz de percorrer todos os itinerários possíveis, embora esta também não fosse uma pretensão. Com isso, assinala, na sequência, uma possível agenda de pesquisa, que, por certo, demanda esforço coletivo e colaborativo.

Assim, é pertinente retomar as ações do Governo Dilma no que tange as políticas de esporte, já que há, ali, iniciativas interessantes ao necessário enfrentamento do setor esportivo conservador nacional; será útil, ainda, perspectivar as políticas públicas esportivas nos Governos Temer e Bolsonaro a partir da ideia de não ação deliberada, que ajuda a pensar a questão em causa; será, ademais, interessante trabalhos que ampliem e alarguem as análises

sobre as conexões dos megaeventos e das políticas esportivas em geral com as diretrizes que balizaram o ensaio/momento neodesenvolvimentista lulo-petista; e, por fim, cabe, também, uma análise crítica e comprometida social e politicamente com o escrutínio das diversas heranças da Copa FIFA 2014 nos anos que seguiram o mundial.

Finalmente, é pertinente um último apontamento: este trabalho, que foi construído atento às determinações socioeconômicas e políticas das ações do Estado brasileiro e da correspondente frente neodesenvolvimentista, se coloca ao lado daquelas vozes que, reconhecendo o quadro de injustiças sociais que marca/caracteriza o Brasil, reclamam por mais Estado, mais direitos, mais políticas sociais, mais democracia e mais justiça social. Assim, defende o esporte como direito e dever do Estado e, ainda, como bem cultural que é fundamental para o enriquecimento cultural do povo brasileiro, assim como para a elevação de sua cidadania cultural. Tão logo, é um texto que se posiciona ao lado dos outros que lutam por democratização e universalização da cultura corporal esportiva!

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, João Valente. Do material e do simbólico: capitalismo, imagem e intermediação cultural pós-modernista. **Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, v. XX, p. 85-108, 2010. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2280>>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- ALMEIDA, Bárbara Schausteck de. **Altius, citius, fortius... ditius?** Lógicas e estratégias do Comitê Olímpico Internacional, Comitê de Candidatura e Governo brasileiro na candidatura e escolha dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. 324 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, 2015.
- ALMEIDA, Bárbara Schausteck de. Megaeventos esportivos, política e legado: o Brasil como sede da Copa do Mundo Fifa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. **Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología**, v. 25, n. 2, p. 66-82, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/122/12246766004/html/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho e desenvolvimento:** choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto; PACCOLA, Marco Antonio Bestetti. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 2, p. 269-281, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/153655>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- AMARAL, Silvia Cristina Franco *et al.* A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil. **Sociedade e estado**, v. 29, p. 637-660, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/Vfqsrx64nvJLL374CxMGwz>>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- ANJOS, Luiza Aguiar; DANTAS, Marina de Matos; SANTANA, Thiago Jose Silva. Copa do Mundo, manifestações e a ocupação do espaço público. **Motrivivência**, n. 41, p. 13-26, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n41p13>>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- ARAUJO, Silvana Martins de. **Controle democrático da política esportiva brasileira:** um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte. 2016. 316 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- ARAÚJO, Ricardo. Arenas esportivas: do conceito básico ao estado da arte. In.: RODRIGUES, Rejane Penna *et al.* (Orgs.) **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **O ornitorrinco de chuteiras:** determinantes da política de esporte do governo Lula e suas implicações sociais. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas – UnB. Brasília, 2014.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilasio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no governo Lula. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 2015. Disponível em:

<<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/1556>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BARANDÃO, Juliana Cristina. **A Copa FIFA 2014 para além da política esportiva: estudo do dissenso entre os interesses da “cidade empresarial” e os dos cidadãos, através da análise da ação dos movimentos sociais**. 2014. 294 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas - SP, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In.: LIMA SOBRINHO, Barbosa *et al.* **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIANCHI, Alvaro. Uma crítica à economia política da terceira via. **Revista de Sociologia Política**, n. 23, nov. 2004. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/nX3r3LGKBythLmZYVLMZH5x/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 21 dez. 2022.

BOITO, Armando. Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. **Congrès Marx International IV**, France, set./out., 2004.

BOITO, Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. Brazil: The Failure of the PT and the Rise of the ‘New Right’. **Socialist Register**, v. 52, p. 213-230, 2016. Disponível em:

<<https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/25598>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BOITO JÚNIOR, Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Lumen**, v. 2, n. 3, 2017. Disponível em:

<<http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/45/79>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BOITO JÚNIOR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 31-38, 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/px4FKyFY5PvpcB3qYBqF78C/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

BOITO JÚNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: **Fórum Econômico da FGV** / São Paulo, 2012. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BORGES, Fernando. Benfica TV: novas configurações no espaço mediático. *In*: OLIVEIRA, Madalena; ÉVORA, Silvino Lopes. (Orgs.). **Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Ciberultura, regulação mediática e cooperação**. Braga: CECS, p. 359-369, 2018.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3.ed., Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRACHT, Valter. O CBCE e a pós-graduação *strito sensu* da Educação Física brasileira. *In*: CARVALHO, Yara M.; LINHALES, Meily Assbú. **Política científica e a produção do conhecimento em Educação Física**. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007.

BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, 2003. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/765>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRACHT, Valter *et al.* A Educação Física Escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte I. **Movimento**, v. 17, n. 2, p. 11-34, 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/19280>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRACHT, Valter *et al.* A Educação Física Escolar como tema da produção do conhecimento nos periódicos da área no Brasil (1980-2010): parte II. **Movimento**, v. 18, n. 2, p. 11-37, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/30158>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro [1941]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº. 9.912/1946**. Dispõe sobre a construção de praças de esportes e dá outras providências [1946]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9912-17-setembro-1946-417224-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº. 80.228, de 25 de agosto de 1977**. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências [1977]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d80228.htm#:~:text=DECRETO%20No%2080.228%2C%20DE%2025%20DE%20AGOSTO%20DE%201977.&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%206.251,desportos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [1990]. Disponível em: <[L8069\(planalto.gov.br\)](L8069(planalto.gov.br))>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: <[L8078compilado \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l8078compilado)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências [1993]. Disponível em: <[L8666consol \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l8666consol)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 8.672, de 6 de julho de 1993**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. [1993] Disponível em: <[L8672 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l8672)>. Acesso em: 15 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [1998]. Disponível em: <[L9615 - Consolidada \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l9615-consolidada)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº. 10.264, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2001]. Disponível em: <[L10264 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l10264)>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Lei nº. 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2003]. Disponível em: <[L10671 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l10671)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2003]. Disponível em: <[L10741 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l10741)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993. Especifica os critérios para reposicionamento de servidores públicos federais civis e militares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [1993]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8627.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 4.201, de 18 de abril de 2002**. Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4201.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.201%2C%20DE%2018%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Conselho%20Nacional,vista%20o%20disposto%20nos%20arts. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4201.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.201%2C%20DE%2018%20DE%20ABRIL%20DE%202002.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Conselho%20Nacional,vista%20o%20disposto%20nos%20arts.>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº. 4.668, de 9 de abril de 2003**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte, e dá outras providências [2003]. Disponível em: <[D4668 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/l4668)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº. 10.891, de 9 de julho de 2004. Institui a Bolsa-Atleta. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2004]. Disponível em: <[Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.gov.br)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº. 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2006]. Disponível em: <[Lei nº 11.438 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Lei nº. 12.035, de 1º de outubro de 2009. Institui o Ato Olímpico, no âmbito da administração pública federal, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 [...] **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2009]. Disponível em: <[Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.da.camara.gov.br)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº. 503 de 22 de setembro de 2010**. Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO Câmara dos Deputados [2010a]. Disponível em: <[Base Legislação da Presidência da República - Medida Provisória nº 503 de 22 de setembro de 2010 \(presidencia.gov.br\)](http://presidencia.gov.br)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **III Conferência Nacional do Esporte**: carta de Brasília. Plano decenal de esporte e lazer. Brasília: Ministério do Esporte, 2010b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esportes_III/texto_base_3_conferencia_esportes.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº. 12.395 de 16 de março de 2011. Altera as Leis nº s 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2011]. Disponível em: <[Base Legislação da Presidência da República - Lei nº 12.395 de 16 de março de 2011 \(presidencia.gov.br\)](http://presidencia.gov.br)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº. 7.529 de 21 de julho de 2011**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte [2011]. Disponível em: <[Decreto nº 7529 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Portaria nº 158**, de 30 de setembro de 2011. Diário Oficial da União. Brasília - DF [2011]. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/legislacao/portariaN15830092011.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 7.630, de 30 de novembro de 2011**. Altera o Decreto nº 7.529, de 21 de julho de 2011, para prever a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem na Estrutura Regimental do Ministério do Esporte [2011]. Disponível em: <[Decreto nº 7630 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 12.663, de 5 de junho de 2012.** Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil [...] **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2012]. Disponível em: <[L12663 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/2012/12663.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº. 7.784, de 7 de agosto de 2012.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte [2012]. Disponível em: <[Decreto nº 7784 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/decree/2012/7784.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº. 12.868, de 15 de outubro de 2013. Altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) [...] **Diário Oficial da União**. Brasília – DF: Presidência da República [2013]. Disponível em: <[L12868 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/2013/12868.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** Curso de Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas. 2006. Disponível em: <<https://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos estudos CEBRAP**, p. 51-72, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/P9NqzwcNS6SjHcfnrStskFt/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Structuralist macroeconomics and the new developmentalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 32, p. 347-366, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/9CqWDnfyFSqrXbp5QD7ygLy/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A quase estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista. In: BARBOSA, Nelson *et al.* (Orgs.). **Indústria e desenvolvimento produtivo no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier: FVG, 2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12062/TD%20369%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflecting on new developmentalism and classical developmentalism. **Review of Keynesian Economics**, v. 4, n. 3, p. 331-352, 2016. Disponível em: <https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/reflecting_on_new_developmentalism_and_classical_developmentalism_review_of_keynesian_economics.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estudos CEBRAP**, p. 83-99, 2009. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/nec/a/TVM557hGh8vhHzSZGr7VFXF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e sociedade**, v. 21, p. 811-829, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/HZNx4fX7WxnFNfrM8bStmsF/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRITO, Leonardo. Subdesenvolvimento e dependência: a crítica ao “neodesenvolvimentismo” no Brasil recente (2004-2016). **Anais... ANPUH-BRASIL**, 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019.

BROHM, Jean-Marie. **Sociologia Política del deporte**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2008.

CAMPOS, Marco Antonio; FERRÃO, André Munhoz de Argollo. Taxa de ocupação das arenas após a Copa do Mundo FIFA no Brasil: uma questão de Engenharia de Empreendimentos. **RBF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 8, n. 30, p. 280-285, 2016. Disponível em: <<http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/426>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAPELA, Paulo; TAVARES, Elaine. Apresentação. In: CAPELA, Paulo; TAVARES, Elaine (Orgs.). **Os megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis: Insular, 2014.

CARDOSO, Marcos Vinicius; MALAIA, João Manuel; FLEURY, Fernando A. O legado da Copa e seu impacto no futuro da cidade de São Paulo. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 5, n. 1, p. 164-197, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10665/o-legado-da-copa-e-seu-impacto-no-futuro-da-cidade-de-sao-paulo>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva *et al.* A política de esporte do Distrito Federal do Brasil: uma análise de sua configuração, abrangência e financiamento entre 2008 e 2014. **Educación Física y Deporte**, v. 35, n. 1, p. 141-176, 2016. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/11/916575/23471-158901-1-pb.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2022.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma**. 2018. 385 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2018.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro F. A.; MASCARENHAS, Fernando. Era uma vez um Ministério do Esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-22, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e65541>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e Novos Desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, v. 21 (especial), 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/4rHXySRJzqQCxR5sv5d67QK/?lang=pt>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

CASTELAN, Lia Polegato. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010)**. 2011. Dissertação. (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. 2011.

CASTELLANI FILHO, Lino. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte. *In*: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Alpharrabio, 2008, p. 129-144.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias**. Campinas: Autores Associados, 2013.

CASTELLANI FILHO, Lino. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 98-114, 2014. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/biblioteca/megaeventos-esportivos-no-brasil-de-expressao-da-politica-esportiva-brasileira-para-a-da-concepcao-neodesenvolvimentista-de-planejamento-urbano/>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

COSTA, Lamartine P. da; MIRAGAYA, Ana. Estado da arte do conhecimento sobre legados de megaeventos esportivos no exterior e no Brasil. *In*: COSTA, Lamartine P da. *et al.* (Orgs.). **Legados de megaeventos esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 33-45.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DALONSO, Yoná da Silva; LOURENÇO, Júlia Maria Brandão Barbosa. O Brasil e a Copa Mundo FIFA 2014: um olhar além dos holofotes. **Tourism & Management Studies**, v. 1, p. 518-528, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3887/388743867047.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

DAMATTA, Roberto. Notas sobre o racismo à brasileira. *In*: SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília: Paralelo, ed. 15, p. 69-74, 1997.

DAMO, A. S. O desejo, o direito e o dever: a trama que trouxe a Copa ao Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 41-81, abr./jun. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/29910>>. Acesso em: 15 out. 2022.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Ser Professor é cuidar que o Aluno Aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DEMO, Pedro. Pesquisa social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008. Disponível em: <https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Demo-Pesquisa_Social.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FAGERLANDE, Sergio-Moraes-Rego. A favela é um cenário: tematização e cenarização nas favelas cariocas. **Revista de Arquitectura (Bogotá)**, v. 19, n. 1, p. 6-13, 2017. Disponível em: <<https://revistadearquitectura.ucatolica.edu.co/article/download/90/1370?inline=1>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

FERREIRA, Bruno Rafael Torres; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. Uma Mudança em Andamento: a Troca de “Casa” da Torcida do Clube Náutico Capibaribe sob o Olhar da Casa e da Rua de Roberto DaMatta. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 5, n. 1, p. 61-77, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/41368/uma-mudanca-em-andamento--a-troca-de--casa--da--->>. Acesso em: 15 out. 2022.

FILGUEIRA, Julio Cesar Manzú. Importância dos legados de megaeventos esportivos para a política nacional do esporte: cidade, cidadania e direitos dos cidadãos. In.: COSTA, Lamartine P. da *et al.* (Orgs.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Ministério do Esporte, Brasília, p. 65-74, 2008.

FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica. *En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. **CLACSO**, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FLAUSINO, Michelle da Silva. **Plano Decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, Brasília – DF, 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 15, n. 2 (26), 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11934>>. Acesso em: 15 out. 2022.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo - A Construção do Conceito. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Eds.). **Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014. Cap. 1., p. 29-78.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo não é sinônimo de intervencionismo. **Folha de São Paulo**, 6 de março de 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/adblock.shtml?origin=after&url=https://m.folha.uol>>.

com.br/ilustrissima/2016/03/1746425-desenvolvimentismo-nao-e-sinonimo-de-intervencionismo.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 18 dez. 2022.

FREITAS, Sílvia Helena Belmino; SILVA, Emylianny Brasil da; CARVALHO, Alissa Cendi Vale de. Cidade-sede da alegria: a Fortaleza da Copa do Mundo nas páginas do jornalismo local. **Revista Eptic**, v. 18, n. 1, p. 100-118, 2016. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/154839>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GASTALDO, Édison Luis. Copa do Mundo no Brasil: a dimensão histórica de um produto midiático. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, Ano 25, n. 41, UMESP, 2004. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/viewFile/4033/3492>>. Acesso em: 15 out. 2022.

GEDIEL, José Antônio Peres. A social-democracia e seus reflexos sobre o direito civil contemporâneo. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 15, n. 15, p. 174-183, 2014. Disponível em: <<https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/575>>. Acesso em: 20 out. 2022.

GIAMBIAGI, Fábio. Rompendo com a ruptura: o governo Lula (2003-2010). *In*: GIAMBIAGI, Fábio *et al.* **Economia brasileira contemporânea [1945-2010]**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GONÇALVES, Reinado. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GÖTTEMS, Leila Bernarda Donato; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Neoliberalismo na América Latina: efeitos nas reformas dos sistemas de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, 2020. Disponível em: <<https://rsp.fsp.usp.br/artigo/neoliberalismo-na-america-latina-efeitos-nas-reformas-dos-sistemas-de-saude/>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. (Vol. 2). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. (Vol. 5). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. (Vol. 1). 4. ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad; CASTELLANI FILHO, Lino; CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. O ocaso da política esportiva brasileira no governo Bolsonaro. **Anais... XXII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IX Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. 2021.

GURGEL, Anderson. Desafios do jornalismo na era dos megaeventos esportivos. **Motrivivência**, n. 32-33, p. 193-210, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2009n32-33p193>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

HALL, C. Michael. Urban entrepreneurship, corporate interests and sports mega-events: the thin policies of competitiveness within the hard outcomes of neoliberalism. *In*: HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. (Orgs.) Sports Mega-Events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon. **Special Issue: The Sociological Review Monograph Series**, v. 54, Issue Supplement 2, dez. 2006, p. 59-70.

HILLER, Harry H. Post-event outcome sand the post-modern turn: the Olympic sand urban transformations. **European Sport Management Quarterly**, v. 6, n. 4, p.317-332, 2006.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. An introduction to the sociology of sports mega-events. **The sociological review**, v. 54, n. 2 suplementar, p. 1-24, 2006. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1467-954X.2006.00650.x>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

IBARRA, David. O neoliberalismo na América Latina. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 238-248, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/s6NtnF3HwKy3FVxSHd7dTcP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?** [online]. São Paulo: Editora UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138607>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

KAPLANIDOU, Kiki; KARADAKIS, Kostas. Understanding the legacies of a host Olympic city: The case of the 2010 Vancouver Olympic Games. **Sport Marketing Quarterly**, v. 19, n. 2, p. 110, 2010. Disponível em: <<https://www.proquest.com/docview/528002795>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

LEAL-LAHORGUE, Mario; CABETTE, Amanda. A cidade e a Copa do Mundo: projetos e transformações urbanas em Porto Alegre-Brasil. **EURE (Santiago)**, v. 39, n. 117, p. 5-24, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/196/Resumenes/Resumo_19626351003_5.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

LEITE, Arthur Damasceno Ribeiro de Oliveira. **Vida-obra de Antônio Gramsci: a política de um filósofo imortalizada na sua literatura-filosofia**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2016.

LINHALES, Meily A. **A Trajetória Política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Belo Horizonte, 1996. 242f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 1996.

MALULY, Luciano Victor Barros; GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. A Copa do Mundo no Brasil—entretenimento versus Cidadania. **Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, v. 2, n. 2, p. 73-87, 2015. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/7675>>. Acesso em: 10 out. 2022.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MANHÃES, Eduardo D. **Políticas de esportes no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MARCELINO, Paula. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo social**, v. 29, p. 201-227, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/125952>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunamis. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 39-67, 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/25260>>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- MASCARENHAS, Gilmar. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. **Revista Cidades**, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12020>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- MASCARENHAS, F. *et al.* O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, out. 2012. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/29929>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- MATIAS, Wagner Barbosa. A “solução Temer” e a política esportiva. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbce/a/W5FjGP7KpPP9nNkfrCzwtpm/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- MATIAS, Wagner Barbosa. **A economia política do futebol e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola**. 510 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física. Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2018.
- MATIAS, Wagner Barbosa. **O enigma olímpico: o controvertido percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula**. (Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Física) - Faculdade de Educação Física – Universidade de Brasília. Brasília - DF, 2013.
- MATOS, A. S. M. C., **Hans Kelsen, estado de exceção e Copa do Mundo no Brasil**. CEFD, n. 29, 2014. Disponível em: <[3835-14101-1-PB.pdf](#)>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- MEDINA, Eugenia Urra; PAILAQUILÉN, René Mauricio Barría. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. Tela 1-Tela 8, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlae/a/PdJfcM7BSbTYMTkzjxKnt3G/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- MELO, Marcelo Paula. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na vila olímpica da Maré**. Campinas: Autores Associados, 2005.

MERCADANTE, Aloizio. **O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

MICHELS, Ido Luiz; COSTA, Caio Luca. Uma revisão histórica da economia do desenvolvimento: os pioneiros da Escola Anglo-saxã. **Caminhos da História**, v. 18, n. 1, p. 213-232, 2013. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3288>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** 5. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana Moreira. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Economia e Sociedade**, v. 24, p. 1-28, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/whThwVL3rXcHR6wFHjSkbpM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NAÍM, Moises. Fads and fashion in economic reforms: Washington Consensus or Washington Confusion? **Third World Quarterly**, v. 21, n. 3, p. 505-528, 2000. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3993336>>. Acesso em: 15 out. 2022.

NEMI, Ana; SCHRAIBER, Lilia Blima. Luiz Carlos Bresser-Pereira: o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Reforma Gerencial do Estado dos anos de 1990. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/icse/a/csDmFr3LjKYv4JmPTXVr3Dg/?lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2022.

NETTO, J. Paulo. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política**. Oficina de Livros, 1990.

NETTO, Michel Nicolau. A hierarquização simbólica do Brasil na Copa do Mundo. **Sociedade e Estado**, v. 32, p. 145-169, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/cgMwBsfxBp8mPFBVsGNxHjv/?lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2022.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: ideias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OCKE, Marco Antonio. Marca e Imagem de um País: Considerações sobre a Copa do Mundo de 2014 e a Promoção do Brasil. **PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 2, n. 2, p. 95-120, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/podium/article/view/9504>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

OURIQUES, N. Megaeventos no Brasil, o desenvolvimento do subdesenvolvimento e o assalto ao Estado. In: CAPELA, Paulo; TAVARES, Elaine. (Orgs.) **Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina**. Florianópolis: Insular, 2014.

PAULANI, Leda M. A experiência brasileira entre 2003 e 2014: Neodesenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 20, p. 135-155, 2017. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/32>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PELLINI, Maurício Penna Firme. Período neodesenvolvimentista no Brasil. **Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 37-54, jan./jul. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/36711>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PEREIRA, Francisca Verilene de Araújo; ALVES, Josemery Araújo. Eventos verdes: análise das ações de desenvolvimento sustentável para realização da copa 2014 no Brasil. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 110-128, 2015. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/350/pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanetti *et al.* (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, Cândida Martins. Metanálise qualitativa como abordagem metodológica para pesquisas em letras. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 8, n. 3, p.1033-1048, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/b091/456f698ceb39f1d1ade30cecdfdeb414ddc4.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PINTOS, Ana Elenara da Silva. **Análise da experiência em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC**. 2017. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2017.

POMAR, Wladimir. **Era Vargas: a modernização conservadora**. São Paulo: Ática, 1998.

PREUSS, Holger. The Conceptualisation and Measurement of Mega Sport Event Legacies. **Journal of Sport and Tourism**, v. 123, n. 4, p. 207-227, 2007. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14775080701736957>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PRONI, Marcelo Weishaupt. A economia do esporte em tempos de Copa do Mundo. **ComCiência**, n. 157, 2014. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542014000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 out. 2022.

RAYE, Roberta Leal *et al.* A Copa do Mundo 2014: Oportunidades e Prospecção geradas para a cadeia produtiva do turismo de Cuiabá MT. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/5041>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

REIS, Nadson Santana. **Políticas de esporte educacional nos governos Lula e Dilma: avanços, limites e anacronismos**. 200 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2015.

REIS, Nadson Santana. **Esboço da crítica da economia política do futebol**. 2022. 304 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2022.

REIS, Rômulo Meira; TELLES, Silvio de Cassio Costa; DACOSTA, Lamartine Pereira. Estádios da copa de 2014: perspectivas de um legado. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/17712>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo; PRATES, Francisco de Castilho. A FIFA, a Democracia e a Soberania: tensões e paradoxos. **Sequência (Florianópolis)**, n. 70, p. 211-233, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/seq/a/nsHhgVxwzCX6g3ZwZjC4RRR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RIBEIRO, Mariângela *et al.* A agenda do futebol no Governo Lula: ações rumo à Copa do Mundo FIFA 2014. **Motrivivência**, v. 29, n. 50, p. 90-103, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n50p90>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ROCCO JÚNIOR, Ary José; MAZZEI, Leandro Carlos; OLIVEIRA, Luciana Rocco. Os novos estádios e arenas do futebol brasileiro e a comunicação: o esporte como entretenimento e a cidade como negócio. **Anais... XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Rio de Janeiro, setembro, 2015.

RODRIGUES, Emília Amélia Pinto Costa; DRULA, Andreia Juliane; RECHIA, Simone. Do rubro-negro ao neutro da fifa: Uma análise das transformações dos estádios-sede da copa do mundo de 2014. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 23, n. 4, p. 1283-1296, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/72230>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ROMÃO, Wagner de Melo. #naovaitercopa: manifestações, Copa do Mundo e as eleições de 2014. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/22>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ROMERA, Liana Abrão. Copa do Mundo e cerveja: impactos intangíveis de um megaevento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 775-798, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/39786>>. Acesso em: 15 out. 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 2, jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vvk3syHhnSgY7VsB6jG/#>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, p. 672-688, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XSSKWS3N6nGBxSfFwy7cvTF/?lang=pt>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vvk3syHhnSgY7VsB6jG/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTOS, Mariângela Ribeiro dos. **O futebol na agenda do governo Lula: um salto de modernização (conservadora) rumo a Copa do Mundo FIFA 2014**. 2011. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2011.

SANTOS, Geovane Camilo dos. Copa do Mundo da FIFA de Futebol no Brasil 2014: análise dos gastos necessários para a sua elaboração. **RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, v. 7, n. 25, p. 277-289, 2015. Disponível em: <<http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/339>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SANTOS, Irlan Simões da Cruz; HELAL, Ronaldo. Do espectador ao militante: a torcida de futebol e a luta pelo direito ao estádio e ao clube. **Triade: Revista de Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 3, n. 7, p. 54-69, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/2469>>. Acesso em: 27 dez. 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; BRICEÑO RUIZ, José. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 52, p. 149-166, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/yTkSBgwKw4KWDwyGfCZj3Fh/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SCHIMMEL, Kimberly S. Deep Play: sports mega-events and urban social conditions in the USA. In: HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. (Orgs.) Sports Mega-Events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon. **Special Issue: The Sociological Review Monograph Series**, v. 54, Issue Supplement 2, dez. 2006, p. 160-174. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1467-954X.2006.00659.x>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SCHÜTZ, Gustavo Ricardo; SANT'ANA, Antônio Sérgio Santos; SANTOS, Saray Giovana dos. Política de periódicos nacionais em Educação Física para estudos de revisão/sistemática. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, v. 13, p. 313-319, 2011. <<https://www.scielo.br/j/rbcdh/a/9HBwHfHhcZ9x5zHt7pqJH6S/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, v. 11, n. 21, jul./dez., p. 255-264, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251>>. Acesso em: 15 out. 2022.

SILVA, Mário Diego Dantas. **Poder normativo da FIFA: sobreposição às soberanias políticas e autonomias privadas?** 2018. 62 f. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2018.

SILVA, Orlando. A Importância dos legados de megaeventos esportivos para a Política Nacional de Esporte no Brasil. *In*: DACOSTA, Lamartine; CORRÊA, Dirce; RIZZUTI, Elaine; VILLANO, Bernardo; MIRAGAYA, Ana. (Orgs.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Ministério do Esporte, Brasília, 2008, p. 65-74.

SOUZA, Lula Renildo. Neodesenvolvimentismo e o governo Lula. **Princípios**, São Paulo, n. 69, p. 18-28, mai. 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/069.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, n. 8, v. 1, jan./mar. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

TAVARES, Elaine. A Copa e a mídia: reflexões sobre a mais-valia ideológica, a soberania comunicacional e o jornalismo. **Motrivivência**, Ano XXI, Nº 32/33, P. 156-177 jun./dez., 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2009n32-33p156>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

TAVARES, Otavio. Megaeventos esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 11-35, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1153/115321322002.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisia Silva. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Revista Sociologia Política**, v. 23, n. 56, p. 21-44, dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/44185>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TRANSPARÊNCIA NO ESPORTE. **Portal Transparência no esporte**. Brasília: Avante-UnB. 2021. Disponível em: <[Transparência no Esporte \(unb.br\)](https://transparencia.no.esporte.unb.br)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano: glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. *In*: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A Cidade do Pensamento Único**. Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 5ª ed., p. 105-119, 2009.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. 2011.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p. 35-40.

VASCONCELOS, Ricardo Afonso Ferreira. **A educação profissional no contexto do neodesenvolvimentismo e do neopopulismo: a gênese e a concepção do PRONATEC**. 2016. 334 f. Tese (Doutorado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, 2016.

VASCONCELOS, Ricardo; AMORIM, Mário. Qualificação profissional no PRONATEC e as demandas do neodesenvolvimentismo lulo-petista: formação voltada para empregabilidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 30, p. 129-155, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10090>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

VERONEZ, Luiz Fernando C. **Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. Campinas, 2005. 370f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2005.

WIGGERS, Ingrid Dittrich *et al.* Um “raio-x” da produção do conhecimento sobre Educação Física Escolar: Análise de periódicos de 2006 a 2012. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 831-845, jul./set. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/50517>>. Acesso em: 28 dez. 2022.